

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MARIA CLARA SPADA DE CASTRO**

**ALÉM DA MARCHA:  
A (RE) FORMAÇÃO DA COLUNA MIGUEL COSTA - PRESTES**

**GUARULHOS  
2016**

**MARIA CLARA SPADA DE CASTRO**

**ALÉM DA MARCHA:  
A (RE)FORMAÇÃO DA COLUNA MIGUEL COSTA - PRESTES**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Instituições, Vida Material e Conflito

Orientadora: Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo

**GUARULHOS  
2016**

CASTRO, Maria Clara Spada.

Além da Marcha: a (re) formação da Coluna Miguel Costa - Prestes/  
Maria Clara Spada de Castro. Guarulhos, 2016.  
167 f.

Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de São  
Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.  
Orientação: Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo.

1. Primeira República. 2. Tenetismo. 3. Coluna Miguel Costa -  
Prestes. I. TOLEDO, Edilene Teresinha. II. Além da Marcha: a (re)  
formação da Coluna Miguel Costa - Prestes.

**Maria Clara Spada de Castro**  
**Além da Marcha:**  
**a (re) formação da Coluna Miguel Costa - Prestes**

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Banca Examinadora do Programa de Pós-  
Graduação em História da Escola de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade Federal de São Paulo como  
exigência parcial para obtenção do título  
de Mestra em História.  
Área de Concentração: Instituições, Vida  
Material e Conflito

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

Profª. Dra. Edilene Teresinha Toledo  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Denilson Botelho de Deus  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Álvaro Pereira do Nascimento  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Luigi Biondi (Suplente Interno)  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Carlo Romani (Suplente Externo)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

*Para Sansão e Monsueto Castro,  
in memoriam*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente... agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o financiamento deste trabalho, sem o qual ele não teria se realizado e ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que garantiu o meu acesso e de tantos outros brasileiros à universidade pública e de qualidade até este ano. O futuro, infelizmente, é incerto.

Agradeço à minha orientadora, Edilene Toledo, por toda sua dedicação e paciência desde a minha graduação. Ao professor Luigi Biondi, por todos seus valiosos apontamentos no Exame de Qualificação, assim como o professor Clifford Welch. Quero agradecer também a outros que foram importantes para esta caminhada como os professores Jaime Rodrigues, Wilma Peres Costa e Maria Luiza Ferreira de Oliveira. Já agradeço de antemão aos professores que aceitaram compor a Banca de Defesa Denílson Botelho, Álvaro do Nascimento e Carlo Romani, obrigada pela gentileza e disposição.

Obrigada aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil e do CEDEM - Centro de Documentação e Memória da UNESP que sempre me atenderam com muita solicitude.

Muitíssimo obrigada aos amigos maravilhosos do Conselho Editorial da Revista Hydra pelas discussões intermináveis, pelas cervejas, pela irmandade, pelas risadas, enfim, por simplesmente tudo: Gabriela Nery, Arthur Santos, Rafael Domingos, Anita Lazarim, Larissa da Costa, Kauan Santos, Victor Figols, André Rocha, Lucas Thiago, Carlos Malaguti, Paula Broda e Caio Gerbelli.

Obrigada aos amigos Giovan Nascimento, Herbert Bonomastro, Kristy Rogerio e Mayra Bellisoni pela manutenção da minha sanidade e por ouvir (e ler) os meus infinitos reclames.

Gratidão ao meu pai por sempre elogiar a minha mãe pelo quanto ela era inteligente e estudiosa, por fazer questão de guardar todos os livros dela para mim e, mesmo sem ler e escrever, sempre me incentivar a estudar, me dando

todas as condições para isso. Obrigada às mulheres da minha vida: Leudina, Ana Paula, Patrícia, Christina, Estela, Marina, Eulália, Fátima, Alba e Ilza.

Ao Caio Gerbelli, companheiro de todas as horas, não cabe em palavras o quanto sou grata pela imensa ajuda com a dissertação, pelas provocações e dedicação ao ler e reler as linhas que seguem, que devo a você, inclusive. Obrigada pela nossa família.

- Vem cá Brasil. Deixe eu ler a sua mão,  
menino.  
Ponha agora um tostão pra buena –  
dicha.  
Repare esse traço forte que você tem na  
mão, menino.  
É a linha da vida. Você tem o Amazonas.  
Nunca lhe há de faltar nada quando você  
quiser ficar rico.  
Aqui o São Francisco – a linha da  
inteligência. (...)  
- E esse risquinho em cruz na beira da  
mão?  
- Não faça caso... É o Iguaçu.  
Pequenas contrariedades nos seus  
amores.  
Você está na época da puberdade,  
menino. (...)  
- Você está vendo esse risco fundo  
Que atravessa a mão de baixo para cima?  
Pois é a linha do coração:  
Você ainda há de ser muito feliz, menino.  
Essa linha... é da marcha da Coluna  
Prestes.

Buena-Dicha Geográfica. Raul Bopp.



## RESUMO

Este trabalho busca compreender, principalmente por meio de cartas trocadas entre os rebeldes, como se deu a formação da chamada Coluna Miguel Costa - Prestes a partir dos movimentos tenentistas que a antecederam, como os levantes no Rio de Janeiro em 1922 e as revoltas de 1924 que ocorreram em vários estados como em São Paulo, Sergipe, Amazonas e Rio Grande do Sul. A análise buscou verificar uma continuidade no movimento tenentista de 1922 a 1927, ano do exílio da Coluna na Bolívia, e refletir sobre tal conceito. Para isso investigou-se quem eram os envolvidos, quais eram suas origens sociais e as perspectivas políticas das principais lideranças, propondo outras interpretações para além das já consolidadas na historiografia.

**Palavras-chave:** Primeira República. Tenentismo. Coluna Miguel Costa - Prestes.

## **ABSTRACT**

By using the correspondence exchanged between the rebels, this research aims to understand how was the Miguel Costa–Prestes' Column formed starting from the tenentism movements that preceded it, like the uprising in 1922 in Rio de Janeiro and the revolts in 1924 in many states, such as São Paulo, Sergipe, Amazonas and Rio Grande do Sul. The analyses sought to verify a continuity on the tenentism movement between 1922 to 1927, what was its social origins and the political perspectives of the main leaders, proposing different interpretations from the ones already consolidated by the historiography.

**Key-words:** First Republic. Tenentism. Miguel Costa-Prestes' Column.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I - A Hidra de Lerna: Redes de sociabilidade, movimentações e propaganda da revolta pelo Brasil</b> .....	<b>17</b>
O início da década de 1920 e o caso das Cartas Falsas .....	17
Revoltas de 1922 no Rio de Janeiro: Forte de Copacabana, Forte do Vigia, Vila Militar, Escola Militar do Realengo e Niterói .....	21
Revolta de 1924 em São Paulo.....	24
Revolta de 1923 e 1924 no Rio Grande do Sul e o surgimento da Coluna Prestes .....	40
Revolta em Sergipe em 1924 e a tentativa em 1926.....	44
A Revolta de 1924 no Amazonas e Pará .....	50
Outros apoios e algumas considerações.....	53
<b>CAPÍTULO II – A formação da Coluna Miguel Costa-Prestes: conflitos e (re)construções</b> .....	<b>60</b>
Plano político e reivindicações .....	81
Política de recrutamento e origem social .....	89
Alistamento, alfabetização e ascensão social .....	92
Costumes de quartéis em marcha.....	96
Conflitos em gerações.....	114
<b>CAPÍTULO III – Aproximações e distanciamentos com as populações do campo e da cidade</b> .....	<b>117</b>
A Coluna, o coronelismo e o caudilhismo: conflitos e aproximações .....	117
Tenentes e as populações urbanas .....	122
Aproximações com o Partido Comunista .....	136
O 5 de julho e O Libertador .....	144
Apoio na Câmara dos Deputados .....	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>151</b>
<b>FONTES</b> .....	<b>156</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>161</b>

## **SIGLAS UTILIZADAS**

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp  
AESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo  
4º B.C. – 4º Batalhão de Caçadores (São Paulo – SP)  
26º B.C. – 26º Batalhão de Caçadores (Belém – PA)  
27º B.C. – 27º Batalhão de Caçadores (Manaus – AM)  
28ª B.C. – 28º Batalhão de Caçadores (Aracaju – SE)  
Bda. – Brigada  
3º B.E. – 3º Batalhão de Engenharia (Cachoeira do Sul – RS)  
1º B.F. – 1º Batalhão Ferroviário (Santo Ângelo – RS)  
4º B.I. – 4º Batalhão de Infantaria (Quitaúna – SP)  
Cap. – Capitão  
CEDEM/UNESP - Centro de Documentação e Memória da UNESP  
Cel. – Coronel  
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil  
Comte./Comt. – Comandante  
3ª D.I. – 3ª Divisão de Infantaria (Porto Alegre – RS)  
1ª D.R. – 1ª Divisão Revolucionária  
D.S.P. – Divisão São Paulo  
E.F. – Estrada de Ferro  
EMR – Escola Militar do Realengo  
3º G.A.C. – 3º Grupo de Artilharia a Cavalari (Alegrete – RS)  
4º G.A.C. – 4º Grupo de Artilharia da Costa (Óbidos – PA)  
Gal – General  
2º G.A.M. – 2º Grupo de Artilharia da Montanha (Jundiá – SP)  
PCB – Partido Comunista do Brasil  
PL – Partido Libertador  
PRD – Partido Republicano Democrático  
PRR – Partido Republicano Riograndense  
Q.G. – Quartel General  
4º R.A.M. – 4º Regimento de Artilharia Montada (Itu – SP)  
2º R.C. – 2º Regimento de Cavalaria (Alegrete – RS)  
2º R.C.I – 2º Regimento de Cavalaria Independente (São Borja – RS)  
3º R.C.I – 3º Regimento de Cavalaria Independente (São Luiz Gonzaga – RS)  
5º R.C.I – 5º Regimento de Cavalaria Independente (Uruguaiana – RS)  
5º R.I. – 5º Regimento de Infantaria (Lorena – SP)  
6º R.I. – 6º Regimento de Infantaria (Caçapava – SP)  
S.L. – Sem local especificado  
S.D. – Sem data especificada  
Ten. – Tenente

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender, principalmente por meio de cartas trocadas entre os rebeldes, como se deu a formação da chamada Coluna Miguel Costa - Prestes a partir dos movimentos tenentistas que a antecederam, como os levantes de 1922 e as revoltas de 1924.

Empenhamo-nos também em entender estas pessoas a partir de suas individualidades. Com componentes de suas próprias trajetórias associados a informações contidas em cartas e memórias, buscamos aprofundar o entendimento de quem eram os agentes do tenentismo para então refletirmos sobre este conceito. Como argumenta Vavy Pacheco Borges "é preciso se reexaminar todas as manifestações que foram vistas como "tenentismo", para uma explicação mais satisfatória sobre esse momento"<sup>1</sup>.

Nossa proposta de análise busca refletir sobre as várias correntes dentro desse(s) movimento(s), presentes, por exemplo, nas principais lideranças: em uma posição mais conservadora, com Juarez Távora que inclusive chegou a ser Ministro dos Transportes nos primeiros governos da Ditadura Militar brasileira, e outras mais populares, como Luiz Carlos Prestes, que posteriormente vai ser filiado ao Partido Comunista do Brasil. Estas constatações podem contribuir para a identificação de continuidades e rupturas de ideias e para a reflexão acerca do conceito "tenentismo" tido como fato histórico unificado, pelo menos neste período de 1922 a 1927.

Tal conceito surge como "categoria sociológica"<sup>2</sup> com a obra de Virgínio Santa Rosa *O sentido do tenentismo*<sup>3</sup>, publicada em 1932. Tendo em vista a presença militar crescente na política brasileira do período, o autor aponta os tenentes como representantes da revolta de setores médios urbanos, colocada por ele como classe média, desejosa de instaurar no país um regime liberal-

---

<sup>1</sup> BORGES, Vavy Pacheco. Tenentes, tenentismo, tenentismo versus oligarquia: reflexões para uma revisão historiográfica. In *Anaes do Museu Paulista*, tomo XXXIV. São Paulo: USP, 1985, p. 142.

<sup>2</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 23.

<sup>3</sup> SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. Rio de Janeiro: Civilização, 1932.

democrático efetivo e contrária à política oligárquica.

A problematização em reduzir os "tenentes" à categoria de classe média se faz presente na historiografia brasileira desde a década de 1960<sup>4</sup>. Todavia, em meio a ela, os "tenentes" foram pensados apenas como membros de corporações militares, predominantemente o Exército, cuja visão de mundo e objetivos se relacionavam com sua socialização apenas naquele âmbito, dando a impressão de que os soldados, ao adentrarem a instituição, incorporavam o discurso imposto e passavam a ter sua personalidade definida pelo militarismo, deixando de lado suas experiências anteriores e sua origem social. Além disso, é sabido que nem todos os integrantes do *tenentismo* possuíam envolvimento militar ou eram de fato detentores da patente de tenente.

Em paralelo, uma segunda interpretação se aproximava de uma análise mais global. Para Paulo Sérgio Pinheiro, a análise do papel dos tenentes deve ser feita através das seguintes dimensões:

a) a situação atual ou recente, na época considerada, dos tenentes no aparelho militar do Estado; b) a relação entre os tenentes e as classes médias (...). Reduzi-lo a uma única das dimensões indicadas seria atribuir um peso exagerado a características que a análise concreta das manifestações do tenentismo poderiam tornar menos significativas do que parece.<sup>5</sup>

Segundo Maria Cecília Spina Forjaz, "o comportamento político-ideológico dos tenentes só pode ser explicado pela conjugação de duas dimensões: sua situação institucional como membros do aparelho militar do Estado e sua composição social como membros das camadas médias urbanas."

6

---

<sup>4</sup> Críticas presentes em FAUSTO, Boris. *Pequenos Ensaios de História da República*. São Paulo: Cadernos Cebrap, nº 10, 1972, p. 31; FAUSTO, Boris. Paulo Duarte: convicção e polêmica in Apresentação de DUARTE, Paulo. *Agora Nós! Crônica da Revolução Paulista* São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. XIII e XIV, nota de rodapé; COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976; CARVALHO, José Murilo. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In PINHEIRO, Paulo Sergio (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 3 - *O Brasil Republicano*, Vol. 9 Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Bertrand Brasil, 2006; DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

<sup>5</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 53.

<sup>6</sup> FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 28.

Por outro lado, nos parece bastante complexo definir o que seriam essas "camadas médias urbanas" e, recorrendo aos estudos acerca do recrutamento no período em questão, havia grandes possibilidades de boa parte destes "tenentes" terem suas origens nas camadas mais baixas da sociedade. Como afirma McCann, "A taxa de câmbio flutuante e a inflação de preços tornavam o salário dos oficiais insuficientes para manter a família, (...) os oficiais com patentes inferiores à de coronel [como os tenentes] viviam à margem da classe média"<sup>7</sup>.

Vavy Pacheco Borges<sup>8</sup> foi bastante crítica com relação à historiografia que a antecedeu, acerca da Primeira República, por não refletir sobre o uso dos termos "tenentismo" e "oligarquia", muitas vezes homogeneizando diferentes agentes históricos e colocando-os de maneira simplista um contra o outro. Todavia, como veremos adiante, as fronteiras entre um e outro, por vezes, não eram tão claras e confluíam.

A autora ainda critica as delimitações temporais dadas ao "tenentismo" e as tentativas de simplificar as suas múltiplas faces:

em geral, de [19]22 até [19]33, mas por vezes levando a continuidade de sua ação até [19]64 - como se existisse um mesmo e único tipo de intervenção política de militares, ou seja, um mesmo "tenentismo". (...) São-lhe atribuídas diferentes balizas e fases: alguns vêem o "tenentismo" começar com a proclamação da República, embora a maioria veja seu início em [19]22. O movimento não parece ter unidade, sendo apontadas duas fases distintas, uma "liberal-democrática" até 1930 e uma "autoritária", depois de 30. Contém também dentro de si "esquerda" e "direita"<sup>9</sup>.

Essa pesquisa tem como objetivo compreender a formação da Coluna Miguel Costa – Prestes e, portanto, tem como início de seu recorte temporal 1924, às vezes retrocedendo até 1922 já que muito dos envolvidos nos levantes de 22 continuaram nas conspirações militares, e se encerrando em 1927 com o

---

<sup>7</sup> MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria*: história do exército brasileiro, 1889-1937. Trad. Laura Teixeira Motta. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 312 e 313.

<sup>8</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992. Tenentes, tenentismo, tenentismo versus oligarquia: reflexões para uma revisão historiográfica in *Anaes do Museu Paulista*, tomo XXXIV. São Paulo: USP, 1985.

<sup>9</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 230.

exílio da Coluna na Bolívia. Dessa maneira, buscou-se refletir acerca das movimentações políticas tidas como tenentistas dentro deste recorte.

Nossa intenção inicial era verificar as relações da chamada Revolução de 1924, que foi nosso objeto de estudo em trabalho anterior<sup>10</sup>, com a Coluna Prestes, devido a um contato inicial com o Manifesto de Santo Ângelo, no qual Luiz Carlos Prestes afirmava que:

Hoje, 29 de Outubro, por ordem do General Izidoro Dias Lopes, levantam-se todas as tropas do Exercito das guarnições de Santo Angelo, São Luiz, São Borja, Itaqui, Uruguayana, Sant'Anna, Alegrete, Don Pedrito, Jaguarão e Bagé, hoje irmanados pela mesma causa e pelos mesmos ideaes levantam-se as forças revolucionárias gauchas da Palmeira, de Nova Wutemberg, Ijuhy, São Nicolau, São Luiz, São Borja, Santiago e de toda a fronteira até Pelotas e, hoje entram no nosso Estado os chefes revolucionarios Honorio Lemos e Zeca Netto, tudo de accordo com o grande plano já organizado.

E, desta mescla, desta comunhão do Exercito e do Povo, com nacionaes e estrangeiros, resultará a rápida terminação da luta armada no Brasil, para honra nossa e glória dos nosso ideaes e de nossos foros de povo civilizado e altivo.

De acordo com o plano geral, as tropas de Santo Angelo talvez pouco demorem aqui, mas durante este tempo a ordem, o respeito a propriedade e a familia serão mantidos rigorosamente e para isso o governo revolucionario provisório conta com o auxilio da própria população.

Não queremos perturbar a vida da população, porque amamos e queremos a ordem com base do progresso. Podem pois estar todos calmos que nada acontecerá de anormal.

São convocados todos os reservistas do Exercito a se apresentarem ao quartel do 1º Batalhão Ferroviario, e fica aberto o voluntariado.<sup>11</sup>

A partir desta leitura, ficamos curiosos em saber como se dava essa ligação entre São Paulo e Rio Grande do Sul, e como fora feito o “grande plano”. Embora seja vasta a bibliografia sobre a Coluna, achamos que muito se tem a pesquisar sobre ela, uma vez que as temáticas não se esgotam em si mesmas, dada a diversidade de fontes, questionamentos e métodos.

Paralelamente, no momento de fazer o projeto da monografia de conclusão de curso da graduação em História, na busca por fontes, encontramos

---

<sup>10</sup> CASTRO, Maria Clara Spada de. *Tenentismo em 1924: a participação civil na Revolução Esquecida*. Guarulhos, Monografia de conclusão de curso, 2013. (Orientação de Edilene Toledo)

<sup>11</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Manifesto de Santo Ângelo. Santo Ângelo, 29 de outubro de 1924. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1924/10/29.htm> Acesso em 27/09/2016.



um conjunto de cartas sobre 1924 no Arquivo do Estado de São Paulo. Quando começamos sua leitura, vimos que por mais que o conjunto documental tivesse este nome, poucas eram as cartas trocadas em 1924. Boa parte delas eram de 1925 e 1926, momento em que “a Revolução de 1924” já tinha se unido a tropas vindas do Sul e se transformado na “Coluna Prestes”.

Essas cartas foram deixadas de lado, momentaneamente, e a monografia foi feita com outras fontes. No mestrado, as cartas retornaram. Neste segundo momento, dado o pouco tempo destinado para a feitura da dissertação, notamos ser bastante complicado transcrever e trabalhar com todo o conjunto de cartas, já que elas abordavam mais da logística da marcha, com solicitações de pessoal, armamento, munição, requisições de informações acerca do terreno, dentre outras questões, do que propriamente dos planos, que tanto nos interessavam.

Dessa maneira, fizemos a escolha de trabalhar com as cartas enviadas e recebidas pelas figuras de liderança ou que eram próximas a ela, sendo estes nomes recorrentes nas correspondências e nos livros de memórias. Para complementar este conjunto inicial disponível no AESP, utilizamos ainda cartas do CPDOC/FGV, depositadas nos fundos Juarez Távora e Sadi Vale Machado, do AEL/UNICAMP, contidos nos fundos Miguel Costa e Lourenço Moreira Lima, além de outros documentos consultados no CEDEM/UNESP.

Por acreditarmos que o trabalho do historiador não deve ser feito com uma única tipologia de fontes, a menos que seu objetivo seja analisá-la em particular, recorreremos aos livros de memória. Estes, muitas vezes escritos no calor dos acontecimentos, devem ser lidos com muita cautela por apresentarem interpretações bastante específicas e subjetivas. Além disso, tem os cuidados do autor, por conta do momento da escrita, em buscar não causar indisposição entre aqueles citados em suas memórias, e na escolha dos fatos ali apresentados, influenciando na construção da memória acerca do movimento. Um exemplo é o caso de uma carta escrita por Prestes e enviada ao general Isidoro Dias Lopes, datada de 10 de fevereiro de 1925. Tal correspondência se encontra atualmente no Arquivo Público do Estado de São Paulo, todavia, encontramos o que imaginamos ser o seu rascunho, ou cópia, no CPDOC - fundo de Sadi Vale Machado, sem data, localidade ou assinatura. Na obra

memorialística de Lourenço Moreira Lima<sup>12</sup> a mesma carta se encontra nas páginas 107 a 111, mas curiosamente, conforme pudemos verificar, algumas partes foram suprimidas sem as devidas indicações. Em uma dessas supressões, Prestes trata da fuga dos caudilhos Ruy Zubaran, Innocencio Silva e Pedro Aarão para a Argentina e a falta de confiança que ele tinha ~~para com~~ o coronel Fidêncio de Mello. Ainda constam no livro mudanças de palavras e diversas correções no texto da carta.

Por outro lado, estas obras são de extrema importância por se tratar de memórias de membros do comando da Coluna ou de seu entorno e iluminam algumas questões que outras fontes não permitem. Estes diversos livros nos possibilitaram esboçar algumas trajetórias e verificar o trânsito de alguns dos tenentes pelo território brasileiro que foram essenciais na difusão do clima de revolta naquele momento.

Nesse sentido, é importante a inspiração do trabalho de Giovanni Levi no que se refere, principalmente, ao desenvolvimento de seu dossiê prosopográfico, pois nos auxilia na reflexão acerca das identidades sociais "concebidas como realidades dinâmicas (...) que se constituem e se deformam diante dos problemas com os quais os atores sociais são confrontados"<sup>13</sup>. Isso nos permite, assim como desejado por Jacques Revel, estudar o social como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação, salientando a construção de papéis sociais à sua interação.<sup>14</sup>

Se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupo de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro, em todas as sociedades conhecidas: o nome.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

<sup>13</sup> REVEL, Jacques. Prefácio In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 30.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>15</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 173-174.

A partir do nome, pode-se, segundo Ginzburg, acompanhar o sujeito em suas múltiplas inserções sociais, na complexa rede de relações na qual ele está inserido. "As linhas que convergem para o nome e que dele partem, (...) [compõem] uma espécie de teia de malha fina, [que] dão ao observador a imagem do tecido social em que o indivíduo está inserido"<sup>16</sup>. Dessa maneira, perseguimos os nomes das lideranças nos diversos livros de memórias e a ainda nos utilizamos de jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro publicado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas<sup>17</sup>. Para os que tiveram participação no movimento de São Paulo em 1924, ainda recorremos à denúncia<sup>18</sup> e aos volumes do processo judicial<sup>19</sup> utilizados na monografia.

Esta dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro deles buscamos traçar os diversos movimentos de cunho militar ocorridos no Brasil no período em questão, que contribuíram para a formação da Coluna. Embora esses dados, em sua grande parte, tenham como referência a historiografia, estes movimentos foram estudados em suas particularidades, com pouca ou nenhuma análise sobre as relações existentes entre eles. A partir de algumas trajetórias, pudemos notar que estes movimentos tinham em suas lideranças um elo de ligação, pois boa parte destes tenentes foram contemporâneos na Escola Militar do Realengo e partilhavam algumas ideias políticas.

Outro fator promovedor destas ligações foi a sentença dada aos revoltosos de 1922, que foram acusados de tentar promover um golpe de estado, e não somente um simples levante militar, como esperavam. As punições e tratamentos dados a estes pelo governo auxiliaram na ocorrência de manifestações de solidariedades.

---

<sup>16</sup> Ibidem, p. 175.

<sup>17</sup> ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

<sup>18</sup> *Successos Subversivos de São Paulo*. Denúncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da Republica, em comissão no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. (Acervo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo)

<sup>19</sup> Justiça Federal, seção de São Paulo. *Processos*, vols. 16 e 35. (AESP)

No segundo capítulo, buscamos entender como era formado o comando da Coluna e quais eram seus objetivos, planos políticos e reivindicações. Ainda destrinchamos algumas questões geradoras de conflitos para entendermos melhor essa formação e algumas de suas características elaboradas em meio à marcha, bem como alguns traços que nos dão indícios das origens sociais de seus membros.

No terceiro capítulo, verificamos a aproximação dos tenentes com os civis do campo e da cidade. Com relação aos do campo, esta proximidade foi bastante dificultada pelos coronéis, havendo na maioria nos casos um distanciamento. No meio urbano, as ideias tenentistas tiveram mais vazão e atraíram pessoas de diversas classes sociais e afinidades ideológicas. Exemplos significativos são os contatos que foram estabelecidos com o operariado anarquista e membros do Partido Comunista.

## **CAPÍTULO I - A Hidra de Lerna: Redes de sociabilidade, movimentações e propaganda da revolta pelo Brasil**

A dificuldade encontrada pelos construtores do tenentismo em precisar o programa do "momento" parece estar ligada à diversidade de pessoas, grupos e ações que são apontados unificadamente como "tenentistas". O Diário Nacional (em 1931) constrói para o "movimento dos tenentes" uma imagem: o tenentismo é como a "hidra de Lerna". Essa imagem é muito significativa: um só animal assustador, difícil de ser morto porque tem muitas cabeças?!<sup>20</sup>

### **O início da década de 1920 e o caso das Cartas Falsas**

As atribuladas eleições de 1922 foram disputadas por Nilo Peçanha, tendo como vice José Joaquim Seabra, candidatos da Reação Republicana, que unia as chamadas oligarquias dissidentes, pertencentes aos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, em oposição à candidatura do mineiro Arthur Bernardes, apoiado por São Paulo. Segundo Anita Prestes, a Reação Republicana encontrava neste período um clima político bastante favorável a uma ampla mobilização das classes médias e setores populares, bem como do movimento operário<sup>21</sup>. O descontentamento militar e a desistência de Hermes da Fonseca de entrar na disputa à presidência reforçaram o apoio destes setores sociais para a chapa de Nilo Peçanha.

Endossando esse descontentamento militar, Epiácio Pessoa, em seu governo, nomeou o mineiro João Pandiá Calógeras para ministro da Guerra, sendo, juntamente com Alfredo Pinto Vieira de Melo, ministro de 28 de julho a 3 de outubro de 1919, os únicos civis a ocuparem a pasta nesse primeiro período republicano, o que incomodou alguns oficiais do Exército que viam neste ato uma diminuição do prestígio militar<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992. Tenentes, tenentismo, tenentismo versus oligarquia: reflexões para uma revisão historiográfica in *Anaes do Museu Paulista*, tomo XXXIV. São Paulo: USP, 1985, p. 153.

<sup>21</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a Reação Republicana*: as origens do tenentismo. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 35.

<sup>22</sup> MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria*: História do Exército Brasileiro 1889-1937. Trad. Laura Teixeira Motta. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 282.

Em maio de 1921, o marechal Hermes da Fonseca foi nomeado presidente do Clube Militar, importante espaço de discussão e sociabilidade de ampla frequência, após retornar da Europa, para onde havia se retirado desde 1915. Em seu regresso, o Clube organizou um grande banquete. Em 9 de outubro, o jornal *Correio da Manhã* publicou a seguinte carta assinada por Arthur Bernardes e enviada para o senador Raul Soares:

Estou informando do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargentão sem compostura, aos seus apaniguados, e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use com tãda energia, de accordo com as minhas ultimas instrucções, pois, essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se Epitacio mostra agora a sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que sahiram da disciplina e removendo para bem longe esses generaes anarchisadores. (...) <sup>23</sup>.

Em resposta, o Clube se reuniu e fez uma moção, na qual defendia a reação imediata do Exército ultrajado por Bernardes ou a sua dissolução. No dia seguinte, o mesmo jornal publicou uma segunda carta, em que, teoricamente, Bernardes afirmava que não se deveria temer as forças armadas, por conta das ações que Epitácio Pessoa já vinha realizando, como a transferência de alguns militares para as regiões mais distantes do centro político. <sup>24</sup>

O candidato à presidência apontado como remetente das cartas negou que as tivesse escrito. Em meio ao embaraço, o Clube Militar nomeou uma Comissão Julgadora que as declarou autênticas. Após nova assembleia, o Clube decidiu "entregar o caso ao julgamento da Nação" <sup>25</sup>. Somente no ano seguinte, em 1923, Oldemar Lacerda e Jacinto Guimarães assumiram a autoria das cartas, justificando que buscavam destruir a candidatura de Bernardes em prol de uma possível de Hermes da Fonseca, tendo em vista a movimentação das classes armadas <sup>26</sup>. Todavia, o embaraço político já estava feito e muitos ainda

---

<sup>23</sup> SILVA, Hélio. *1922: Sangue na areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 61.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 70-72.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 90-92. BASTOS, Abgvar. *Prestes e a revolução social*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 112.

continuaram convencidos de que Bernardes era o verdadeiro autor das citadas cartas<sup>27</sup>.

Em junho de 1922, Bernardes foi eleito Presidente com 466.000 votos contra 317.000 de Nilo Peçanha<sup>28</sup>, para assumir o cargo no início do ano seguinte. Em 29 de junho, o marechal Hermes da Fonseca soube da intervenção de Epitácio Pessoa no governo estadual de Pernambuco com a utilização de militares, o que resultou no envio do seguinte recado a Jaime Pessoa, comandante geral das forças federais do referido estado:

O Clube Militar está contristado pela situação angustiosa em que se encontra o Estado de Pernambuco, narrada por fontes insuspeitas que dão ao nosso glorioso Exército a odiosa posição de algoz do povo pernambucano. (...) não esqueçais que as situações políticas passam e o Exército fica<sup>29</sup>.

Perante essa intromissão em suas ordens, o ministro Pandiá Calógeras divulgou um Aviso de Repreensão, ao qual o marechal respondeu, assumindo a autoria do telegrama. Assim, Bernardes decretou sua prisão e o fechamento do Clube Militar em 1 de julho, situação mantida e perpetuada ao longo de seis meses.<sup>30</sup> Hermes da Fonseca foi posto em liberdade 17 horas após sua prisão. Todavia, o Forte de Copacabana já planejava se revoltar por conta dos fatos ocorridos.

Para além do ministro da Guerra ser um civil, de o Clube Militar ser fechado e do desrespeito das supostas cartas de Bernardes, a prisão do marechal, representante do Exército e ex-presidente do país, foi considerada um grande ultraje. Para completar, fora mantido preso num regimento comandado por um tenente-coronel, rompendo com a hierarquia. O Exército, assim como a Marinha, ainda sofria a precariedade dos soldos, de instalações, e de armamentos<sup>31</sup>. Havia também a lentidão nas promoções, que além de deixar os

---

<sup>27</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *O tenentismo em Sergipe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1974, p. 77.

<sup>28</sup> SILVA, op. cit., p. 101. BASTOS, op. cit., p. 127.

<sup>29</sup> SILVA, op. cit., p. 105 e 106.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 106-111.

<sup>31</sup> MAYNARD, Andreza Santos Cruz. *A caserna em polvorosa: a revolta de 1924 em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, p. 66 e 76.

militares insatisfeitos, acumulava revoltados, a partir de anistias concedidas, nas patentes de 1º e 2º tenentes<sup>32</sup>.

Arthur Bernardes, com sua posse, deu continuidade ao estado de sítio decretado por Epitácio Pessoa após o levante do Forte de Copacabana. No início de seu governo, interveio no estado do Rio de Janeiro, depondo Raul Fernandes. Na Bahia, J.J. Seabra, opositor de Bernardes, foi obrigado por forças federais a deixar seu cargo. O mesmo aconteceu no Maranhão<sup>33</sup>. Foi aprovada ainda a Lei da Imprensa, apelidada pelo povo de "Lei Infame", e aos revoltosos de 1922, que esperavam a anistia, coube a acusação de golpe contra o poder estabelecido.

O autoritarismo de Bernardes também incomodava amplos setores, como se observa nesse relato de Prestes:

Pela Avenida Rio Branco ecoavam as estrofes da popular marchinha 'Seu Mé!<sup>34</sup>, cantada com entusiasmo tanto por civis quanto por militares, muitos ostentando orgulhosamente suas fardas, em claro desafio ao político de Viçosa. A indignação popular, de proporções jamais vistas nas ruas da capital da República, em relação a um candidato à sucessão presidencial, constituía um indicador de que a

---

<sup>32</sup> CARVALHO, José Murilo. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In PINHEIRO, Paulo Sergio (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo 3 - O Brasil Republicano, Vol. 9 Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Bertrand Brasil, 2006, p. 225.

<sup>33</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 268-269.

<sup>34</sup> O Zé Povo quer a goiabada Campista

Rolinha desista / Abaixo esta crista

Embora se faça uma "bernarda"

A cacete / Não vais ao Catete

Não vais ao Catete

Ai seu Mé / Ai Mé Mé

Lá no Palácio das Águias, olé

Não hás de pôr o pé

O queijo de Minas tá bichado

Seu Zé / Não sei porque é

Não sei porque é

Prefira bastante apimentado, Yayá

O bom vatapá / O bom vatapá

Marchinha datada de 1922, de autoria de Freire Jr. e Careca (Luís Nunes Sampaio), montada a partir de três sucessos da época. Foi proibida pela polícia, que chegou a recolher gravações. Os autores a assinaram como "Canalhas das Ruas", mas foram descobertos, sendo Freire preso e Luís escapou se escondendo. "Seu Mé", presente na letra, era apelido de Bernardes, tanto que o encontramos em algumas correspondências que estudamos, bem como "rolinha". [http://www.franklinmartins.com.br/som\\_na\\_caixa\\_gravacao.php?titulo=ai-seu-me](http://www.franklinmartins.com.br/som_na_caixa_gravacao.php?titulo=ai-seu-me) Acesso em 06/10/2015.



campanha eleitoral entrara numa nova fase. (...) a indignação generalizada, que ia tomando conta da Nação, levaria a opinião pública a tornar-se cada vez mais descrente da solução pelo voto, que teria que ser obtida nos marcos da "política dos governadores" e do sistema eleitoral fraudulento que lhe era inerente. (...) os militares quando amplos setores populacionais, mobilizados pela campanha da Reação Republicana, se voltavam para outro tipo de solução: extra-legal e "revolucionária"<sup>35</sup>.

### **Revoltas de 1922 no Rio de Janeiro: Forte de Copacabana, Forte do Vigia, Vila Militar, Escola Militar do Realengo e Niterói**

Na madrugada do dia 5 de julho de 1922, o Forte de Copacabana começou a se levantar. A revolta planejada para dez dias depois se antecipou no Forte, e ameaçava bombardear o Palácio do Catete, sob a liderança de Euclides Fonseca - filho do Marechal Hermes da Fonseca, Siqueira Campos, Eduardo Gomes e Delso Mendes Fonseca. O marechal Hermes seguia para a Vila Militar, acompanhado de seu outro filho, o capitão Mário Hermes.<sup>36</sup> Antecipadamente, nos alojamentos da Vila Militar, vários foram presos, pois o governo sabendo dos planos rebeldes, já estava executando várias novas transferências de oficiais. Com isso, apenas a 7ª Companhia do 1º Regimento de Infantaria se levantou, sob o comando do Tenente Frederico Cristiano Buiz.<sup>37</sup>

O levante na Escola Militar foi comandado por João Maria Xavier de Brito, coronel veterano do combate a Canudos, que era diretor da Fábrica de Cartuchos do Realengo e tentou encaminhar os 638 alunos revoltados para a Vila Militar. No meio do caminho, os cadetes foram recebidos à bala, retornaram e acabaram presos.<sup>38</sup>

O Forte de Copacabana começou então o ataque à capital federal, todavia:

O governo não receava o bombardeio da cidade. (...) A precisão, os estragos causados e o número de vítimas, alarmaram as autoridades, abaladas em sua confiança. O Q.G. foi mudado às pressas para o

---

<sup>35</sup> PRESTES, op. cit., p. 64.

<sup>36</sup> SILVA, op. cit., p. 113 e 210.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 134.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 189 e 192.

Quartel do Corpo de Bombeiros, na outra face do Campo de Santana. Ainda aí não se sentiram em segurança. Transferiram-se para outro quartel dos bombeiros, no largo Humaitá. Conseguindo atirar por cima das montanhas, os artilheiros de Copacabana tinham a cidade à sua mercê.<sup>39</sup>

No Forte do Vigia, o 1º tenente Fernando Bruce, o 2º tenente Rubens de Azevedo Guimarães e o aspirante Rômulo Fabrizzi lideraram o levante e saíram do Forte acompanhados de 54 homens e dois automóveis carregados de munição em direção à Copacabana.<sup>40</sup>

Para combater os rebeldes foram organizados os Fortes de São Luís e Imbuí, em Niterói, além de navios da Marinha e hidroaviões. Pela manhã, o Forte do Vigia foi dominado por legalistas, assim como a Vila e a Escola Militar, restando apenas o Levante no Forte de Copacabana.<sup>41</sup>

Na manhã do dia 6, o capitão Eurico Gaspar Dutra, um dos encarregados de reprimir a revolta, ordenou que os navios encouraçados São Paulo e Minas Gerais, juntamente com o *destroyer* Paraná, abrissem fogo contra o Forte. Todavia, o ataque foi respondido a canhões por Siqueira Campos e os navios recuaram <sup>42</sup>.

Informados pelo próprio ministro da Guerra, Calógeras, que eram a única unidade ainda revoltada, este sugeriu que se rendessem. As opiniões sobre a continuidade do movimento entre os revoltosos divergiam e Euclides Fonseca dispensou os que eram a favor da rendição, sobrando apenas ele juntamente com mais 28 homens.<sup>43</sup> Ao sair do Forte para negociar com o governo, o capitão Euclides Fonseca foi preso no Catete. Conforme depoimento de Siqueira Campos:

Por volta de sete horas só se encontravam no Forte o comandante Euclides Hermes, o depoente, os tenentes Eduardo Gomes e Nilton Prado e Mário Carpenter, dois sargentos-eletricistas, um cabo-artilheiro, algumas praças e quatro civis, perfazendo um total de 28

---

<sup>39</sup> Ibidem, p. 126-127.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 121 e 122.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 129-130.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 132.

peçoas. Todas elas estavam resolvidas a não se entregar em hipótese nenhuma.<sup>44</sup>

Do Palácio do Governo, Euclides Fonseca telefonou para Siqueira Campos para que se rendessem. Contrariando a oferta, o tenente propôs a marcha até o Palácio do Governo, para que não houvesse mais bombardeios para castigar a população. Segundo relatos, Siqueira Campos escreveu os 28 nomes em uma parede do Forte, pegou a bandeira nacional e a cortou em pedaços, distribuindo entre os presentes, guardando consigo um a mais para Euclides Fonseca.<sup>45</sup>

Seriam os 28 listados: os 1<sup>os</sup> tenentes Antônio Siqueira Campos e Eduardo Gomes; 2<sup>os</sup> tenentes Nilton Prado e Mario Tamarindo Carpenter; 1<sup>o</sup> mecânico eletricitista José Pinto de Oliveira; auxiliar de mecânico Artur Pereira da Silva; cabo Raimundo de Lima Cruz; soldados Manoel Antônio dos Reis, Benedito José do Nascimento, Antônio Camilo de Freitas, José Rodrigues da Silva, José Joaquim da Costa, José Olímpio de Oliveira, Manoel Ananias dos Santos, Heitor Ventura da Silva, Pedro Ferreira de Melo, Marcelo Miranda, José Rodrigues Marmeleiro, Hildebrando da Silva Nunes, Francisco Ribeiro de Freitas, Rosendo Cardoso, Alberto Alves da Cunha Machado e Sandoval Alexandre Vicente; civis João Antônio Falcão de Melo, Antônio Luciano da Silva, Manoel Felipe da Costa, Lourival Moreira da Silva, Joaquim M. Pereira Jr<sup>46</sup>.

Ao início da marcha pela Avenida Atlântica quatro soldados resolveram ficar no forte. De um grupo de civis que se encontravam à frente do Forte, dois se voluntariaram e solicitaram que fossem armados. Após o embate, vários corpos ficaram pela avenida Atlântica como Nilton Prado, Mario Tamarindo Carpenter, o eletricitista José Pinto de Oliveira, dois soldados do Forte de Copacabana não identificados, o civil Otávio Correia, o corneteiro Manoel Antonio dos Reis e Hildebrando da Silva Nunes <sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 137-138.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 180-181.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 145 e 165.

Por fim, todos os envolvidos que sobreviveram ao combate foram presos e processados. Esses processos desenrolaram-se durante um rigoroso estado de sítio de quatro anos, permeados por prisões políticas e censura à imprensa. Por outro lado, os presos e foragidos continuavam a conspirar<sup>48</sup>. A sequência de repressão e negativa de anistia contribuíram para a continuação do movimento e para o aumento de adesões<sup>49</sup>. Além disso, seguiu-se uma sucessão de quebra de costumes para os militares, vista por eles como uma afronta. Oficiais do exército foram aprisionados juntamente com civis nas mesmas condições, e houve, ainda, a quebra de hierarquia, por exemplo, com generais sendo presos por inspetores, e a realização de julgamentos do processo em foro civil.<sup>50</sup>

### **Revolta de 1924 em São Paulo**

Em dezembro de 1923, os envolvidos nos levantes militares do ano anterior foram julgados e punidos perante a acusação de tentarem promover um golpe de Estado. Tal julgamento agravou as relações entre o Exército, que esperava a anistia, e o Governo Federal, que não a concedeu. A tensão crescente resultou na eclosão de uma rebelião de militares, tanto do Exército quanto da Força Pública, e com significativo envolvimento de civis em São Paulo durante o segundo aniversário da primeira revolta, em 5 de julho de 1924.

Ao se buscar um chefe para a nova rebelião ficou definido que se fazia necessário que este não estivesse envolvido nos levantes de 1922, para que houvesse maior liberdade de movimento, e que possuísse, por questão de hierarquia, patente superior. Como não foi possível, recorreu-se a oficiais reformados (aposentados), e assim, foi indicado o general da Cavalaria do Exército Isidoro Dias Lopes.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> Ibidem, p. 235.

<sup>49</sup> MAYNARD, op. cit., p. 66.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>51</sup> CORREA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1967, p. 68.

Isidoro concluiu a Escola Militar em Porto Alegre em 1889. Em 1893, deixou o Exército e tornou-se chefe do Estado-Maior do caudilho Gumercindo Saraiva na Revolta Federalista no Rio Grande do Sul. Com a derrota, exilou-se na França, retornando em 1896. Anistiado, reintegrou-se ao Exército como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Reformado em 1923 e escolhido no ano seguinte como líder da revolta a eclodir, viajou pelos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul estabelecendo contatos nos meios militares e elaborou, junto com Joaquim e Juarez Távora, um plano de ocupação da capital paulista.<sup>52</sup>

Os Távora nasceram e viveram durante a infância na fazenda Embargo, de meia légua quadrada (cerca de 900 hectares), à margem do rio Jaguaribe, no Ceará. Por conta das secas do rio, a família migrava temporariamente, conforme as necessidades de subsistência. Segundo as memórias de Juarez, a fazenda não possuía empregados e todo o trabalho de lavoura e criação de animais era feito por seus pais e seus outros doze irmãos, que se revezavam à medida que chegavam a idade de ir para a cidade estudar<sup>53</sup>.

Os gastos com a educação dos filhos mais velhos consumiram rapidamente as economias da família e por isso, os três irmãos mais jovens, dentre eles Juarez e Fernando, passaram, a partir de 1911, a ser educados por conta de seus irmãos mais velhos. Assim, foram mandados para o Rio de Janeiro e matriculados no 1º ano do Externato Pedro II.

Em 1915, ingressaram na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas no início do segundo ano foram obrigados a deixar os estudos, visto que seus irmãos que financiavam não podiam mais fazê-lo, pois um ia se casar e outro tivera a primeira filha. A solução que encontraram para continuar a estudar foi servir ao Exército.

No ano seguinte, Juarez Távora sentou praça no Realengo e em 1917 iniciou os estudos na Escola Militar, decidido a cursar Engenharia. Em 1919,

---

<sup>52</sup> MCCANN, op. cit., p. 344 e 345.

<sup>53</sup> As informações deste e dos próximos parágrafos foram retiradas de TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: memórias*. Vol. 1 - Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1973, p. 7-108.

serviu como estagiário no 1º Batalhão de Engenharia, na Vila Militar. No ano seguinte, serviu em Curitiba, no 5º Batalhão de Engenharia e em maio de 1921 foi promovido a 1º tenente e classificado no 4º Batalhão de Engenharia, em Itajubá, Minas Gerais, onde comandou a Companhia de Telefonistas e Telegrafistas. Em 1922, foi designado para servir como auxiliar de instrutor de Arma de Engenharia, na Escola Militar do Realengo, substituindo Luiz Carlos Prestes que havia sido promovido a capitão e designado para comandar a Companhia Ferroviária<sup>54</sup>. Na Escola Militar, acabou se envolvendo nos levantes daquele ano:

Participei, ativa e conscientemente, do levante militar de 5 de julho de 1922, feito como protesto contra os atos do Presidente Epitácio Pessoa, que considerava ofensivos à dignidade do Exército. (...) Não compareci a uma sequer das reuniões do Clube Militar, que o precederam. (...) Quando, após a prisão do Marechal Hermes, fui notificado, por um de meus colegas instrutores da Escola Militar, de que o levante estava marcado para a noite de 4 para 5 de julho, reiterei-lhe, sem maiores indagações, minha disposição de nele colaborar. E verifiquei, então, que ia assumir uma enorme responsabilidade, pois estava escalado para dar o serviço de oficial de dia, à Escola, no decorrer daquelas vinte e quatro horas.<sup>55</sup>

Távora foi preso no mesmo dia em que se iniciou a revolta na Escola. Em fins de 1923, a justiça condenou os julgados nos levantes à perda de patente e à exclusão do Exército, o que o levou a desertar e a conspirar, primeiramente no Paraná. Em fins de janeiro de 1924, Juarez foi ao Rio Grande do Sul fazer ligações com o Batalhão Ferroviário - onde atuavam Luiz Carlos Prestes e Paulo Kruger - e com as Artilharias de Santa Maria e Alegrete, entrando ali em contato com Cordeiro de Farias. Depois se ligou ainda com as unidades militares presentes nas cidades de São Gabriel, Pelotas, Porto Alegre e Curitiba<sup>56</sup>.

Seu irmão, Joaquim Távora, em 1922, era comandante do 17º Batalhão de Caçadores, localizado em Corumbá, Mato Grosso, e liderou a revolta desta localidade em apoio ao levante do Forte de Copacabana. Preso após este evento foi libertado no ano seguinte, e assim como Juarez, desertou do Exército e

---

<sup>54</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 29-32.

<sup>55</sup> TÁVORA, op. cit., p. 115-116.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 120-130.

passou a articular o próximo movimento, atuando nos estados de Santa Catarina e Minas Gerais. Fixou-se, por fim, em São Paulo, onde visitou as guarnições militares de Rio Claro, Itu, Jundiaí, Caçapava e Lorena, e estabeleceu contatos com a Força Pública por intermédio do major Miguel Costa<sup>57</sup>, comandante do Regime de Cavalaria da Força Pública do Estado de São Paulo e que também compôs a liderança do movimento na capital paulista em 1924.

Miguel Costa, por sua vez, era argentino. Nasceu em Buenos Aires, em 1885, de pais imigrantes. Sua família veio para o Brasil em 1892 quando ele era ainda criança e se instalaram na cidade de Piracicaba. O pai de Miguel, Jaime, era contratado por fazendeiros da região para cuidar da escrituração de propriedades. Em uma de suas viagens a trabalho foi morto, e sua esposa, Dolores, ficou com os seis filhos e sem recursos financeiros. Dessa maneira, aos 12 anos, Miguel Costa foi enviado a Limeira para trabalhar em um cafezal, empregando-se, posteriormente, como aprendiz de caixeiro e depois como tipógrafo.<sup>58</sup>

Poucos anos depois, a família foi para a cidade de São Paulo, onde se mantinham com o auxílio do dono do jornal *Voz de Espanha*. Residindo próximos ao quartel da Força Pública, Dolores passou a servir refeições para os soldados. A partir desta proximidade, Miguel Costa ingressou na carreira, juntamente com outros dois irmãos.<sup>59</sup>

A revolta em 1924 em São Paulo, na qual Miguel foi uma das lideranças, foi planejada em ligação com outras pelo Brasil, articuladas simultaneamente. Isso visava garantir uma sólida posição dentro da estratégia geral de luta. No plano inicial, a cidade de São Paulo serviria como ponto de concentração do movimento revolucionário a partir do estabelecimento de relações com as unidades localizadas em outras cidades do interior e em outros estados como Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais, bem como com a região do Vale do Paraíba

---

<sup>57</sup> Ibidem, p. 129 e 130. ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

<sup>58</sup> COSTA, Yuri Abyaza. *Miguel Costa: um herói brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 18-22.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 23-24.

e a descida da Serra do Mar, com a intenção de isolar a cidade do Rio de Janeiro<sup>60</sup>.

A tomada da cidade de São Paulo se iniciou com violência na manhã do dia 5 de julho de 1924, tida pelos rebeldes como necessária para garantir o isolamento do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo permitir o deslocamento e proteção das tropas revoltosas. Assim, houve a destruição sistemática de pontes, túneis, passagens e aterros, bloqueios de ferrovias, cortes de linhas telefônicas e telegráficas que visava dificultar a chegada de tropas legalistas para conter o movimento rebelde.<sup>61</sup>

O plano inicial dos revoltosos era tomar a cidade de São Paulo em poucas horas, devendo, logo em seguida, dois destacamentos mistos de tropas do Exército e da Força Pública marchar, um em direção a Santos, através da São Paulo Railway, e outro para a Barra do Piraí, por meio da Estrada de Ferro Central do Brasil. Tal estratégia visava controlar estas áreas para garantir a ligação de São Paulo com Minas Gerais e isolar a capital federal. Todavia, o plano começou a dar errado desde o início de sua execução, havendo um primeiro atraso de 20 horas na chegada de Isidoro a São Paulo. Isso fez com que a Marinha, que havia destacado no Porto de Santos, ficasse sem orientações e, conseqüentemente, não se rebelasse na manhã do dia 5 de julho.<sup>62</sup>

Em São Paulo, o major Miguel Costa, após assumir o comando do Regimento de Cavalaria da Força Pública, conduziu a ocupação das estações ferroviárias do Norte, Sorocabana, Luz e Brás. Os tenentes Alfredo de Simas Enéas, do Exército, e Ari Cruz, da Força Pública, ocuparam a Repartição do Telégrafo Nacional, na rua José Bonifácio.<sup>63</sup>

No dia 8, houve intenso bombardeio ao Palácio dos Campos Elíseos, sede do governo estadual, e o presidente do estado Carlos de Campos, aconselhado

---

<sup>60</sup> CORREA, op. cit., p. 79.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 81.

<sup>62</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. *1924 O diário da Revolução: Os 23 dias que abalaram São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - Fundação Energia e Saneamento, 2010, p. 17 e 19.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 20 e 25.



pelo general Estanilau Pamplona, responsável pela segurança do palácio, transferiu a sede do governo para a Secretaria da Justiça, no Largo do Tesouro<sup>64</sup>. No mesmo dia, o presidente do estado e sua família se mudaram. Após forte bombardeio ao prédio da Secretária da Justiça, que ameaçava ruir, foi instalada provisoriamente a sede do governo paulista na antiga estação ferroviária de Guaiaúna, atual região do bairro da Penha, ponto final dos trens que chegavam do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba<sup>65</sup>.

Sem saber do abandono do palácio e observando com apreensão os acontecimentos desfavoráveis à revolução, o general Isidoro decidiu retirar suas tropas para Jundiaí. O coronel Miguel Costa, por sua vez, ainda acreditava na possibilidade de sucesso do movimento e se recusou a acatar a ordem do general, que indignado, afastou-se do comando. Miguel Costa, ciente que não resistiria apenas com seus companheiros da Força Pública, redigiu uma carta ao presidente do estado, Carlos de Campos, onde se culpava pela revolta e propunha sua rendição a partir da concessão de anistia aos seus homens<sup>66</sup>. Todavia, seu emissário, ao levar, no dia seguinte, a carta aos Campos Elíseos, encontrou o palácio abandonado pelas forças governistas. A constatação do abandono por parte do governo do estado deu novo ânimo aos rebeldes e fez com que os planos de retirada e rendição fossem adiados<sup>67</sup>.

Com a ocupação militar, a vida na cidade mudou completamente. As dificuldades impostas ao funcionamento das estradas de ferro prejudicaram a entrada de matéria-prima nas fábricas e a vinda de gêneros alimentícios do interior para o abastecimento da cidade. Os operários foram obrigados abandonar o trabalho. Em relatório, a prefeitura apontou que 212.385 passageiros deixaram a cidade pelas ferrovias, em uma média de 9.199 pessoas por dia, sendo que a cidade na época possuía 800 mil habitantes<sup>68</sup>. O movimento

---

<sup>64</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>68</sup> AQUINO, Laura Cristina M. de. *A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995, p. 25.

causou prejuízos à população e deu oportunidade para que se manifestassem tendências múltiplas, conforme os interesses dos grupos envolvidos. Os operários que já estavam insatisfeitos com o governo viam com bons olhos a manifestação. Já os donos de indústrias e armazéns, tendo os seus interesses prejudicados, encaravam a revolta como uma ruptura da ordem que deveria ser combatida pelo Estado.

Com a falta de matéria-prima e gêneros alimentícios, começou-se a praticar saques aos armazéns e depósitos de mercadorias, como ocorreu no Mercado Municipal, por exemplo, onde o tenente João Cabanas se colocou como responsável:

Tendo verificado *de visu* e isto com bastante amargura, o sofrimento de grande parte da população pela escassez de gêneros alimentícios, deliberei atenuar esses sofrimentos, fazendo, de qualquer modo ou meio ao meu alcance, que o comércio de produtos de primeira necessidade abrisse suas portas ao público e o abastecesse pelos preços correntes antes da revolução. Nesse intuito dirigi-me ao Mercado para começar aí o que tinha deliberado. As portas do estabelecimento estavam fechadas; em volta dele, uma multidão apinhava-se furiosa e rugia reclamando ingresso aos gritos. (...) Com o administrador do Mercado não tive bom êxito. Este funcionário indiferente às desgraças do povo e à fome que o abatia já há quatro dias, não quis atender-me (...) O momento não importava dilacões; os populares ansiosos esperavam uma resolução. Resolvi tomá-la ordenando que se arrombassem as portas e os gêneros fossem distribuídos gratuitamente pelas famílias pobres. Como o abastecimento era livre, alguns abusos foram praticados apesar da vigilância com que se procurava evitá-los. (...) <sup>69</sup>

Os saques, como o descrito acima, eram um problema que atingia diretamente os interesses dos industriais e dos comerciantes. Estes, apreensivos com os prejuízos, tinham a Associação Comercial como sua representante e passaram a exigir proteção da parte daqueles que haviam ocupado militarmente a cidade<sup>70</sup>.

No dia 11, chegaram à cidade de São Paulo 30 mil homens legalistas. No mesmo dia, iniciaram-se pesados bombardeios aos bairros do Brás, Belenzinho,

---

<sup>69</sup> CABANAS, João. *A Coluna da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 26 e 27.

<sup>70</sup> SOARES, José Carlos de Macedo. *Justiça: A revolta militar em São Paulo*. Paris: Imp. Paul Dupont, 1925, p. 41-45.

Mooca e Luz, que ficaram abandonados<sup>71</sup>. As famílias mais abastadas procuraram sair da cidade, em automóveis, com destino a Santos, Jundiaí e Campinas.<sup>72</sup>

Diante de tal situação, foi enviada uma mensagem telegráfica ao presidente Arthur Bernardes, solicitando a suspensão dos ataques, onde assinaram o arcebispo Metropolitano de São Paulo, Dom Duarte, e o presidente da Liga Nacionalista, Frederico Steidel. Para responder, o presidente indicou o ministro da guerra, marechal Setembrino de Carvalho, o qual propôs que os paulistas fizessem apelo aos militares rebeldes, pedindo-lhes que aceitassem o combate em campo aberto:

Os danos materiais de um bombardeio podem ser facilmente reparados, maiormente quando se trata de uma cidade servida pela fecunda actividade de um povo laborioso. Mas os prejuizos moraes, esses não são susceptiveis de reparação. Ao invéz do appello feito ao governo da União para não bombardear a cidade que o inimigo occupa, seria de melhor aviso fazer um appello á sua bravura, convidando-o a não sacrificar a população e evacuar a cidade indo aceitar combate em campo aberto. (...) <sup>73</sup>

Para Anna Maria Martinez Correa, tal resposta expõe claramente que para o governo tratava-se de uma situação de guerra, na qual todos os recursos eram válidos, inclusive os bombardeios<sup>74</sup>, pouco importando a situação em que se encontrava a população paulistana.

No dia 14 de julho, os canhões legalistas começaram a atacar bairros até então poupados, como o da Liberdade, Acimação e Vila Mariana<sup>75</sup>, intensificando ainda mais o êxodo em direção às cidades vizinhas, que começavam a enfrentar dificuldades de abastecimento para atender a grande população vinda de fora<sup>76</sup>. Nos bairros operários, o bombardeio continuava. Segundo Cabanas,

famílias inteiras pereciam sob essa calamidade. O próprio Hospital do Brás serviu de alvo aos tiros dessa artilharia que fez aí numerosas

---

<sup>71</sup> PEREIRA, op. cit., p. 75.

<sup>72</sup> CORREA, op. cit., p. 125.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 142.

<sup>75</sup> PEREIRA, op. cit., p. 91.

<sup>76</sup> CORREA, op. cit., p. 125.

vítimas. (...) Vingava-se assim o governo do acolhimento que a população paulista dava às forças revolucionárias.<sup>77</sup>

Depois do dia 20, os chefes das forças legalistas começaram a utilizar tanques de guerra para combater as barricadas rebeldes<sup>78</sup>. Dois dias depois, aviões legalistas sobrevoaram a capital e lançaram bombas sobre o bairro da Luz<sup>79</sup>. No dia 23, aviões governistas soltaram na cidade folhetos assinados pelo ministro da Guerra, que solicitava que a população abandonasse a cidade para que suas tropas pudessem combater os sediciosos<sup>80</sup>.

O pedido não foi atendido, uma vez que era impossível evacuar a cidade, e fez com que a indignação popular aumentasse ainda mais. Por conta do pânico generalizado, o general Isidoro transferiu seu quartel general para a estação da Luz e decidiu tentar pela última vez uma saída negociada. Propôs, por intermédio de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo, a retirada das tropas com a condição de que houvesse ampla anistia para os participantes dos movimentos de 1922 e 1924. Contudo, a resposta do governo federal era a de aceitar somente a rendição incondicional dos revoltosos<sup>81</sup>.

Macedo Soares escreveu então ao general Sócrates, acusando as autoridades federais e o comando das tropas legais de desconhecerem a realidade e advertiu acerca da agitação social, que começou a aflorar na cidade por conta do intenso bombardeio, e que passou a ser uma nova preocupação para as classes abastadas.<sup>82</sup>

Constatando a grandeza da força legalista, que contava com 18 mil homens contra os 7 mil revoltosos, o comando revolucionário decidiu retirar-se da cidade enquanto era possível. A situação em São Paulo só poderia ser aliviada com levantes no Rio de Janeiro e em Minas Gerais<sup>83</sup> que estavam

---

<sup>77</sup> CABANAS, op. cit., p. 44.

<sup>78</sup> OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. *1924: A Revolução de Isidoro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 99.

<sup>79</sup> TÁVORA, Juarez. *A' Guisa de Depoimentos sobre a Revolução Brasileira de 1924*. Vol. 1. São Paulo: O Combate, 1927, p. 268.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 147 e SOARES, op. cit., p. 116.

<sup>81</sup> PEREIRA, op. cit., p. 148.

<sup>82</sup> DUARTE, Paulo. *Agora Nós! Crônica da Revolução Paulista* São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 187-189.

<sup>83</sup> PEREIRA, op. cit., p. 153 e 154.

fortemente ocupados por forças legalistas. Sendo assim, as tropas revolucionárias adotaram então outra estratégia e organizaram uma nova marcha, rumo ao sul do Brasil, articulada sistematicamente.

Para a retirada, foram utilizados carros e caminhões para o deslocamento rápido das tropas. Concentraram todos os vagões de toda espécie nas estações da São Paulo Railway, desde a Luz até a Lapa, e incumbiram-se pequenos destacamentos, sob os comandos de Manoel Pires, Nelson de Melo e Ricardo Hall, de garantir a cobertura dos embarques, que teve início às 22h do dia 27 de julho, quando o primeiro comboio de tropas rebeldes saiu da estação da Luz. Na madrugada da segunda-feira, a evacuação estava feita. 3500 soldados haviam deixado a capital com quatorze canhões e numerosos animais, mantimentos e munição. “Quando o último trem partiu, os rebeldes abandonaram os dois canhões que disparavam para confundir as tropas governistas”<sup>84</sup>, que somente perceberam a evacuação das tropas rebeldes no outro dia pela manhã<sup>85</sup>.

Com o fim do conflito dentro da cidade, o saldo de vítimas parou em 503 mortos e 4.846 feridos. Segundo Carlos Bacellar, não há dúvida de que morreu mais gente. “Consta que Arthur Bernardes mandou suspender a contagem dos mortos. Houve fuzilamentos sumários, sepultamentos em covas coletivas”.<sup>86</sup> Além disso, devemos levar também em consideração a grande quantidade de cadáveres que foram sepultados fora dos cemitérios e que provavelmente não estão inseridos nestes números, conforme pudemos notar a partir de um exemplar de primeiro de agosto de 1924 do *Jornal do Comércio*:

Cadáveres insepultos. A Diretoria de Higiene Municipal pede, por nosso intermédio, às pessoas que souberem onde se encontram cadáveres não sepultados ou sepultados fora dos cemitérios, avisar, à mesma Diretoria, na Prefeitura Municipal <sup>87</sup>

---

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 159.

<sup>86</sup> Um liberal movido pelo amor ao País. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 de julho de 2009, p. 10.

<sup>87</sup> AQUINO, op. cit., p. 38.

Para Ilka Cohen, foram mortos 723 civis, segundo o único registro que restou pertencente à Santa Casa. Em média 30 cadáveres e 100 feridos<sup>88</sup> por dia na cidade, além da falta de abastecimento e, conseqüentemente, saques. Trata-se, talvez, do maior massacre urbano realizado durante os governos republicanos<sup>89</sup>.

Após saírem da cidade de São Paulo, reagruparam-se em Bauru, no dia 29 de julho, com 3.000 pessoas<sup>90</sup>, e executaram o primeiro plano rebelde: avançar sobre Porto Presidente Epitácio, para transpor o rio Paraná e formar um "Estado livre revolucionário" no sudoeste de Mato Grosso. Conseguiram ocupar a localidade em 6 de agosto e a rebatizaram de Porto Joaquim Távora, tenente falecido no dia 19 de julho de 1924 após ser ferido em combate na rua do Paraíso com a Maestro Cardim. Depois de vários confrontos com tropas legalistas, os rebeldes foram fortemente atacados em Três Lagoas e resolveram seguir rumo aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com a intenção de sublevar o sul do país com a ajuda dos "libertadores" de Assis Brasil e de outros oficiais rebeldes, como Luiz Carlos Prestes e o tenente Siqueira Campos, vindo da Argentina, onde se encontrava exilado<sup>91</sup>.

Outras cidades pelo interior do estado de São Paulo também se revoltaram em 1924 e tiveram estopins diferentes. Segundo Clifford Welch, "registros policiais mostravam 'atos de evidente rebelião' (...) em 87 municípios do interior, e manifestações de apoio para a rebelião em outros 37"<sup>92</sup>.

Em Jundiaí, o 2º Grupo de Artilharia da Montanha se levantou, assim como São Paulo, no dia 5 de julho. Os assinantes do manifesto subversivo da localidade foram o general reformado Pompeu da Silva Loureiro, que foi comandante do grupo até início de 1923, e o tenente coronel Olyntho Mesquita de Vasconcellos, comandante do grupo no momento em questão.

---

<sup>88</sup> COHEM, Ilka Stern. *Bombas sobre São Paulo: A revolução de 1924*. São Paulo: UNESP, 2006.

<sup>89</sup> ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e as práticas de controle político e social. *Topoi*. Vol. 12. Rio de Janeiro, 2011, p. 161.

<sup>90</sup> TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: memórias*. Vol. 1 - Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1973, p. 145.

<sup>91</sup> PEREIRA, op. cit., p. 95 e 160.

<sup>92</sup> WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 70.

A ligação de Jundiaí com a revolta em São Paulo se deu, principalmente, através do tenente intendente do 2º Grupo de Artilharia de Montanha Joaquim Nunes de Carvalho, que também escrevia sob o pseudônimo de Voltaire<sup>93</sup> e que frequentava as reuniões de planejamento na casa do tenente Custódio de Oliveira, em São Paulo. Segundo a Denúncia "vivia em constantes viagens, a pretexto de desempenhar as funções do seu cargo de intendente, mas, ao depois, se soube que elle fazia ligação entre a sua unidade e os demais nucleos preparadores da rebelião"<sup>94</sup>.

Assim que o Grupo se revoltou, este foi dividido em dois, um que ficou na cidade, protegendo-a dos legalistas, e outro que seguiu para São Paulo. Newton Brayner Nunes da Silva, primeiro-tenente que ficou em Jundiaí para guardar o quartel, convocou reservistas e simpatizantes a se apresentarem. Em seguida, organizou um contingente de 30 homens, comandados pelos sargentos Angelo Fuzette, Benedicto Carneiro da Silva e Gentil Capitulino, que seguiu para Campinas, cidade também revoltada, para protegê-la de forças legalistas mineiras.<sup>95</sup>

Em Campinas e região, o vereador Álvaro Ribeiro foi nomeado em 10 de julho governador revolucionário da cidade pelo tenente coronel Olyntho Mesquita de Vasconcellos, de Jundiaí. Além dos serviços administrativos rotineiros, Álvaro Ribeiro tomou posse do telégrafo e nomeou pessoas para cargos, como por exemplo, Tasso de Magalhães, que foi nomeado para censor dos jornais locais *Gazeta de Campinas* e *Diário do Povo*. Ainda nomeou um fiscal do expurgo de café, autorizou o Gerente da Limpeza Pública a contratar mais 20 trabalhadores para o seu serviço e abriu um crédito de 20:000\$ para socorrer os refugiados de São Paulo e atender despesas de emergência e de salvação pública, uma vez que Campinas foi uma das cidades que mais recebeu refugiados paulistanos.

Calcula o governo que, até hontem, [17 de julho de 1924] haviam entrado em Campinas nada menos de 25.000 pessoas, sendo que

---

<sup>93</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 31.

<sup>94</sup> *Successos Subversivos de São Paulo*. Denuncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da Republica, em comissão no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 134

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 132.

20.000 se achavam recolhidas nos postos, 10.000 em casas particulares e 5.000 em fazendas do município.<sup>96</sup>

Suspeitando de tropas legalistas em Mogi-Mirim, Álvaro Ribeiro solicitou ao quartel de Jundiaí, no dia 17, reforço de tropas. No dia seguinte, passou pela região o tenente Cabanas e sua coluna, da qual trataremos mais à frente, expulsando as tropas legalistas<sup>97</sup>.

Data de abril o início da conspiração no 4º Regimento de Artilharia Montada de Itu, através de Joaquim Távora e de oficiais de Jundiaí. O levante aconteceu em 8 de julho, quando o comandante do regimento foi preso pelo tenente Alcides Teixeira de Araujo, à frente de um grupo de sargentos. Boa parte dos revoltosos partiu no dia seguinte para São Paulo e o restante ficou tomando conta da cidade, na qual o capitão dr. Oscar de Sampaio Vianna, médico da unidade militar local, ficou como prefeito até o dia 27.<sup>98</sup>

Em Caçapava, a maioria da oficialidade do 6º Regimento de Infantaria ali aquartelado estava envolvida com o movimento. O tenente Luiz Cordeiro de Castro Afilhado, que participava das reuniões de planejamento do levante, era a principal ligação da região com os revoltosos de São Paulo, e seguiu no dia 4 para a capital paulista a fim de ajudar no levante do 4º Batalhão de Caçadores, iniciando assim a Revolta e ocupando os quartéis do 1º e 2º Batalhões de Infantaria da Força Pública, na Avenida Tiradentes<sup>99</sup>.

Em Lorena, o 5º Regimento de Infantaria foi enviado sob o comando do tenente Azaury de Sá Brito e Souza, para enfrentar os rebeldes em São Paulo, embarcando no dia 6. Chegando ao destino, o Regimento se incorporou às forças revoltosas em São Paulo. O mesmo ocorreu com 6º Regimento de Infantaria de Caçapava<sup>100</sup>, comandado pelo major Raul Dowsley Cabral Velho. Ambos os comandantes frequentavam as reuniões de planejamento na casa do tenente Custódio de Oliveira em São Paulo.<sup>101</sup>

---

<sup>96</sup> Uma visita a Campinas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 de julho de 1924, p. 3.

<sup>97</sup> *Successos Subversivos de São Paulo*, op. cit., p. 148-150.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 15 e 16.

<sup>99</sup> TÁVORA, op. cit., p. 132

<sup>100</sup> *Successos Subversivos de São Paulo*, op. cit., p. 57.

<sup>101</sup> TÁVORA, op. cit., p. 132



Em 1922, o levante da 1ª Circunscrição Militar em Campo Grande, Mato Grosso, estava sendo organizado pelo general Joaquim Inácio, que ao ser descoberto pelo governo foi transferido, deixando seu sucessor Clodoaldo da Fonseca, tio do marechal Hermes, dando continuidade à sublevação<sup>102</sup>.

As unidades sob o comando de Clodoaldo, em Campo Grande, formaram uma divisão, nomeada de Provisória Libertadora, que marchou para Três Lagoas, divisa com São Paulo. Mas, em contato com um emissário do governo, que os informou acerca das rendições ocorridas nos levantes no Rio de Janeiro, a divisão entrou em acordo com o emissário e depuseram as armas.<sup>103</sup>

Nesta revolta, consta o envolvimento de Ebroíno Dias Uruguai, que em 1924 ajudou a organizar a revolta na cidade de Rio Preto, interior de São Paulo<sup>104</sup>; Orestes Maffrey e Orlando Leite Ribeiro, que lideraram a revolta do 4º Batalhão de Infantaria em Quitaúna<sup>105</sup>, atual região de Osasco; e Otávio Muniz Guimarães que ajudou no levante do Batalhão de Caçadores de Rio Claro e na retirada de tropas de São Paulo pela Sorocabana e São Paulo Railway<sup>106</sup>. Desta maneira, podemos notar que os levantes ocorridos pelo interior de São Paulo estavam todos interligados.

Neste contexto, de disseminação da revolta pelo interior do Estado de São Paulo, uma figura importante foi o tenente da Força Pública João Cabanas<sup>107</sup>, que comandava a chamada Coluna da Morte.

No livro de Cabanas sobre o movimento, publicado pela primeira vez em 1926, ele escreveu que não estava inserido no planejamento inicial do levante na cidade de São Paulo, mas assim que este se iniciou no quartel do Regimento

---

<sup>102</sup> BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: de 1889 a 1930*. Vol. 2. 4ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 226.

<sup>103</sup> SILVA, op. cit., p. 212-213.

<sup>104</sup> *Successos Subversivos de São Paulo*, op. cit., p. 180.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 18-19.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 110 e 112.

<sup>107</sup> João Cabanas nasceu na cidade de São Paulo em de junho de 1895, filho dos imigrantes espanhóis Artur e Maria Cabanas. Iniciou os estudos no Ginásio Pernambucano, em Recife, e de volta a São Paulo cursou a Faculdade de Direito e a Escola de Oficiais da Força Pública. IN: ABREU; BELOCH (Coord.), op. cit. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CABANAS,%20Jo%C3%A3o.pdf> Acesso em 11 de setembro de 2016.

de Cavalaria da Força Pública, comandado por Miguel Costa, aderiu de prontidão. De início, recebeu ordens para ocupar a estação da Luz a fim de impedir o tráfego para o Rio de Janeiro. Além de cumprir a tarefa, estabeleceu na cidade serviço de espionagem através da ação de civis.<sup>108</sup>

Após a traição do tenente José França de Oliveira, que era o encarregado de ocupar a Estrada de Ferro Sorocabana, Cabanas passou a ocupá-la a partir do dia 7 de julho. Ainda organizou algumas patrulhas policiais em São Paulo, buscando inibir saques e fixou os preços dos gêneros de primeira necessidade, sob pena de morte aos comerciantes que não cumprissem, buscando amenizar o sofrimento da população.<sup>109</sup>

No dia 18, foi mandado para a cidade de Mogi Mirim para impedir a concentração de tropas legalistas que estava ocorrendo ali, bem como a retomada de Campinas e o avanço sobre São Paulo<sup>110</sup>.

Assumi o comando dos 95 homens de infantaria, batizados com o pomposo nome de "batalhão", bem armados e municados, possuindo, além disso, uma peça de artilharia de montanha, três metralhadoras pesadas e quatro fuzis metralhadoras. Fui para a estação da Luz, onde tomei o trem<sup>111</sup>.

Pelo caminho, passaram pelas cidades de Jaguari, Amparo e Itapira, aonde chegaram no dia 21 e encontraram a guarnição militar local já levantada. Na ocasião, Cabanas nomeou uma comissão para o governo local<sup>112</sup>. Por fim, chegaram a Mogi Mirim, onde 60 legalistas foram capturados e integrados às forças de Cabanas.

A tropa de João Cabanas chegou a Campinas na noite do dia 24, sendo aclamada no desembarque pela população local. Segundo o comandante: "pode-se dizer que a população de Campinas ali estava em peso, sem distinção de classes. O desembarque foi efetuado sob aclamações".<sup>113</sup>

---

<sup>108</sup> CABANAS, op. cit., p. 5-8.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 12-26.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>112</sup> *Successos Subversivos de São Paulo*, op. cit., p. 157.

<sup>113</sup> CABANAS, op. cit., p. 72.

Dois dias depois, seguiram para Espírito Santo do Pinhal, a fim de dispersar tropas legalistas ali acumuladas, tendo para isso cortado as comunicações telegráficas e telefônicas da cidade, dominando-a no dia 26<sup>114</sup>. É com a tomada desta cidade que a tropa de Cabanas passa a se chamar Coluna da Morte:

A disposição moral do punhado de bravos que eu comandava era tal, que nenhum soldado tinha sequer a esperança de sair com vida da revolução. Espontaneamente cada um renunciou a vida em benefício da causa que defendia, pedindo sempre ser colocado nos postos de maiores sacrifícios. É por isso que depois da tomada de Pinhal os soldados começaram a chamar de "Coluna da Morte" o batalhão que organizei e que estava sob meu comando.<sup>115</sup>

De Espírito Santo do Pinhal seguiu para São João da Boa Vista. Todavia, ao saber da retirada das tropas rebeldes de São Paulo, retornou a Campinas onde encontrou o último comboio de Miguel Costa seguindo para Rio Claro.<sup>116</sup> No caminho, concentraram-se em Bauru onde se prepararam para viagem ao Mato Grosso<sup>117</sup>.

Chegaram a Salto Grande do Paranapanema em 8 de agosto. Passando por Palmital, Assis, Paraguaçu, Quatá, Indiana, Regente Feijó, Nilo Peçanha, Presidente Prudente e Santo Anastácio<sup>118</sup>. Nesta última cidade, a partir de 5 de setembro, houve diversos combates, tendo a coluna de Cabanas perdido 80 homens "entre mortos, feridos e extraviados"<sup>119</sup>.

As tropas retiradas de São Paulo e as que ocupavam o interior marchavam em flancos pelos meses que seguiram, passando pelos rios Paranapanema, na divisa dos estados de São Paulo e Paraná, e Paraná, na divisa com Paraguai, chegando à Serra de Medeiros em 26 de dezembro, onde houve durante semanas intensos combates<sup>120</sup>.

---

<sup>114</sup> Ibidem, p. 73 e 76.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>116</sup> Ibidem, p. 86-87.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 104-126.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 140, 160-167, 184 e 188.

Na região de Catanduvas também ocorreram confrontos. Estes duraram de início de janeiro até 30 de março de 1925, tendo os rebeldes lutado na proporção de quatro legalistas para um revoltoso, e, ao fim, bateram em retirada para Cascavel, dadas as desigualdades em tropas, armamentos e munição disponíveis. De Cascavel, em contato com as tropas de Prestes, combinaram de seguir para Santa Helena para unirem forças e de lá marcharem para o Mato Grosso, através do território paraguaio.<sup>121</sup>

Antes de seguirem para Mato Grosso, Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa organizaram suas tropas, que se encontravam unidas em uma única divisão comandada por Costa e dividida em duas colunas, a Sul e a Paulista, sob o comando de Luiz Carlos Prestes e Juarez Távora, respectivamente.<sup>122</sup> Em 30 de abril, por motivos de saúde, Cabanas deixou o movimento e foi para a cidade de Posadas, na Argentina. Sua tropa seguiu para Mato Grosso onde se encontrou com o restante dos revoltosos.<sup>123</sup>

### **Revolta de 1923 e 1924 no Rio Grande do Sul e o surgimento da Coluna Prestes**

A disputa presidencial de 1922 no estado do Rio Grande do Sul assumiu dimensões diferentes com relação ao restante do país por ter nelas imbuídas questões estaduais. A vitória e nomeação de Arthur Bernardes garantiram o apoio do governo federal às oposições gaúchas, que, em contraposição à candidatura de Borges de Medeiros em âmbito estadual, tinha na figura de Assis Brasil o representante dos antigos democratas, federalistas e dissidentes republicanos.

A reeleição de Borges de Medeiros em 1923 foi fortemente contestada pela oposição que a acusava de ter sido fraudulenta. A partir desta acusação, se iniciou o movimento armado com a intenção de depor Medeiros ou provocar

---

<sup>121</sup> Ibidem, p. 245.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 237.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 246-247.

intervenção federal, que ocorreu oito dias após a apuração da comissão que declarou vitória ao candidato. Neste movimento armado, destacaram-se alguns caudilhos como Zeca Neto, Leonel Rocha e Honório Lemes, que tiveram também importante participação na Coluna Miguel Costa - Prestes.

Da intervenção, realizada pelo então ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, foi assinada em dezembro de 1923 uma tentativa de pacificação com o Pacto de Pedras Altas, que colocou fim às reeleições, ao voto aberto e à nomeação dos vice-presidentes e vice intendentess municipais no Rio Grande do Sul<sup>124</sup>.

Diante das permanentes agitações no sul do país, Setembrino permaneceu na região a fim de investigar e desmobilizar forças gaúchas ainda revoltosas, constituídas tanto por civis quanto por militares. No Paraná, Joaquim de Magalhães Barata agitou guarnições que pretendiam prender Setembrino em Ponta Grossa, na sua volta ao Rio Grande do Sul. Simultaneamente, conforme o planejado, iriam se amotinar tropas no Rio de Janeiro ligadas as do sul por intermédio do capitão Leopoldo Néri da Fonseca. Todavia, o plano foi descoberto, Barata foi preso e enviado a Manaus<sup>125</sup>. Em 1924, guarnições militares localizadas no rio Amazonas, nos estados do Amazonas e Pará, se levantariam com o seu auxílio, como veremos mais adiante.

Luiz Carlos Prestes, em 1922, preparava a Companhia Ferroviária de Deodoro, localizada no Rio de Janeiro, onde servia, para os levantes que ocorreriam na cidade. Todavia, na véspera, ficou bastante debilitado, com tifo, e sua companhia não se revoltou conforme o combinado. Retornando ao trabalho após o fim de sua licença médica, meses após os levantes, foi transferido para o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul.

Embora, como primeiro aluno da sua turma na Escola Militar, tivesse direito a continuar no Rio de Janeiro, Prestes foi transferido (...). Essa

---

<sup>124</sup> MOREIRA, Regina da Luz. "Revolução Gaúcha de 1923" in <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20GA%C3%9ACHA%20DE%201923.pdf> Acesso em 14/10/2015.

<sup>125</sup> BASTOS, op. cit., p. 129.

foi a maneira encontrada para puni-lo pela participação no movimento tenentista.<sup>126</sup>

Prestes não foi preso porque não havia nenhuma prova de que tivesse participado do movimento.<sup>127</sup>

Na região das Missões, noroeste do estado do Rio Grande do Sul, formava-se um pequeno núcleo conspiratório, tendo Prestes em Santo Ângelo, com o 1º B.F.; João Pedro Gay, em São Luiz Gonzaga com o 3º Regimento de Cavalaria Independente; Aníbal Benévolo em São Borja, com o 2º Regimento de Cavalaria Independente, além do 5º Regimento de Cavalaria Independente de Uruguaiana e Siqueira Campos, no Uruguai, que fazia a ligação com os exilados.<sup>128</sup> Para além da questão geográfica que os aproximava, muitos destes indivíduos tiveram sua formação principal na Escola Militar do Realengo e já se conheciam do período de sua formação no Rio de Janeiro.

Em contato com o movimento de São Paulo, ao amanhecer de 29 de outubro de 1924, as guarnições gaúchas se levantaram, sendo apoiadas logo em seguida por soldados revoltosos do 3º Grupo de Artilharia a Cavalo, localizado em Alegrete, comandado pelos tenentes João Alberto Lins e Barros e Renato da Cunha Melo. No dia 9 de novembro, o 3º Batalhão de Engenharia, de Cachoeira do Sul, sob o comando do Capitão Fernando Távora, irmão de Juarez e Joaquim, também aderiu ao movimento, além das forças civis de caudilhos como Honório Lemes, Zeca Neto, Leonel Rocha e Júlio Barros<sup>129</sup>.

João Alberto, juntamente com o capitão Orestes Correia de Castro e do ex-aluno da Escola Militar Pedro Palma, na manhã do dia 30, com um reforço de 60 homens, tomaram Alegrete. No mesmo dia, chegou a Uruguaiana o general Honório Lemes, aderindo à revolta e auxiliando no controle da cidade<sup>130</sup>.

Em contato com as tropas que se retiravam de São Paulo, foi decidido abandonar Uruguaiana e seguir ao encontro das tropas paulistas. A coluna recém-formada, que se retirava do Rio Grande do Sul contava com

---

<sup>126</sup> PRESTES, op. cit., p. 37.

<sup>127</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 49-55.

<sup>130</sup> TÁVORA, op. cit., p. 159-162.

cerca de 1.000 homens, dos quais 450 do 5º R.C.I., sob o comando do Tenente-Coronel em comissão Ambire Cavalcante, e pouco mais de 500 combatentes civis, grupados em 3 "corpos" dos Coronéis maragatos Virgílio Viana, Serpa e Alfredo Lemos - tudo sob o comando do General Honório Lemes. Por sugestão de meus camaradas do Exército e com plena concordância do general, passei a exercer as funções de seu chefe de Estado-Maior, sendo designado para secretário da Coluna o Dr. Rafael Bandeira Teixeira<sup>131</sup>.

Com a formação da Coluna Rio Grande, Prestes assumiu seu comando. Os revoltosos permaneceram na região missionária por quase dois meses, enfrentando tropas legalistas compostas por cerca de dez mil homens. Em dezembro, conseguiram romper o cerco das forças governistas, mas sofreram a deserção de forças, principalmente daquelas lideradas por caudilhos. Seguiram então com cerca de dois mil homens, mal armados e mal municiados, para se incorporarem à Divisão São Paulo, que os esperava na região do Alto Paraná, entre Foz do Iguaçu e Catanduvas.<sup>132</sup>

Somente em março de 1925, depois de intensos combates, que a Coluna do Rio Grande do Sul chegou à cidade de Barracão e abriu caminho para Iguaçu. No início do mês seguinte, já estava entre Catanduvas e Santa Helena. Por fim, as duas colunas conseguiram se unir em 11 de abril de 1925. Segundo Moreira Lima, os paulistas contavam com mil trezentos a mil e quatrocentos homens e os gaúchos com oitocentos. Em uma carta endereçada a Isidoro, Prestes relatou: "Estamos com 800 homens, dos quaes menos de 500 armados e, tendo ao todo cerca de 10.000 tiros, possuímos 10 fuzis metralhadoras"<sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> Ibidem, p. 163. Rafael Danton Garrastazu Bandeira Teixeira, primo de Emílio Garrastazu Médici, parece ter feito parte de um grupo que em meio à junção da Coluna advinda do Rio Grande do Sul com a de São Paulo preferiu o exílio, mas, conforme informações contidas em cartas, continuava ajudando o movimento na região da fronteira. TEIXEIRA, Rafael Bandeira. Cartas para Alfredo de Simas Eneas. Concepción, Paraguai, 14 de outubro e 15 de novembro de 1925. AESP – Cartas da Revolução de 1924. Ingressante da Escola Militar do Realengo em 1917, era capitão em 1925 e só foi promovido novamente 1933. ABREU; BELOCH (Coord.), op. cit. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rafael-danton-garrastazu-bandeira-teixeira> Acesso em 25/09/2016.

<sup>132</sup> BASTOS, op. cit., p. 119 e 120.

<sup>133</sup> PRESTES, Luiz Carlos Prestes. Carta para Isidoro Dias Lopes. Barracão, 10 de fevereiro de 1925. AESP - Cartas da Revolução de 1924.

## **Revolta em Sergipe em 1924 e a tentativa em 1926**

A Revolta no estado de Sergipe começou em Aracaju no domingo de 13 de julho de 1924 e teve como líderes o capitão Eurípedes Esteves de Lima, que comandava a Companhia de Metralhadoras Mistas, os 1<sup>os</sup> tenentes Augusto Maynard Gomes e João Soarino de Mello, todos oficiais do 28<sup>o</sup> Batalhão de Caçadores de Sergipe, e Manuel Xavier de Oliveira.

Na década de 1920, o quartel do 28<sup>o</sup> B.C. estava localizado no centro da cidade de Aracaju, o que proporcionava aos militares proximidade com as ruas e com os civis<sup>134</sup>. Segundo o que o tenente Maynard explicou à imprensa sergipana posteriormente, o levante tinha em vista apoiar a revolta iniciada em São Paulo contra o governo de Arthur Bernardes, mas perante a impossibilidade de se deslocar até lá, viu-se maior eficiência em um levante local, buscando reunir outras forças da região.<sup>135</sup>

Todavia, outros motivos se adicionavam, pois o Jornal do Povo, que circulava em Sergipe no período, vinculou a tumultuosa questão das Cartas Falsas, à subsequente prisão de Hemes da Fonseca e ao fechamento do Clube Militar, bem como às revoltas ocorridas nos quartéis pelo Brasil afora. Dessa maneira, os militares sergipanos estavam inteirados dos ataques do governo à categoria.

Outro ponto importante a ser destacado é o fato de que Maynard e Soarino já se envolviam, em Aracaju, na Campanha pelo voto secreto, liderada pelo almirante reformado Amyntas Jorge<sup>136</sup>. Além disso, estavam envolvidos no levante da Escola Militar no Rio de Janeiro em 1922, o que indica a existência de uma ligação mais profunda da revolta em Aracaju com as outras revoltas do sul e sudeste.

Soarino de Mello terminou a Escola Militar em 1921, ano em que voltou para Sergipe. Manuel Xavier de Oliveira ingressou na mesma escola em 1918 e em 1922, por conta de envolvimento na revolta, foi desligado do Exército e

---

<sup>134</sup> DANTAS, op. cit., p. 86.

<sup>135</sup> Ibidem, p. 86 e 97.

<sup>136</sup> Ibidem, p. 82 e 88.



retornou para sua cidade de origem, onde foi professor e jornalista do Correio de Aracaju.<sup>137</sup> Maynard, por sua vez, como aluno da Escola Militar, participou da revolta da vacina em 1904 e em virtude disso foi expulso, retornando também para Aracaju. No governo de Afonso Pena foi anistiado e em 1922 já cursava a Escola de Aperfeiçoamento para Oficiais como tenente. Envolvido nos levantes daquele ano, foi preso e enviado à Ilha das Cobras, de onde fugiu e retornou para Sergipe.<sup>138</sup>

Para além da causa política afirmada pelos revoltosos, contrária ao governo de Bernardes, podemos apontar outros motivos internos ao Exército presentes também nos outros movimentos, como, por exemplo, o atraso no pagamento dos soldos. Consta, por exemplo, que em novembro de 1923 os praças do 28ª B.C. de Sergipe estavam há dois meses sem receber os vencimentos. Neste mesmo período, em dezembro, a unidade foi enviada de trem para Salvador para depor o governador do estado José Joaquim Seabra, uma das maiores figuras antibernardistas no momento. Nesta ocasião, o tenente Augusto Maynard tentou convencer Seabra a lhe fornecer homens para garantir sua permanência no Palácio do Governo<sup>139</sup>.

No mesmo dia da eclosão do levante em São Paulo, 5 de julho, alguns oficiais sergipanos foram chamados ao quartel e tiveram conhecimento sobre o movimento paulista. Dois dias depois receberam um despacho telegráfico do Ministério da Guerra que lhes ordenava a se prontarem para seguir para ao Rio de Janeiro assim que possível<sup>140</sup>, a fim de conter os levantes no Sudeste.

Diante de tais informações, Maynard e Eurípedes procuraram Soarino e começaram a conspirar. O andamento da revolta em São Paulo fazia com que o governador de Sergipe e o chefe de polícia indicassem que o embarque para a contenção deste movimento ocorreria logo, e, por conta disso, os tenentes em Aracaju resolveram antecipar o levante planejado para a região.

A revolta em Aracaju se iniciou em 13 de julho, após Manoel Messias de

---

<sup>137</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 84 e 85

<sup>139</sup> MAYNARD, op. cit., p. 33.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 42.

Mendonça, tenente responsável pela intendência e pelo depósito de armas da unidade, aderir. Em poucas horas, os revoltosos ocuparam o Palácio do Governo estadual, prenderam o governador do estado e tomaram a estação dos telégrafos, suas oficinas e depósitos, com a intenção de isolar as linhas telegráficas em Aracaju para que as comunicações diretas entre Bahia e Pernambuco não fossem interceptadas pelo governo<sup>141</sup>.

Para informar a população, o tenente Maynard procurou Edson de Oliveira Ribeiro, proprietário do Correio de Aracaju, para que o jornal fosse editado normalmente e veiculasse informes rebeldes.<sup>142</sup> Três dias após o levante, os líderes da revolta fizeram uma publicação no Diário Oficial do Estado de Sergipe e no Correio de Aracaju que apontava os militares como os instauradores da República, e esses, enquanto seus defensores, iriam lutar contra a tirania.<sup>143</sup>

Para assumir a administração do estado, os rebeldes convidaram o general Calazans, primeiro presidente de Sergipe no período republicano. Com a sua recusa, foi constituída uma Junta Governativa Militar, que determinou que o Tesouro e outras repartições continuassem normalizados e com os seus antigos funcionários, de modo a não haver interrupções. Outros serviços básicos foram mantidos, ainda que com alguma precariedade, como os bancos, o comércio, as linhas de bondes, a circulação de jornais, o policiamento nas ruas e as obras de saneamento na capital<sup>144</sup>. O prefeito de Aracaju, Pedro Freire de

---

<sup>141</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>142</sup> Ibidem, p. 61-62.

<sup>143</sup> "Não desconhece o valoroso povo de Sergipe a situação de desrespeito e menosprezo aos direitos alheios implantada pelos que nestes últimos seis anos vêm governando a República Brasileira; não desconhece também o digno povo sergipano as humilhações, os vexames que esses mesmos dirigentes vêm impondo à classe militar, esta classe que, numa hora feliz e majestosa, implantou em nossa cara Pátria o governo republicano, o governo da liberdade, o governo do povo, para o povo e pelo povo, princípios estes esquecidos e relegados pelos que se têm assenhorado das posições políticas e administrativas do País. Há bem dois anos, uma centena de brasileiros militares, orientada e sequiosa de bem servir à Pátria, levantou-se contra os processos anti-republicanos do governo do Sr. Epitácio Pessoa, cidadão que, apesar de Ministro do mais alto Tribunal da Nação, se mostrou o mais feroz inimigo dos direitos e da liberdade dos seus governados. O seu sucessor, ao contrário do que devia esperar, não quis se afastar dos moldes violentos e prejudiciais de governar daquele que o levava ao posto de Chefe do Estado. Até se excedeu no praticar dos atos de mais férrea tirania. (...) Ora, a guarnição militar de Sergipe não podia de forma alguma ficar indiferente e calada em momento tão sombrio e difícil para a Pátria, resolvendo então os que abaixo se assinam, acompanhar os seus camaradas que no sul se batem pela grandeza e verdadeira prática do regime Republicano". Ibidem, p. 231.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 66-85.

Carvalho, por exemplo, preferiu abandonar a cidade até que a situação se normalizasse. Já outros funcionários públicos, como o presidente do tribunal, estabeleceram relações essenciais com a Junta e continuaram em suas funções.

Com relação ao envolvimento civil, no mesmo dia em que foi deflagrada a revolta, 171 civis se apresentaram e foram alistados como voluntários. Os jornais foram utilizados para chamar os interessados e consta que inicialmente eram 316 homens que no final chegaram a totalizar 770, sendo que “pelo menos 154 eram voluntários, não reservistas, de várias procedências, e a maioria, ao que tudo indica, de origem modesta”<sup>145</sup>.

Além dos voluntários, assim como em São Paulo, houve o auxílio dos ferroviários, inclusive um deles, Lourival Bispo, foi nomeado censor das comunicações telegráficas. Houve também auxílio dos trabalhadores da Capitania dos Portos e da Escola de Aprendizes de Marinheiros que prepararam a defesa da Barra de Aracaju, como evidencia o fragmento abaixo:

O Sr. Afonso Albuquerque, da Escola de Aprendizes de Marinheiros, também prestou seu concurso, inclusive ‘dando instruções nas trincheiras de Carvão’ e fornecendo ‘o código de sinais da armada. (...) O trabalho de minar a barra coube principalmente ao mecânico Heitor Rodrigues Moraes, que colocou latas com pólvora no local mais estreito da passagem dos navios. O material com pólvora era ligado às margens por fios através dos quais se provocaria a detonação.’<sup>146</sup>

A tomada do interior do estado também foi feita com o auxílio de civis. Consta que na cidade de Campo do Brito, o tabelião Manoel Simões de Souza Borges comunicou via telégrafo à Junta seu apoio e solidariedade. Em Itabaianinha, o farmacêutico e jornalista Lindolfo Sales de Campos, dono do jornal Voz da Serra, fazia propaganda da revolta em seu periódico e convidava o povo para participar.<sup>147</sup>

Buscando o apoio de outras regiões, os revoltosos em Sergipe enviaram telegramas para batalhões em Maceió, Paraíba, Natal, Fortaleza, São Luís, Teresina, Belém e Manaus. A partir desta ligação, oito dias depois, o 27º

---

<sup>145</sup> DANTAS, op. cit., p. 107.

<sup>146</sup> Ibidem, p. 108 e 109.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 110.

Batalhão de Caçadores de Manaus iniciou um levante na cidade<sup>148</sup>.

Em busca de apoio pelo interior do estado de Sergipe, Augusto Maynard viajou para o sul, região das cidades de São Cristóvão e Itaporanga (respectivamente 25 e 29 km distantes de Aracaju), e Soarino para o norte, nas cidades de Rosário do Catete e do Carmo (respectivamente 37 e 47 km distantes de Aracaju). Além dessas, outras localidades também foram ocupadas por tropas comandadas por sargentos designados<sup>149</sup>.

O coronel Manoel Gomes da Cunha, pai do tenente Maynard, declarava-se, em telegrama enviado ao filho no início da revolta, satisfeito e fazia “votos pela vitória da causa que nós abraçamos e que tu, com tanta abnegação e patriotismo defendes”<sup>150</sup>. Dono do engenho Campo Redondo, localizado no município de Rosário do Catete, era chamado de coronel em virtude das terras que possuía e de sua influência política<sup>151</sup>. Quando, na tomada de tal região, parte das tropas ficou em suas terras e recebeu todo tipo de apoio. Todavia, “os militares se afirmavam contra a corrupção política que se observava no Brasil, mas na prática acabaram procurando entender-se com as lideranças políticas do interior de Sergipe”<sup>152</sup>, o que se mostra bastante problemático, uma vez que se colocavam contrários ao governo sustentado pela chamada política dos governadores, que tinha em sua base justamente esses coronéis locais, como o pai do tenente Maynard.

Enquanto alguns apoiavam, outras lideranças políticas dos municípios mais distantes se mobilizavam para ajudar a combater a revolta. O governo federal encarregou o general Marçal Nonato de organizar uma intervenção militar. Esse dispunha de forças a vir de São Paulo e Alagoas, além da polícia baiana e alagoana, e do navio contratorpedeiro Alagoas, que foi utilizado para aparecer na barra de Aracaju com a intenção de assustar mais ainda a cidade, incentivando o êxodo da população, já bastante praticado em direção ao interior

---

<sup>148</sup> MAYNARD, op. cit., p. 69.

<sup>149</sup> Ibidem, p. 82.

<sup>150</sup> NOTICIÁRIO. Diário Oficial do Estado de Sergipe. Aracaju, 19 de julho de 1924, p. 2, Apud MAYNARD, op. cit., p. 67.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 84.

do estado<sup>153</sup>. Acrescentam-se aí, no movimento de contenção da revolta, as forças organizadas por coronéis locais a fim de protegerem seus poderes e restaurarem a ordem, fornecendo jagunços, transportes, armas e dinheiro <sup>154</sup>.

Os revoltosos, a partir de informantes, souberam da chegada das tropas legalistas antecipadamente. Assim, recolheram as embarcações que faziam o tráfego dos rios Sergipe, Cotinguiba e Ganhamoroba à barra de Aracaju para dificultar o transporte dessas forças que vinham pelo norte<sup>155</sup>. Entretanto, a coluna legalista aumentava com o reforço de "patriotas". Consta que, segundo Maynard:

grande número dos tais patriotas eram criminosos reincidentes, processados e perseguidos pela polícia de Alagoas, sendo que os seus oficiais eram mal vistos e odiados por muitos dos cangaceiros aos quais tentaram sempre prender (...) E, independente da desconfiança gerada entre os elementos desse grupo, todos recebiam alimentação, armas e um soldo, uma vez que estavam a serviço do governo. Desses elementos exigia-se apenas que soubessem manejar armas de fogo<sup>156</sup>.

Em 29 de julho, os legalistas foram atacados sem tempo de se posicionar e decidiram recuar. Em 2 de agosto o general Marçal Nonato enviou uma carta ameaçando bombardear Aracaju e comunicando o fim do levante em São Paulo, para que os revoltosos se rendessem. Todavia, esses não acreditaram na notícia. No mesmo dia, policiais trocaram tiros com alguns revoltosos que estavam em Água Bonita, onde 25 revoltosos se renderam. "Os soldados não sabiam como agir. Atônitos, alguns permaneceram no 28º B.C., e outros fugiram imediatamente<sup>157</sup>.

Devido à superioridade das forças do governo, incertezas e confusões, como a fuga dos prisioneiros do quartel de Aracaju, o tenente José de Figueiredo Lobo, legalista e que havia sido preso pelos revoltosos, assumiu a direção do Batalhão. As tropas pelo interior, vencidas e sem lideranças, retornaram a Aracaju. Os membros da Junta Governativa foram presos em poucos dias com exceção de Maynard, que foi preso somente em fevereiro do ano seguinte no

---

<sup>153</sup> Ibidem, p. 92 - 105.

<sup>154</sup> DANTAS, op. cit., p. 116.

<sup>155</sup> MAYNARD, op. cit., p. 109.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 111 - 112.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 117-118.

Rio de Janeiro.<sup>158</sup>

Em fins de 1925 e início de 1926, os líderes da revolta de 1924, que estavam presos no quartel do 28º B.C., se animaram com a aproximação da Coluna Miguel Costa - Prestes, que já havia percorrido Maranhão, Piauí, Ceará e estava chegando a Pernambuco. Tentou-se realizar um novo levante em Sergipe, mas os revoltosos não conseguiram nem dominar o batalhão e foram detidos dentro de quatro horas, tendo sido baleado na ocasião o tenente Augusto Maynard e mortos onze pessoas, sendo três militares, três policiais e quatro civis.<sup>159</sup>

### **A Revolta de 1924 no Amazonas e Pará**

Na década de 1920, o estado do Amazonas sofria economicamente com a queda do preço da borracha. A vida urbana em Manaus se complicava com o aumento das taxas de transportes e abastecimento de água e luz, fornecidos por companhias inglesas. A atividade portuária fora desativada e a borracha amazonense excluída do mercado internacional pela concorrência com a asiática.<sup>160</sup>

Perante a recessão, o aparelho administrativo continuava com suas despesas bastante elevadas e recorria ao crédito, o que contribuía para o crescimento da dívida e da marginalização do estado.<sup>161</sup> Ao pedirem auxílio ao governo federal este apenas realizava alguns empréstimos, o que resultava em um maior endividamento. Além dos problemas econômicos, o estado sofria ainda com as rivalidades políticas.

O poder estadual amazonense era disputado por três grupos oligárquicos. O vice-governador Guerreiro Antony alimentava forte oposição ao governador Jonathas Pedrosa, chegando inclusive à tentativa de tomada do poder pelas

---

<sup>158</sup> DANTAS, op. cit., p. 126-130, 135.

<sup>159</sup> MAYNARD, op. cit., p. 11 e 135. DANTAS, op. cit., p. 165 e 171.

<sup>160</sup> SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. Manaus: Suframa, 1990, p. 26 e 27.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 26-28.

armas. Na sucessão de 1916, a facção de Pedrosa uniu-se à facção de Silvério Nery (que dominava a política estadual no período) para apoiar a candidatura de Pedro de Alcântara Bacellar e a fundação do Partido Republicano Amazonense, tendo como principal órgão de propaganda o jornal *A Imprensa*. Eleito, Bacellar sufocou a facção de Antony e ao final de seu governo rompeu com a de Nery<sup>162</sup>.

Nas eleições de 1920, cada grupo lançou um candidato. O vencedor foi o juiz Luiz Wortingen Ferreira, candidato de Nery, mas Bacellar convenceu Eptácio Pessoa a reconhecer seu candidato, o desembargador César do Rego Monteiro. Perante a situação calamitosa do estado, endividado, com desemprego e fome generalizados, as outras facções uniram-se contra o governo de Rego Monteiro.<sup>163</sup>

Pelo interior do estado, os municípios eram redutos dos chefes políticos locais. O poder, então instituído por Pessoa no estado do Amazonas, se mantinha de forma bastante parecida com o dele e de seu sucessor: através da violência e da censura. Em 1924, nas novas disputas eleitorais, as oligarquias excluídas uniram-se mais uma vez na oposição em torno de Turiano Meira. Todavia, o vencedor foi o candidato da situação, Aristides Rocha<sup>164</sup>.

Simultaneamente, o estado recebia revoltosos que o governo federal enviava a fim de desarticular as rebeliões das regiões sul e sudeste como, por exemplo, o tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, envolvido na tentativa de atentado contra Setembrino de Carvalho em Ponta Grossa, em dezembro de 1923<sup>165</sup>, e o tenente da armada José Backer Azamor, envolvido nos levantes de 1922 no Rio de Janeiro<sup>166</sup>.

A revolta na região Norte iniciou-se em 23 de julho no 27º Batalhão de Caçadores de Manaus, com a liderança do capitão José Carlos Dubois e do tenente Augusto Ribeiro Júnior. Logo ocuparam a sede do governo estadual, o Palácio Rio Negro, e o quartel da polícia.<sup>167</sup>

---

<sup>162</sup> Ibidem, p. 34-37.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 37 e 40.

<sup>164</sup> Ibidem, p. 42-44.

<sup>165</sup> BASTOS, op. cit., p. 129.

<sup>166</sup> SANTOS, op. cit., p. 48-49.

<sup>167</sup> Ibidem, p. 55.

Diferentemente de São Paulo, Sergipe e Rio de Janeiro, as forças estaduais do Amazonas não dispunham de pessoal suficiente para oferecer alguma resistência aos militares na tomada da cidade. Dessa maneira, os revoltosos além de ocuparem o palácio do governo e o quartel da polícia, também prenderam as autoridades locais, tomaram as estações telegráficas e telefônicas, bem como o vapor Bahia ancorado no porto de Manaus, isolando, assim, a cidade<sup>168</sup>.

O tenente Augusto Ribeiro Júnior, nomeado governador, utilizava as oficinas gráficas do Diário Oficial do Amazonas e do Jornal do Povo para divulgar informações à população. Frente ao difícil governo que fazia César Rego Monteiro, o curto período em que o estado foi governado pelo tenente foi de grande popularidade.<sup>169</sup>

Com a intenção de socorrer os funcionários públicos e gerar renda ao comércio local, Ribeiro Jr. criou o Tributo da Redenção, que recolhia fundos a partir de confiscos bancários e de leilões de bens móveis. Ainda extinguiu a Força Policial, considerada guarda particular da elite local, organizou a Guarda Cívica e cobrou da firma inglesa Manaós Markets o que devia ao estado do Amazonas.<sup>170</sup>

Embora os militares não tivessem alianças com as oligarquias locais de oposição, essas foram bastante beneficiadas, pois o governo militar ao apontar as falhas da gestão de Rego Monteiro o destruiu politicamente e possibilitou a ascensão da facção de Silvério Nery<sup>171</sup>.

A problemática da situação local gerou confusão ao entendimento dos civis, pois estes, ao apoiarem o movimento militar, colocavam-se contrários ao governo estadual<sup>172</sup> e seguiam indiferentes ao federal, que era o principal foco dos militares. Os militares em Manaus, alguns deles vindos de outras regiões do país, enviados por ordens federais a fim de desmobilizar movimentos revoltosos

---

<sup>168</sup> Ibidem, p. 56 e 57.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 58, 59 e 66.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 57-70.

<sup>171</sup> Ibidem, p. 75.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 78.



no Rio de Janeiro, por sua vez, pouco interesse tinham na política local.

Após a dominação de Manaus pelos revoltosos do 27º Batalhão de Caçadores, organizou-se uma expedição até Óbidos, no Pará, em 26 de julho. Tal cidade é passagem obrigatória para as embarcações que sobem o rio Amazonas em direção a Manaus, e era guarnecida pelo 4º Grupo de Artilharia da Costa. A intenção do movimento ali era bloquear o acesso à capital e para isso ocuparam as cidades de Alenquer, Santarém, Monte Alegre, Prainha e Almeirim. Buscava-se alcançar Belém e de lá seguir para o Maranhão e Piauí.<sup>173</sup>

Todavia, isso não foi possível porque o 26º Batalhão de Caçadores de Belém se revoltou na noite do dia 26 de julho, sob o comando do Capitão Augusto Assis, que num ataque da Força Pública foi morto. Com a perda do líder, os rebeldes não conseguiram se organizar e foram dominados pelas forças estaduais. Dessa maneira, impedidos de darem continuidade ao plano, os militares de Manaus se estabeleceram na cidade de Óbidos<sup>174</sup>.

Entretanto, as tropas do governo federal, após dominar São Paulo ao final do mês de julho, e Sergipe em 2 de agosto, seguiram para o norte, iniciaram o movimento de repressão em 11 de agosto a partir da cidade de Belém.<sup>175</sup>

Com relação ao envolvimento civil, consta que em Belém houve intensa participação dos trabalhadores da Pará Eletric. Diferentemente dos outros levantes do período, que eram liderados por tenentes e capitães, este fora iniciado pelos cabos Sapucaia e Góis e sargento Nobre, postos inferiores ao de tenentes na hierarquia militar.<sup>176</sup>

### **Outros apoios e algumas considerações**

Em novembro de 1924, no Rio de Janeiro, a Marinha planejava se rebelar e tomar o encouraçado São Paulo, que possuía uma guarnição de 972 homens. O Capitão-de-Mar-e-Guerra Protógenes Guimarães liderava o levante quando

---

<sup>173</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 60-63.

<sup>175</sup> Ibidem, p. 83-85 e 89.

<sup>176</sup> BASTOS, op. cit., p. 106.

foi preso. 42 homens se envolveram com o movimento, segundo Hélio Silva, "altas patentes da Marinha, entre as quais o almirante Saddock de Sá, chefiavam a conspiração. Era seu genro o tenente Valdemar Mota, o elemento de ligação com a oficialidade do São Paulo"<sup>177</sup>

O tenente Herculino Cascardo, subchefe da seção de tiro do encouraçado, foi comunicado dos planos rebeldes no dia em que eclodiu a revolta. Com a baixa adesão, os oficiais de baixa patente resolveram desembarcar. Segundo Hélio Silva, Cascardo assumiu o comando e mandou fornecer uma canoa aos retirantes, ficando a bordo ele e mais 6 segundos-tenentes<sup>178</sup>.

O São Paulo aguardava a adesão da fortaleza Santa Cruz, em Niterói, todavia ao se aproximar dela foi bombardeado, assim como também pelo Forte de Copacabana. Ao se retirar da Baía de Guanabara, o bombardeio cessou e o encouraçado seguiu para o Rio Grande do Sul, com a intenção de auxiliar as forças de Zeca Neto<sup>179</sup>. Ainda segundo Hélio Silva:

Assim, na manhã de 8, defrontavam a barra, que não puderam transpor devido ao forte temporal reinante. Navegaram até a fronteira uruguaia e regressaram a 9. A borrasca continuava. A situação a bordo começava a se tornar crítica. Escasseavam víveres. Foi preciso apagar duas caldeiras para alimentar as outras com a água dela retirada. Não havia outro alvitre que alcançar o Uruguai, tentar o desembarque no cabo Santa Maria. A última lancha estava com a quilha partida. Fizeram um reforço de ferro, que não resistiu ao ser içada a embarcação. Era impossível desembarcar na costa. Só restava abrigar-se em um porto estrangeiro e pedir asilo político<sup>180</sup>.

Em 10 de novembro, o encouraçado São Paulo atracou no Uruguai. Alguns de seus revoltosos se incorporaram às forças de Júlio de Barros e Adalberto Correia no Rio Grande do Sul.

Segundo Abguar Bastos, em dezembro de 1924, houve ainda outra conspiração que foi abafada logo em seu início em Engenho Novo, no Rio de Janeiro. "Nessa ocasião, foi detido, como implicado na intentona, o capitão

---

<sup>177</sup> SILVA, op. cit., p. 419.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 420.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 421 e 422.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 422.

Seroa da Mota.<sup>181</sup> O mesmo capitão, quando a Coluna passou por Pernambuco, preparou um levante na ocasião, mas foi delatado e preso<sup>182</sup>.

Em maio de 1925, um outro levante, sob a liderança do tenente Carlos Chevalier, revoltaria a Escola de Aviação Militar<sup>183</sup>, no Rio de Janeiro. O plano era marchar sobre o largo do Campinho, incorporar um contingente de praça que tomava conta do quartel e de lá ocupar o Quartel de Polícia do Méier. Essa tropa iria ocupar os morros do Engenho Novo, Telégrafo e Caixa d'Água, a fim de imobilizar tropas legalistas. Todavia, o plano fracassou e numa troca de tiros inicial um tenente revoltoso foi morto. Os rebeldes foram julgados, condenados e alguns presos.<sup>184</sup>

A partir das revoltas ocorridas no Rio de Janeiro em 1922, vários dos envolvidos foram expulsos do Exército e retornaram a seus locais de origem como porta-vozes do movimento que começara na capital do país. Por exemplo, Manuel Xavier de Oliveira que

no ano de 1918, matriculou-se na Escola Militar do Realengo, onde fazia o 3º ano de Infantaria, quando se envolveu nos acontecimentos de junho de 1922. Desligado da Escola no mês seguinte regressou ao seu Estado, onde teria grande atividade como professor e jornalista do Correio de Aracaju<sup>185</sup>.

Em 1923, com a decisão judicial, de que os envolvidos nos levantes de 1922 seriam indiciados por golpe de estado e não como indisciplina militar, fez com que muitos deles preferissem "fugir a deixar-se apanhar num julgamento que lhes poderia ser fatal"<sup>186</sup>. Foi a partir do núcleo constituído pelos envolvidos em 1922, que se iniciaram as conspirações que resultaram nos movimentos que vieram a acontecer em 1924 e perduraram até início de 1927.

---

<sup>181</sup> BASTOS, op. cit., p. 107.

<sup>182</sup> LIMA, Moreira Lourenço. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979, p., 250-251.

<sup>183</sup> A Escola de Aviação do Exército se localizava no Campo dos Afonsos, na região do Realengo, e foi criada após o término da Primeira Guerra Mundial. In: CAMARGO, Aspásia; GÔES, Walter de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 78.

<sup>184</sup> CHEVALIER, Carlos Saldanha da Gama. *Memórias de um revoltoso ou legalista?* Niterói: Vitória, 1927.

<sup>185</sup> DANTAS, op. cit., p. 84.

<sup>186</sup> BASTOS, op. cit., p. 104.

Conforme consta na Denúncia dos indiciados pelo levante em São Paulo em 1924,

logo que na Capital Federal foi decretada a pronúncia dos oficiais do Exército envolvidos nos criminosos sucessos de 1922 uma grande parte dos pronunciados, fugindo ao mandado de prisão, veio homisiar-se em São Paulo, e aqui permaneceu, sob disfarce, trabalhando intensa e activamente, com um entusiasmo que tocava ás raias do fanatismo, na propaganda da nova mashorca. (...) Na Rua Vautier, n. 27, onde o Tenente Custodio de Oliveira, do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada, aquartelado em Quitauína, mantinha uma espécie de "republica", assiduamente freqüentada, ou eventualmente habitada pelos organizadores do plano subversivo; na Rua da Fabrica, n. 6, onde residia o Tenente Henrique Ricardo Hall, e se hospedavam ou se reuniam os Capitães Octavio Muniz Guimarães, Joaquim e Juarez do Nascimento Fernandes Távora e os Tenentes Victor Cesar da Cunha Cruz, Granville Bellerophonte de Lima e Eduardo Gomes, todos desertores do Exército, foragidos da justiça; no escriptorio do dentista José Paulo de Macedo Soares, á Rua da Quitanda, n. 14; na casa do individuo Waldomiro Rosa, á Travessa Frederico Alvarenga, n. 46; na casa do Major Miguel Costa, fiscal do Regimento de Cavallaria da Força Publica, e nesse próprio Regimento, as reuniões dos conspiradores se succediam, e o estudo dos planos da mashorca proseguia com uma perfeição de cálculos (...). Os officias desertores do Exército, aqui homisiados, procuraram no subterfúgio da troca de nomes uma válvula de segurança para o tranqüilo e pleno exito de sua ininterrupta e tenaz actividade subversiva.<sup>187</sup>

O próprio governo e seu sistema de repressão contribuíram para o desenvolvimento dos movimentos. A partir do julgamento dos envolvidos em 1922, notamos a solidariedade da classe com a eclosão de movimentos em diversos espaços militares no país. Entretanto, a conspiração não se detinha apenas no âmbito militar. Como vemos no trecho acima, constam entre "os organizadores do plano subversivo" os civis José Paulo de Macedo Soares e Waldomiro Rosa.

Segundo Juarez Távora, a decisão da justiça o levava a desertar e conspirar, primeiramente no Paraná. Depois seguiu para Florianópolis, mantendo contatos com antigos elementos civis do Contestado e por fim fixou-se em São Paulo, visitando as guarnições de Rio Claro, Itu, Jundiaí, Caçapava e Lorena, além da Força Pública por intermédio de Miguel Costa.<sup>188</sup>

Além das transferências feitas em fins do governo de Eptácio Pessoa

---

<sup>187</sup> Sucessos Subversivos de São Paulo, op. cit., p. 4 e 5.

<sup>188</sup> TÁVORA, op. cit., p. 129.

perante as suspeitas dos planejamentos dos levantes de 1922 e das fugas dos militares processados, outro fator condutor das ideias rebeldes foram as prisões. Como aponta o tenente Chevalier, enquanto esteve preso no Rio de Janeiro conseguia articular os planos através de visitas e cartas enviadas por meio de seus familiares para seus companheiros <sup>189</sup>. Segundo Juarez Távora, na prisão da Ilha de Trindade,

Éramos, ao todo, mais de trinta oficiais presos naquele navio entre os do Exército e da Marinha, conforme pude relacionar examinando grupos fotográficos da época: (...) Do Exército: Coronéis J. M. Xavier de Brito, (...) Mário Magalhães Barata, Aristóteles de Sousa Dantas, (...) Juarez Távora (...) Eduardo Gomes, J. Cordeiro de Castro Afilhado, Carlos S. da Gama Chevalier, (...) Olindo Denys (...). Áamos encontrar na Trindade, onde já estavam "veraneando" havia algum tempo, o Cap. Augusto Maynard Gomes e os Tenentes João Soarino de Melo e Manuel Messias de Mendonça, implicados na revolta de 28º B.C. de Aracaju, em começos de 1926, quando transitara pelo Nordeste a Coluna Miguel Costa-Prestes.<sup>190</sup>

Os casos, dentre eles o de Magalhães Barata, que foi um dos removidos de sua guarnição para outra mais longínqua a fim de desmobilizar as revoltas que se planejavam no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, fizeram com que acontecesse exatamente o contrário. Ao invés dos motins serem desmobilizados e desarticulados com as distâncias impostas, eles começam a eclodir nos mais diversos pontos do país, mesmo com os precários meios de comunicação do período. Os envolvidos em revoltas, quando transferidos, conseguiam muitas vezes, mobilizar a guarnição para onde tinham sido enviados. Todavia, as dificuldades em articular a movimentação pelo país se impunham dadas as distâncias, os meios disponíveis e a vigilância do Estado. Isso explica como houve tantos motins nos mais diversos locais e, embora estivessem conectados, possuíam conexão frágil e falha, como se observa abaixo, no fragmento da entrevista cedida por Cordeiro de Farias:

Não tínhamos conspiradores em postos de comando, apenas núcleos que, nas diferentes unidades, iriam rebelar-se. O tenente Frederico Buys, por exemplo, revoltou uns 20 ou 30 homens de um pelotão de Regimento de Infantaria com quase oitocentos homens (...) Não havia um comando ou um chefe que centralizasse aqueles focos

---

<sup>189</sup> CHEVALIER, op. cit.

<sup>190</sup> TÁVORA, op. cit., p. 206-207.

conspiratórios. Havia, sim vínculos naturais entre os grupos, inspirados pelos sentimentos comuns. (...)

Para entender essa desarticulação, presente tanto no movimento de 1922 como no de 1924, é necessário considerar as condições da época. Os meios de comunicação eram precários (...). As estradas eram incrivelmente más, e as ligações telefônicas, péssimas. Tornava-se muito difícil estabelecer elos entre os diferentes pontos.<sup>191</sup>

Por outro lado, um fator que intensificava as ligações era o fato de muitos dos militares envolvidos terem sido contemporâneos durante o período em que cursavam a Escola Militar do Realengo. Segundo Farias, em 1924,

Em Santa Maria, onde me instalei, eu tinha ligações estreitas com o grupo paulista. Eles me visitavam, eu os visitava e trocávamos emissários. Sempre que eu vinha ao Rio, passava por São Paulo. Joaquim Távora, Juarez e Custódio de Oliveira eram os que mais iam me ver em Santa Maria. Não podemos esquecer que a maioria desses conspiradores vinha de uma mesma geração na Escola Militar, a das turmas de 1918 e 1919. Não éramos muitos, mas éramos unidos.<sup>192</sup>

A comunicação entre os diversos focos rebeldes, como já dito, era bastante falha devido às condições de existência e também por conta das interceptações do governo. Entretanto, podemos supor que a comunicação entre tropas governistas eram interceptadas e ou havia dentre elas simpatizantes do movimento, pois encontramos dentre a documentação dos revolucionários, por exemplo, um croqui do quartel da cidade de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, com o esquema de defesa das forças legalistas<sup>193</sup> e cartas claramente interceptadas<sup>194</sup>.

Em carta trocada entre os revoltosos consta: “Tive informações seguras e detalhadas, dadas por oficial do exercito, nosso amigo e de rara competência, avisando-me dos effectivos das forças e dos planos de governo”<sup>195</sup>. Essa evidência comprova a existência de algum tipo de solidariedade advinda de alguns soldados não adeptos do movimento para com aqueles que faziam parte dele. Segundo Cordeiro de Farias:

---

<sup>191</sup> CAMARGO; GÓES, op. cit., p. 77.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>193</sup> CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 179.

<sup>194</sup> CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 926 e 983.

<sup>195</sup> LOPES, Isidoro Dias. Carta para Luiz Carlos Prestes. S.L., 23 de dezembro de 1924. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 21-23.

Não havia, por parte dos oficiais, uma verdadeira vontade de nos combater. Convocados a lutar, eles nos perseguiram, mas não se empenhavam na luta. Muitos deles pensavam como nós. Além disso, havia uma divisão de gerações que nos favorecia. O grupo mais moço – capitães, majores, tenentes – não era solidário com a posição política da cúpula militar.<sup>196</sup>

Neste sentido, em carta assinada por Miguel Costa, Prestes e Juarez Távora, publicada na obra de Moreira Lima, tais comandantes comunicavam ao deputado Batista Luzardo que as forças governistas lhes davam completa liberdade de ação. Segundo eles: “Dir-se-ia que suas forças adivinham sempre onde não estamos e para aí marcham...”<sup>197</sup>

Claro que esta liberdade de ação não ocorreu durante toda marcha. Dezoito generais receberam a incumbência de acabar com a Coluna<sup>198</sup> e, no entanto, a maneira em que seus subordinados interpretavam suas ordens e as executavam variavam.

De modo geral, a Coluna foi combatida pelo Exército, mas este não era seu maior inimigo, mas sim as policiais estaduais e os chamados batalhões patrióticos, organizados por políticos locais.<sup>199</sup>

---

<sup>196</sup> CAMARGO; GÓES, op. cit., p. 106.

<sup>197</sup> LIMA, op. cit., p. 191.

<sup>198</sup> PRESTES, op. cit., p. 96.

<sup>199</sup> CAMARGO; GÓES, op. cit., 105-106.

## **CAPÍTULO II – A formação da Coluna Miguel Costa-Prestes: conflitos e (re) construções**

No dia seguinte ao encontro das Colunas que saíram de São Paulo e do Rio Grande do Sul, 12 de abril de 1925, reuniram-se Prestes, Bernardo de Araujo Padilha, tenente-coronel responsável pelo levante da cidade de Rio Claro em São Paulo; Miguel Costa; Mendes Teixeira, major reformado que auxiliou no movimento da capital paulista e da cidade de Bauru; Álvaro Agrícola Soares Dutra, capitão do 6º Regimento de Infantaria de Caçapava que auxiliou no levante desta unidade; Luiz Delmont, capitão da 3ª Divisão de Infantaria de Porto Alegre; Asdrubal Gwayer de Azevedo, 2º tenente da Força Pública de São Paulo; e outros, onde definiram que não emigrariam e seguiriam para o Mato Grosso, se necessário através do território paraguaio<sup>200</sup>.

As forças foram organizadas e criou-se a 1ª Divisão Revolucionária, comandada por Miguel Costa e dividida em Brigada "São Paulo", comandada por Juarez Távora e "Rio Grande", comandada por Luiz Carlos Prestes. Ficou também acordado que o marechal Isidoro seguiria para Argentina devido à sua avançada idade <sup>201</sup>, e de lá, como chefe supremo da revolução, organizou uma rede de apoio externo às operações, o que se evidencia no trecho a seguir:

(...) Estamos empenhando ligações os máximos esforços para que Honorio, Netto e outros possam reinvadir, mas isto levará, talvez uns 2 mezes. (...) saiba que podemos obter, em diversos pontos da fronteira argentina, umas 4 mil armas com uns 400 mil tiros. (...) Para coordenar o que nos resta e para agir com presteza, siga, [ilegível], para Iguassú onde me informarei do que está planejando nas serras, Sta Catharina, Contestado, etc. (...) Antes de receber sua carta de 8 deste, estávamos trabalhando com afinco no sentido de mandar armas e, principalmente, munição a sua columna. Como a vigilância é grandíssima nas fronteiras e como, devido aos linguarazes, exhibicionistas e conferencistas, foi apreendida a nossa primeira remessa para cá, resolvemos adquirir um aeroplano de carga que burlaria toda a vigilância. O negocio está bem encaminhado e pode ser resolvido e executado em 5 dias. (...) <sup>202</sup>

---

<sup>200</sup> LIMA, Moreira Lourenço. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979, p. 113-114.

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 114-115.

<sup>202</sup> LOPES, Isidoro Dias. Carta para Luiz Carlos Prestes. S.L, 23 de dezembro de 1924. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 21-23.



O encontro da Coluna Paulista com a do Rio Grande foi permeado de conflitos, pois havia divergências, primeiramente, com relação ao futuro do movimento. Alguns preferiram o exílio como Olyntho de Mesquita (comandante do 2º G.A.M. de Jundiaí), Newton Estillac Leal (que se envolveu com o movimento em 1922, apoiando-o na Vila Militar, ajudou a levantar São Paulo e seguiu o movimento pelo interior do estado chegando neste ponto ferido<sup>203</sup>), João Cabanas e Alfredo de Simas Enéas (ambos da Força Pública), Filinto Muller (pertencente ao Grupo de Quitaúna que sublevou São Paulo) e Álvaro Agrícola Soares Dutra (do Regimento de Infantaria de Caçapava), enquanto outros defendiam a continuidade do movimento<sup>204</sup>.

Em pouco tempo, a coluna foi se organizando em flancos, em pequenas colunas ramificadas que seguiam a quilômetros da principal em diversas direções, a fim de identificar e despistar tropas inimigas, além de cobrir um maior perímetro geográfico. Havia ainda as potreadas, das quais trataremos melhor mais à frente, que eram grupos ainda menores montados a cavalo com a finalidade de desbravar os caminhos, mapear a região e colher informações, como condições geográficas, possibilidades de abastecimento de víveres e posicionamento de tropas legalistas.

Segundo José Augusto Drummond,

O conceito tático-estratégico de guerra de movimento parece ter sido ousado demais para a maioria dos oficiais rebelados em São Paulo. Tudo indica, portanto, que a junção de forças precipitou uma divergência insuperável quanto à opção entre a guerra de posição e a guerra de movimento; ou seja, uma divergência militar<sup>205</sup>.

Supomos que os militares formados na Escola Militar do Realengo tiveram instrução acerca da tática de guerra de trincheira, característica, inclusive, da

---

<sup>203</sup> ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/estillac\\_leal](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/estillac_leal) "O Estillac, a última hora, resolveu ficar aqui uns dias (!) para descansar. Esse entende que não deve comandar mais nada porque só tem 22 homens". LOPES, Isidoro Dias Lopes. Carta para Alfredo de Simas Enéas. S.L., S.D., documento nº 96. Arquivo Público do Estado de São Paulo, conjunto documental Cartas da Revolução de 1924.

<sup>204</sup> DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 120.

<sup>205</sup> Ibidem, p. 127.

Primeira Guerra Mundial que havia terminado há poucos anos. A estratégia de guerra de movimento era bastante utilizada nos conflitos armados no sul do Brasil, o que garantia, por exemplo, a resistência das forças de Assis Brasil frente às governistas de Borges de Medeiros.

Inicialmente, a Coluna, após a junção de forças paulistas e gaúchas, foi organizada da seguinte maneira: chefe supremo da Revolução marechal Isidoro Dias Lopes; comandante general de brigada: Miguel Costa; Estado Maior: major Coriolano de Almeida Jr. (da Força Pública de São Paulo), capitães Djalma Soares Dutra (carioca, cursava a Escola Militar quando se envolveu no levante em 1922), Lourenço Moreira Lima (civil, paraibano, cursou a Faculdade de Direito do Ceará e foi advogado de defesa dos implicados em 1922, mais tarde foi nomeado secretário da Coluna) e Alberto Costa (carioca, ex-aluno da Escola Militar, expulso por conta do levante em 1922); chefe do corpo de saúde: 1º Tenente dr. José Athayde; e encarregado do material bélico: tenente Raff.<sup>206</sup>

Da Brigada "Rio Grande": comandante coronel Luiz Carlos Prestes; Estado Maior: formado por major Paulo Kruger (do regimento de São Luiz Gonzaga, cursou a Escola Militar do Realengo junto com Juarez e Fernando Távora), capitão Ítalo Landucci (civil, um dos organizadores do Batalhão Italiano em 1924 em São Paulo) e os tenentes Sadi Valle Machado e Nicacio Costa; 1º B.F. liderado pelo tenente-coronel Oswaldo Cordeiro de Farias (pertencente à esquadrilha de Santa Maria); 2º R.C. liderado pelo tenente-coronel João Alberto, da cidade de Alegrete; 3º R.C. liderado pelo tenente-coronel Siqueira Campos (liderança do Forte de Copacabana em 1922) e 1º Esquadrão de Cavalaria Independente comandado pelo Capitão Ary Salgado Freire (de São Luiz Gonzaga).<sup>207</sup>

A Brigada "São Paulo" com o comandante tenente-coronel Juarez Távora (liderança de 1924 em São Paulo); Estado Maior: major Aldo Mario Geri (correspondente italiano do Banco Ítalo-Belga em São Paulo, um dos organizadores do Batalhão Italiano), juntamente com os tenentes Mario e

---

<sup>206</sup> LIMA, op. cit., p. 124 e 125.

<sup>207</sup> Idem.

Morgado; 2º Batalhão de Cavalaria liderado por major Manoel Alves Lyra; 3º B.C. comandado por major Virgílio Ribeiro dos Santos (tenente de Rio Claro), Batalhão de Artilharia Montada liderado pelo capitão Henrique Ricardo Holl (participou do levante da Escola Militar do Realengo em 1922 e em São Paulo em 1924); 2º Esquadrão de Cavalaria Independente comandado pelo capitão Jorge Danton (da Força Pública de São Paulo).<sup>208</sup>

O boletim nº 1, de abril de 1925, da 1ª Divisão Revolucionária, ou seja, da Coluna que partira de São Paulo, traz a descrição da derrota sofrida em Catanduvas e de seu encontro com a Coluna Rio Grande:

(...) com a concentração de um effectivo esmagador, pelo numero e emprego de quase todos os engenhos de guerra conhecidos, os asseclas do bernardismo no dia 29 do mês findo, conseguiram seccionar as forças da Divisão São Paulo, atacando fortemente os elementos da 2ª Bda. e outras tropas que heroicamente defendiam CATANDUVAS. (...) Providencialmente a columna do Rio Grande do Sul, commandada pelo valoroso coronel Luiz Carlos Prestes, em operações na região do CONTESTADO, pode, apesar da marcha penosa que fez, atravez de uma picada de cerca de 200 leguas combatendo contra duas columnas de mais de 4.000 homens, unir-se a D.S.P. com todos os seus elementos, em perfeita forma. (...) o chefe supremo das forças revolucionarias Marechal Isidoro Dias Lopes, convidou-me para commandar as forças restantes da D.S.P. as quaes o sr. Coronel Prestes, adiccionaria a sua valorosa columna.(...) em vista da ordem que recebi de nosso supremo, ordem que muito me honra, e, sensibilizado pela gentileza do gesto do coronel Prestes, assumi a 10 do corrente o commando das forças Revolucionarias que presentemente operam no Estado do Paraná. (...) As forças revolucionarias em operações no Estado do Paraná, terão a seguinte (...) organização: Dois destacamentos, Um Regimento de Cavallaria Devisionaria e uma Bateria Mixta de Artilharia.  
1º.)DESTACAMENTO RIO GRANDE.  
Cmte. Coronel Luiz Carlos Prestes. (...)  
2º) DESTACAMENTO SÃO PAULO.  
Cmte. Tte. Cel. Juarez Fernandes Tavora. (...)<sup>209</sup>

Bernardo de Araujo Padilha assumiu o comando do 28º Batalhão de Caçadores de Aracaju em 22 de janeiro de 1923, enquanto tenente coronel<sup>210</sup>. Em 1924, comandava o 5º Batalhão de Caçadores de Rio Claro e em meio à revolta levou parte de seu batalhão para auxiliar no movimento de São Paulo,

---

<sup>208</sup> Idem.

<sup>209</sup> Boletim nº 1. Santa Helena, 14 de abril de 1925. CEDEM/UNESP.

<sup>210</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *O tenentismo em Sergipe*. Rio de Janeiro: Vozes: 1974, p. 87.

deixando o restante sob as ordens do capitão Raul da Veiga Machado<sup>211</sup>. Padilha comandava a Divisão São Paulo quando esta chegou à região de Foz do Iguaçu, onde pediu exoneração e foi substituído por Miguel Costa<sup>212</sup>.

Em carta ao deputado Batista Luzardo, o general Miguel Costa explicou a então organização da Coluna:

(...) Ordenei, então, o recuo lento do Destacamento "S. Paulo", de forma a cobrir o escoamento da Brigada Rio Grandense, cuja vanguarda transpunha, então, em canôas, o Rio Iguassú.

Iniciada a 30 de março, somente a 26 de abril se concluiu essa delicada operação, ficando concentradas nas cercanias de Guahyra, Porto Mendes e São Francisco, todas as forças revolucionarias.

E, enquanto o general Rondon, illudido por uma falsa manobra, atirava o grosso de suas forças sobre Iguassú e Santa Helena, em perseguição a pequenas patrulhas nossas - a Divisão Revolucionaria, concentrada a 20 leguas de distancia, dirigia-se, a 27 de abril, a marchas forçadas, sobre Matto Grosso.

A 30 do mesmo mês, foram ocupados Porto Luido e Porto Pirahy, sobre o rio Iguatemy, pelas nossas avançadas.

Porto Dom Carlos, no Rio Paraná, situada a 50mts acima de Guahyra, caía em nosso poder, no dia 5 de maio.

A 6 do mesmo mês, depois de curto mas sangrento combate, entravam as força revolucionarias em Panchita, levando ás forças governistas 1 metralhadora pesada, 1 fuzil metralhadora, 5 caminhões automoveis e grande copia de armas e munições. As baixas bernardistas foram de 21 mortos e 14 prisioneiros.

A 7, enquanto o Regimento João Alberto ocupava "Patrimonio da União", após curto combate na ponte do rio Parahy, o Batalhão Virgilio ocupava, sem resistencia, o Porto Felicidade, no Rio Amanhay.

A 8 o Batalhão Virgilio entrava em Capanario, sede da Administração da Empresa Matte-Laranjeira em Matto Grosso.

A 9, a ponte Superior do Amambay, abandonada pelas forças governistas do Coronel Mario Gonçalves, foi [ilegível] por nossa tropa. Ponta-Porã, abandonada a 8 pelas forças do Coronel Pericles de Albuquerque, foi ocupada por Siqueira Campos e João Alberto no dia 10.

Nos dias 13 e 14, enquanto o grosso das forças Revolucionarias se deslocava em direcção ao Patrimonio de Dourados, - via Campanario,

---

<sup>211</sup> Successos Subversivos de São Paulo. Denuncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da Republica, em comissão no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 18.

<sup>212</sup> "O Sr. General Bernardo de Araujo Padilha, que com muita inteligencia, zelo e dedicação vem commandando a D.S.P., pediu exhoneração do commando da Divisão. O seu pedido causou magua a todos os seus commandados, pois que todos conheciam as qualidades incontestes do general Padilha, razão porque houve toda insistência para que o seu pedido fosse retirado. Apesar de tal insistência, esse dedicado Commandante conseguiu exhonerar-se, continuando, porem como revolucionário ardoroso, que nos animara com a sua presença e nos inspirará com o seu exemplo". In: Boletim nº 1. Santa Helena, 14 de abril de 1925. CEDEM/UNESP.

- os regimentos Siqueira Campos e João Alberto, combatiam, como flanco guarda esquerda da columna; contra todas as tropas governistas, concentradas nas cabeceiras do rio Appa.

Atavesado o rio Dourados, a 20, foi, nessa mesma data, accupada, após ligeiro combate, a "Patrimonio de Dourados", cuja estação telegrafica foi inutilizada.

A 24 foi transposto o rio Brillhante e, successivamente, o Vaccaria, o Anhaduhy, o Anhanduhyzinho, o Lontra e o São Felix, este ultimo a 30. A 31 foi feita uma demonstração de força sobre a [ilegível] de "Rio Pardo", na E. F. Noroeste do Brasil, tendo sido destruida, em pleno combate, o aparelho telegraphico da Estação.

O fim dessa demonstração, que era obrigar o governo a concentrar naquelle ponto extrategico um grande contingente, desguardecendo as demais estações entre Rio Pardo e Campo Grande, foi inteiramente [ilegível] [...]

Ao completar-se, assim, o 34º dia de nossa marcha passa a Norte, os bravos soldados da Revolução - alguns dos quaes vêm desde Catanduvras e Contestado a pé - já percorreram, - expugnando trincheiras, transpondo rios e [ilegível] pantanos e areias - mais de 1000 kms!

Testemunhas quotidianas dessa energia inquebrantavel que anima os soldados gloriosos da liberdade - nós os officiaes da Revolução sentimos um indizível orgulho de dirigir um punhado de brasileiros que são dignos - valentes da roça generosa dos retirantes de Laguna!

E não devemos por isso da veracidade desta [ilegível] feliz de Arthur [ilegível], endereçada ao povo de nossa Patria: "A revolução brasileira poderá nao ser victoriosa; mas será invencível".<sup>213</sup>

Na carta acima, podemos notar os avanços da marcha e a sua multifacetação quando Miguel Costa cita os regimentos de João Alberto e Siqueira Campos, que seguiam separados. Temos a impressão, da leitura dos escritos do general, que os avanços das tropas revoltosas aconteciam sem grandes embaraços, com poucos conflitos com os legalistas citados. Contradizendo isto, Henrique Ricardo Holl, que participou do levante da Escola Militar do Realengo em 1922 e em São Paulo em 1924, afirma que a situação era desesperadora, já que o grupo comandado por Estillac Leal estava sem munição e sitiado por forças muito superiores.<sup>214</sup>

Em maio, as brigadas São Paulo e Rio Grande se reuniram na cabeceira do rio Camapuã, após atravessarem o rio Pardo, região do atual estado de Mato Grosso do Sul. Lá houve uma nova reorganização da Coluna, pois havia entre

---

<sup>213</sup> COSTA, Miguel Costa. Carta para Batista Luzardo. Fazenda "São Romão" (Estrada de Mato Grosso), 2 de junho de 1925. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 245-249.

<sup>214</sup> HOLL, Henrique Ricardo. Telegrama para Alfredo de Simas Enéas. 30 de março de 1925. AESP - Cartas da Revolução de 1924.

as brigadas certa rivalidade e disputa. Para Drummond estavam em questão embates regionais<sup>215</sup>. Segundo Juarez Távora, em suas memórias,

enquanto grande parte da Brigada "Rio Grande" estava montada, a quase totalidade da Brigada "São Paulo" se deslocava a pé, e, por isso mesmo, tinha dificuldade de afastar-se do itinerário de marcha, para potrear animais de sela, nas estâncias circunvizinhas de seu itinerário de marcha. Algumas praças carregavam arreios, à cabeça, com a esperança de obter, mais adiante, um animal para arrear e montar.

Esse fato começou a despertar animosidades entre elementos das duas Brigadas, pois os gaúchos, já relativamente bem montados, e marchando na vanguarda, obtinham, graças às suas potreadas, cada vez mais cavalos, enquanto os paulistas, desprovidos de cavalos e impossibilitados de arrebanhá-los longe de seu eixo de deslocamento, raramente conseguiam novas montarias<sup>216</sup>.

Em bilhete não datado de João Alberto a Luiz Carlos Prestes, o primeiro já alertava para a existência das rivalidades entre as tropas: "Cada vez mais sentimos a rivalidade da tropa de S. Paulo para conosco de maneira que torna-se necessário muita preocupação para não cahimos em algum buraco"<sup>217</sup>.

Buscando a resolução dos problemas, as duas brigadas foram fundidas e a partir delas foram formados quatro destacamentos mistos sob o comando de Miguel Costa, tendo como chefe do Estado Maior Prestes; subchefe do Estado Maior Juarez Távora; secretário Moreira Lima. Estado Maior formado pelos "majores" Paulo Kruger e Geri, capitães Costa e Landucci, tenentes Sadi, Nicacio e Morgado. Piquete do Quartel General tenente Hermínio (vindo do movimento de São Paulo); chefe do corpo de saúde continuava a ser o dr. Athayde. O 1º Destacamento era liderado por Cordeiro de Farias, tendo como fiscal Virgílio dos Santos, o 2º Destacamento João Alberto, fiscal major Manoel Lira, o 3º Destacamento Siqueira Campos, fiscal Trifino Correia (ex-aluno da Escola Militar, expulso em 1922); o 4º Destacamento Djalma Dutra e fiscal Ary Freire<sup>218</sup>.

Podemos notar ao compararmos as lideranças presentes nos dois momentos, de organização e reorganização das forças, que elas se mantiveram

---

<sup>215</sup> DRUMMOND, *op. cit.*, p. 131.

<sup>216</sup> TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: memórias*. Vol. 1 - Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1973, p. 180.

<sup>217</sup> BARROS, João Alberto Lins de. Bilhete para Luiz Carlos Prestes. CPDOC - Fundo Sadi Vale Machado, SVM/00.00.1924/1927/21.

<sup>218</sup> LIMA, *op. cit.*, p. 150-151.

com poucas mudanças, sendo elas a saída de Raff, Jorge Danton, Henrique Ricardo Holl (envolvido desde 1922 seguiu para o Paraguai em abril, devido a seu estado de saúde) e de Coriolano de Almeida Jr. (capitão da Força Pública de São Paulo, que abandonou a marcha em maio em Ponta Porã), e a inclusão de Hermínio e Trifino. Dessa maneira, vemos que o comando da Coluna não estava restrito a Prestes ou a Miguel Costa, e muito menos a Isidoro, já que este era construído coletivamente.

As correspondências nos apresentam indícios de como era construído o comando da Coluna, como, por exemplo, neste bilhete do coronel João Francisco que estabelece que as deliberações sobre as forças sob seu comando deveriam ser definidas por um conselho formado por ele e mais dois, havendo suplentes:

Conforme resolução tomada hontem pelos senhores Generaes Bernardo Padilha, Olyntho Mesquita e Ten. Cel. Newton Estillac, em conselho com a minha pessoa, ficou resolvido que enquanto estiverem separados das demais forças que, sob o Commando directo do Exmo. Senhor General em Chefe, operam no Norte, esta Colmna do Sul, agora [ilegível] com a Bda. do General Padilha e outros elementos, continue sob o meu Commando, mas sempre que for mister resolver casos importantes serão as deliberações tomadas por um conselho de guerra constituído pelos tres Generaes, - João Francisco, Padilha e Mesquita - tendo estes como suplentes e, caso de ausência os Snrs. Cel. Mendes Teixeira, Estillac e Juarez Tavora. (...) Os actos mais importantes inclusive promoções serão sempre resolvidos pelo Conselho, e publicados em Boletim e registrados em actas. <sup>219</sup>

A existência desse comando coletivo também se dava de maneira espontânea em determinadas ocasiões por conta das dificuldades em estabelecer ligações entre os diversos flancos e o comando principal. Segundo Cabanas, quando sua coluna marchava pelo o interior do estado de São Paulo, em 1924, em determinado momento ficou sem contato com o Estado Maior. “Fiquei entregue à minha própria iniciativa e resolvi fazer em prol da revolução aquilo que melhor me parecesse”<sup>220</sup>.

---

<sup>219</sup> SOUSA, João Francisco Pereira de. Ordem do Dia nº 17, 3 de outubro de 1924. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 16.

<sup>220</sup> CABANAS, João. *A Coluna da morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 73.

Todavia, esse comando composto por várias pessoas não existia sem conflitos. Em 1924, na cidade de São Paulo, Isidoro Dias Lopes sem saber do abandono do palácio dos Campos Elíseos pelo governador do estado e observando com apreensão os acontecimentos desfavoráveis à revolta, decidiu retirar suas tropas para Jundiaí. O coronel Miguel Costa, por sua vez, ainda acreditava na possibilidade de sucesso do movimento e recusou-se acatar a ordem do general, que indignado, afastou-se do comando<sup>221</sup>. Esse conflito inicial, como já vimos, foi resolvido quando se descobriu a fuga do presidente do estado, Carlos de Campos, para Quitaúna, o que, inclusive, deu um novo ânimo ao movimento. Contudo, a partir desse fato, podemos notar o quanto Isidoro era centralizador enquanto exercia o comando. Isso também foi refletido, por exemplo, nos índices da participação civil que era estimulada por Miguel Costa e Joaquim Távora, mas inibida pelo general. Isso nos dá pistas acerca das distintas concepções, dentre os envolvidos, do caráter político que movimento deveria ter.

Com a adoção da tática de guerrilha<sup>222</sup> e considerando a idade avançada de Isidoro, este ficou na Argentina como chefe supremo, mas bastante ciente do seu real poder de comando:

(...) eu não nomeio mais ninguém, nem transfiro, nem demitto, assim como não assigno mais boletins, nem ordens de movimento ou operações. Resolvi, de mesmo modo, não intervir mais em materia de Intendencia, serviço de saúde, etc. (...) Aqui, tanto individuos como tropas têm plena liberdade de fazer o que bem entenderem e assim se está fazendo (...). Para não citar senao os factos mais recentes (o total encheria 100 paginas), direi que não fui eu que transferi o tenente Lucas de [ilegível] para outra; não fui eu que mandei caducar tropa, mandei ir artilharia em certas ilhas; não fui eu que mandei o cap. Hall o transferir pra S. José; não fui eu que dei commando e missão ás laudas nestes ultimos dez dias (...). É por isto e dezenas de outros factos que resolvi não deliberar mais deixando que cada um faça o que bem entender. (...) para dirigir ao Gal. Miguel, Major Gwyer, cap. Miller,

---

<sup>221</sup> CORREA, Anna Maria Martinez. *Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1967, p. 55.

<sup>222</sup> Ver SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Unesp, 2000, p. 173-171. Utilizaremos os termos “tática de guerrilha” e “guerrilha” em referência ao meio/técnica que a Coluna optou por combater. Embora o movimento em questão se coloque como revolucionário não acreditamos que ele tenha o sido. De toda forma, utilizamos o termo em nosso texto em referência a maneira pela qual os próprios agentes se caracterizavam.



chefes de tropa e aos sr. cap. Hall e Dutra, de meu antigo Estado-Maior. Dessa vez, porem, que tive a oportunidade de dizer agora, desejo que isto seja mostrado aos officiais acima citados. Só quer accertar que alem dos factos acima ha razões de [ilegível] infinitamente superior que me livram a desinternar-me de tudo! A principal é que eu não pude e não sonho levar o exercito revolucionario á victoria e nem nunca pude eu sonhar salvar a Columna das revezes que vem soffrendo e que a vem aniquilando. Nunca adoptei uma resolução com firmeza e segurança de modo que nem invadimos o Parana, por Salto Grande, nem Matto-Grosso e nem mantivemos a [ilegível] de Ourinhos a Porto Tavora. Esta minha indecisão que revelasse claramente a inaptidão para o commando, nos obrigaram a [ilegível] a qualquer, na qual nos vamos arrastando e desintegrando. Minha falta de aptidão technica para o Commando [ilegível] o seguinte facto: eu até agora não entendi nada do que está fazendo de Joaquim Tavora até aqui!.<sup>223</sup>

Na carta acima, Isidoro se mostra amargurado com a multifacetação do comando do movimento, que escapa de seu controle. Em sua argumentação, aponta sua indecisão como característica de sua clara inaptidão técnica para o comando. Ao afirmar que nada entendeu do que estava se fazendo de Porto Joaquim Távora até o momento, outubro de 1924, demonstra seu desconforto com a movimentação e fragmentação das tropas. Na carta a seguir, essa posição se confirma e se justifica por encarar a fragmentação de tropas como fraqueza do movimento:

Soubemos logo que de Uruguayana a (ilegível) reina o cahos, cada cap., cada tenente e cada paisano agindo por conta propria. Resultado: Honorio de Lemos completamente derrotado, ignorando (ilegível) Juarez; Orestes em B. Ayres, tendo ele mesmo se nomeado governador civil de Uruguayana por algumas horas (...) Siqueira Campos, comte. das forças 440 homens que ha já uns 10 dias, fazem asneiras em Itaguy, completamente disfarçado, perdendo armamento e já emigrado, podendo, entretanto voltar (...) As novas tropas (ilegível) (Sanborja e S. Luiz) ascendiam a mais de 1000 homens do exército e civis. Prestes (...) era o chefe natural mas chegou Siqueira Campos, (ilegível), assumindo espontaneamente o Commando e escauzashando tudo. Cada capitão e cada tenente commandava uma fracção que agia dispersivamente, fracos assim, em toda a parte. Com a derrota de Siqueira Campos, o Prestes, sempre incansável, reuniu a direcção e de accordo connosco vai concentrar todos os elementos (ilegível) (uns 800 homens) em frente que já escolhemos. (...)Repito: um cahos. (...)<sup>224</sup>

---

<sup>223</sup> LOPES, Isidoro Dias. Carta para Alfredo de Simas Enéas. 7 de outubro de 1924. AESP - Cartas da Revolução de 1924.

<sup>224</sup> LOPES, Isidoro Dias. Carta para Alfredo de Simas Enéas. Santo Tomé, 14 de novembro de 1924. AESP - Cartas da Revolução de 1924.

Até que, por fim, em abril de 1925, Isidoro, a caminho da Argentina, ao mesmo tempo em que os grupos paulista e gaúcho estavam se unindo, concedeu liberdade de ação aos líderes que dariam continuidade ao movimento a partir daquele momento, muito embora estes líderes já estivessem agindo sem o aval formal do general:

Srs. Generaes Padilha, Miguel Costa, Coroneis Estillac e Prestes

Vós e as tropas que commandais tendes cumprido, valentes e imperterritamente os vossos deveres cívicos e patrióticos. Os revezes que acabamos de soffrer não vos devem fazer corar e sim encher-vos de orgulho, pois há já seis mezes que, seminús, descalços e sem recursos bellicos sufficientes, em numero de mil e tantos homens, enfrentais com stoicismo, as poderosas forças bernardistas, sendo que o ultimo de vós, com as tropas do Sul, fez uma marcha epica, depois de haver rompido um cerco de uns dez mil inimigos, com pouco mais de mil revolucionarios.

Assim, os soldados e chefes da Divisão "S. Paulo" e da Columna do Sul Rio Grandense, bem mereceram da Republica e da Patria e eu tenho pela maior honra e gloria de vos haver commandado e nada mais posso nem devo exigir de vós, a quem dou completa liberdade de acção, acatando a deliberação que a situação actual vos obrigue a tomar. Com a maior admiração pelos sacrificios que abnegamente fizestes e com a amizade e a gratidão que não posso medir, abraço-vos fraternalmente, assigno com o posto que me destes.

Marechal Isidoro Dias Lopes.<sup>225</sup>

Descrente da continuidade do movimento organizado da maneira em que estava - adepto da guerra de movimento, seguindo em flancos e com comando coletivo -, Isidoro segue para a Argentina com o intuito de lá ajudar no que fosse necessário. Contudo, dentre suas preocupações estava preparar condições para uma futura migração caso houvesse derrota ou desistência da marcha:

Caso não seja possível passar a Matto Grosso a emigração será imediata (...). A operação foi resolvida por Miguel e Prestes, sem meu assentimento (...). O dinheiro deve ser acautelado no maximo e fica á disposição do gal. Miguel. (...) Miguel, Prestes e Estillac vieram hontem aqui e já voltaram. Disseram-me que a operação já estavam em vias de execução, apesar de não realizadas as condições que eu havia imposto para dar meu assentimento. As condições eram: transportes fluviais em Guahyra, resistencia ordenada e sistematica na retaguarda e munições sufficientes. Assim não sou responsável pelo desastre (...)<sup>226</sup>

---

<sup>225</sup> LOPES, Isidoro Dias. Carta para Bernardo de Araujo Padilha, Miguel Costa, Estillac Leal e Luiz Carlos Prestes. 3 de abril de 1925. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 64-66.

<sup>226</sup> LOPES, Isidoro Dias. Carta para Alfredo de Simas Enéas. Sem local nem data, documento nº 96. AESP - Cartas da Revolução de 1924.

(...)se necessario distribuir o dinheiro por todos e procurar ligações com a tropa, estabelecidas em Aguire, Tacurú, Adele, etc. para, em caso de revez, dizer e entregar os recursos aos chefes de tropas, a quem pertence o dinheiro existente. O modo de fazer a evacuação estava escripto, detalhadamente, por mim e era de conhecimento delles. (...). Eventualmente se encaminhariam os já emigrados, retirantes voluntarios, officiais e praças que lá estão por falta de recursos (...) <sup>227</sup>

Joaquim Francisco de Assis Brasil nasceu em São Gabriel, Rio Grande do Sul em julho de 1857 e em 1878 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo como contemporâneo o também gaúcho Júlio de Castilhos. Ambos tiveram envolvimento nas campanhas abolicionista e republicana<sup>228</sup>.

Eleito deputado provincial em 1885, foi o primeiro republicano a obter a cadeira. Nessa época, casou-se com Cecília Prates de Castilhos, irmã de Júlio de Castilhos e dois anos depois, iniciaram as divergências entre Assis Brasil e Castilhos no congresso do PRR, já que Brasil defendia o federalismo admitindo a secessão apenas como “recurso temporário e extremo para alcançar-se o ideal federalista”. Castilhos, por sua vez, queria que o partido se pronunciasse no sentido de indicar que não desconsiderava a ideia de fragmentação e não a combateria.<sup>229</sup>

Em 1890, nas eleições para a Constituinte, Assis Brasil foi eleito e também participou da elaboração da Constituição estadual do Rio Grande do Sul. Eleitos Deodoro da Fonseca em nível federal e Júlio de Castilhos no estadual, em pouco tempo de posse Castilho foi obrigado a renunciar, entregando o poder a uma junta governativa da qual Assis Brasil fazia parte. Em meio às manifestações contra Deodoro, a junta governativa deu início à preparação de uma força de seis mil homens, que marcharia para a Capital Federal, forçando sua renúncia. "Segundo Héglio Trindade, Assis Brasil deixou desde então muito clara a sua posição liberal, visceralmente contrária, portanto, ao autoritarismo castilhista que se iria impor no estado a partir de 1892".<sup>230</sup>

---

<sup>227</sup> LOPES, Isidoro Dias Lopes. Carta para Alfredo de Simas Enéas. Foz do Iguaçu, 19 de abril de 1925. AESP - Cartas da Revolução de 1924.

<sup>228</sup> ABREU; BELOCH (Coord.), op. cit. Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRASIL,%20Assis%20\(emb.\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRASIL,%20Assis%20(emb.).pdf)

<sup>229</sup> Idem.

<sup>230</sup> Idem.

A partir dessa data, Brasil foi embaixador em missões na Argentina, China e Portugal, onde passou a viver até 1898. Com base nos escritos políticos de Assis Brasil, foi fundado, em 1908, o Partido Republicano Democrático, que aglutinaria as oposições gaúchas. Defendendo a revisão da Constituição federal, a ampliação das autoridades estaduais e municipais e defendendo que as eleições presidenciais deveriam ser feitas indiretamente pelo Congresso, a duração do PRD foi efêmera e seu programa partidário, redigido pelo próprio Assis Brasil, foi a base do programa posteriormente elaborado para o Partido Libertador (PL), fundado em 1928. Depois dessa experiência malsucedida, afastou-se da política e se aposentou da vida diplomática em 1912, dedicando-se, a partir daí, à pecuária na cidade de Pedras Altas.<sup>231</sup>

Em fins de 1923, a disputa presidencialista no Rio Grande do Sul assumiu outra dimensão por se vincular à questão estadual, uma vez que a vitória de Arthur Bernardes garantiu o apoio do governo federal às oposições gaúchas. Em contraposição à candidatura de Borges de Medeiros, Assis Brasil representava os antigos democratas, federalistas e a dissidência republicana, descontentes com a política agrária praticada.<sup>232</sup>

Em 17 de janeiro de 1923, a comissão de apuração da eleição do estado, constituída pelos deputados Getúlio Vargas, Ariosto Pinto e José de Vasconcelos Pinto, declarou a vitória de Medeiros com 106.360 votos, contra 32.216 de Assis Brasil.

A reeleição foi fortemente contestada pela oposição, que a acusava de ser fraudulenta. Assis Brasil solicitou então a criação de um tribunal arbitral, mas Borges de Medeiros condicionou sua aceitação a que o arbitramento tivesse como desempatador o presidente recém-eleito Arthur Bernardes, que se recusou a se envolver no caso. A partir disso, a oposição, liderada por Brasil, iniciou um movimento armado contra o governo gaúcho com a intenção de depor Borges

---

<sup>231</sup> Idem.

<sup>232</sup> Fonte deste e dos três próximos parágrafos: MOREIRA, Regina da Luz. "Revolução Gaúcha de 1923" in <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20GA%C3%9ACHA%20DE%201923.pdf> Acesso em 14/10/2015.

de Medeiros ou provocar a intervenção federal, que ocorreu em 25 de janeiro de 1923. Nesse movimento, destacaram-se alguns caudilhos como Zeca Neto, Leonel Rocha e Honório Lemes, que auxiliaram mais tarde a Coluna Miguel Costa-Prestes.

Em outubro de 1923, o general Fernando Setembrino de Carvalho, então ministro da Guerra, recebeu a função de mediar a pacificação. Por fim, Assis Brasil aceitou uma proposta apresentada pelo governo federal, e em 14 de dezembro de 1923 foi assinado o Pacto de Pedras Altas.

Em janeiro de 1924, as oposições gaúchas se uniram e formaram a Aliança Libertadora, sob a liderança de Assis Brasil, que tinha como objetivo a luta pela liberdade política e o combate à situação dominante no Rio Grande do Sul, uma vez que o Pacto de Pedras Altas não conseguiu pôr fim à crise no estado e os oposicionistas continuaram a ser perseguidos por Borges de Medeiros. Com a eclosão dos levantes tenentistas do mesmo ano, houve uma aproximação entre os dois movimentos, sendo, Assis Brasil nomeado por Isidoro como “chefe civil” da revolução, mesmo ele não tendo participado do planejamento do movimento<sup>233</sup>.

(...) Manifesto claro do Dr. Assis que, chefe da Aliança Libertadora e com os amplísimos poderes que eu lhe trazia da Divisão "S. Paulo" - assumiria a direcção política, administrativa, financeira e mesmo militar, era directiva quando revolução. Para isto elle, com outros membros a sua escolha, constituiria a junta governativa, se no Brasil, um Comite Central ser no estrangeiro. Escolheria, do mesmo modo, os auxiliares necessários, tendo tambem, ao seu lado, uns dois officiais do exercito de cara competência profissional e de grande dedicação - technicas esses que eu forneceria porque os tenho. (...) Há já mais de um mez que me luto por isto, tudo percorrido todas as fronteiras, Montevideo e B. Ayres, conferencias e escrevendo aos amigos, principalmente ao Dr. Assis Brasil com quem fallei e a quem escrevi duas cartas, sendo a ultima um verdadeiro ultimatum, para que falasse. Compreende-se-o governo explora o facto da revolução não ter orientação e direcção políticas, de mesmo modo que amigos nossos estão indecisos pela falta da palavra do Dr. Assis. (...) Levei mezes dizendo e escrevendo que eu, de nome obscuro e humilde no exercito e de nome apagado e desconhecido do mundo civil, não poderia impor a revolução no conceito nacional. Isto não é, de minha parte, falsa modéstia ou modéstia real; a observação dos factos as exhições que

---

<sup>233</sup> ABREU; BELOCH (Coord.), op. cit. Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRASIL,%20Assis%20\(emb.\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRASIL,%20Assis%20(emb.).pdf)

encontrei e os prejuízos que temos tido provam que são precisos nomes de repercussão, embora sejam medalhões... Finalmente - o Dr. Assis se resolveu a fallar mas... já muito tarde. Hoje ou amanhã será lida na Camara, pelo Dr. Luzardo, uma carta de Dr. Assis, que é um elevadíssimo documento, digno da nossa causa. (...) <sup>234</sup>

A carta acima, de Isidoro para Prestes, aponta a importância de se ter o nome de Assis Brasil como líder civil por conta de seu prestígio político, que atrairia mais pessoas para o movimento. O deputado Batista Luzardo, também integrante da Aliança Libertadora e apoiador dos movimentos tenentistas, foi uma figura de grande importância para noticiar a marcha, uma vez que seus discursos eram comentados em jornais.

Assim como informou Isidoro, de fato a carta foi lida em plenário. Antes de sua leitura, o deputado fez a seguinte fala:

(...) proceder à leitura da carta a que me referi em discurso anterior neste recinto, hoje pronunciado, e por mim recebida com a data de 15 deste mez de dezembro de 1924, do Sr. Dr. J. F. de Assis Brasil. Embora se trate de documento particular, a mim endereçado, o certo é que, tão grande sendo a sua importância no momento presente, precisa de ser transformado em documento publico, enorme e visível a sua utilidade como esclarecedor de opiniões e para bem julgar-se da attitude que a opposição do Rio Grande do Sul vem de assumir no scenario político do paiz. (...) <sup>235</sup>

Este trecho é bastante significativo para refletirmos acerca da utilização de cartas enquanto fonte para o ofício do historiador. Segundo Bahktin, a carta, com suas variadas formas, faz parte dos gêneros discursivos e é tão rica e diversa quanto as possibilidades da atividade humana<sup>236</sup>. Costumeiramente, incluída dentre os escritos autobiográficos por tratar de escrita de si, onde o indivíduo escreve em primeira pessoa em posição reflexiva em relação a si e a

---

<sup>234</sup> LOPES, Isidoro Dias. Carta para Luiz Carlos Prestes. S.L., 23 de dezembro de 1924. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 21-23.

<sup>235</sup> Annaes da Camara dos Deputados. Sessão em 29 de dezembro de 1924, p. 450-453. Disponível online em [http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=29/12/1924](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=29/12/1924) Acesso em 27 de maio de 2016.

<sup>236</sup> MARTINS, Vanessa Gandra Dutra. Reflexão sobre a escrita epistolar como fontes histórica a partir da contribuição da teoria da literatura. *Revista Língua & Literatura*. V. 13, n. 20, agosto de 2011, p. 61-72, p. 65.

seu mundo<sup>237</sup>, a carta apresenta uma imagem controlada da espontaneidade e da revelação da intimidade.

Todavia, acreditamos que estes escritos, para além da escrita de si, apresentam um tipo de escrita do grupo. Em poucas cartas e livros de memórias com que trabalhamos, encontramos maiores reflexões acerca do indivíduo que os escreve, ou que fazem a utilização do pronome "eu". Em sua maioria, nos deparamos com o "nós" e com uma reflexão sobre o grupo de pessoas envolvidas nos movimentos, ou sobre aquelas mais próximas desse ajuntamento. A imersão política do sujeito, e conseqüentemente do grupo, bem como suas experiências, se fazem presentes no texto.

Como afirma Teresa Malatian, através das cartas trocadas podemos perceber a organização e o papel dos indivíduos que se organizaram em torno de um objetivo comum. "O grupo comporta amizades e ódios, disputas e alianças a que está sujeito. Tais informações serão de grande utilidade também para a compreensão da personalidade de um determinado autor, da construção de sua obra, da percepção de suas ideias<sup>238</sup>". Christophe Prochasson nos aponta alguns cuidados a serem tomados ao se trabalhar com esse tipo de fonte. Segundo o autor:

As armadilhas que as correspondências estendem aos historiadores são no entanto numerosas. A impressão de pegar desprevenido o autor de uma carta que se destinava unicamente ao seu correspondente, o sentimento de violar uma intimidade, garantia de autenticidade, quando não de verdade, são às vezes bastante enganadores. Existem correspondências que traem uma autoconsciência que não engana ninguém. Existem cartas ou documentos privados cujo autor mal disfarça o desejo, talvez inconsciente, de torná-los, o quanto antes, documentos públicos. A conservação sistemática da correspondência recebida por um intelectual e às vezes mesmo as cópias de algumas de suas próprias cartas sempre me intrigaram. As razões que levam a um tal comportamento me parecem indicar uma consciência da história que vem por um limite inegável à autenticidade. Nada corre o risco de ser mais falso do que a "bela carta" ou o arquivo privado "que se basta

---

<sup>237</sup> MALATIAN, Teresa. "Narrador, registro e arquivo" in PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195.

<sup>238</sup> Ibidem, p. 209.

a si mesmo", que é "tão revelador". Há aí algumas armadilhas preparadas.<sup>239</sup>

Os apontamentos feitos pelo autor acima podem ser muito bem notados na fala do deputado Batista Luzardo na Câmara dos Deputados antes da leitura da carta recebida de Assis Brasil. Muito provavelmente a correspondência quando escrita por Assis já teria a finalidade de ser lida em plenário e anunciar sua posição com relação ao movimento, sendo desde seu princípio um documento público e não privado, detentora não de questões pessoais, mas sim de um coletivo.

Segue trecho da carta em questão:

(...) A allegação do Convenio de Pedras Altas seria dolorosamente irrisória: as obrigações contrahidas por esse documento eram reciprocas; nós nos conformariamos com o resto do periodo da usurpação, mediante o cumprimento das clausulas expressas, garantidoras da vida e da liberdade, acceitas pelo usurpador e afiançadas pelo Governo Federal, além, do penhor especial, calorosamente offerecido pelo Ministro da Guerra, da sua honra governamental, militar e pessoal. Ora, é sabido como essas promessas foram *cumpridas*. (...) Terminada a breve visita do ministro, começou a orgia brutal que impossibilitou em quasi todos os municípios a expressão da opinião oppositora, com os mais repugnantes attentados à dignidade humana, à liberdade e à vida. (...) Era essa a situação no Rio Grande do Sul quando explodiu o levante militar de São Paulo. Nada tínhamos com elle, nem fomos ouvidos sobre os antecedentes ou os fins dessa sublevação. Por isso, a opinião libertadora sul-riograndense permaneceu em attitude de mera espectação, tendo mesmo alguns dos nossos amigos influentes offerecido os seus serviços ao Governo Federal para o sustentarem no caso de se tratar de um pronunciamento militar commum, destinado apenas a derrubar a autoridade, substituindo-lhe uma dictadura militar. (...) em quaesquer circumstancias, o fim supremo, a suprema razão de ser da Alliança Libertadora, seria sempre a libertação do Rio Grande do Sul da tyrannia roseana que nos esmaga e envergonha. Si pois, a revolução iniciada em S. Paulo assumisse character civil e se associasse ao nosso ideal, como poderíamos decentemente repellir-a, ainda mais si se desse a aggravante evidente do Governo Federal prestar mão forte ao nosso oppressor, acceitando a sua ignominiosa adhesão e fazendo causa commum com elle? Como poderíamos honestamente repudiar o exilio que nos offerecessem os elementos que no próprio Estado do Rio Grande do Sul se levantassem como repercussão do facto paulista, offerecendo-nos a sua solidariedade na obra de redempção que a fatalidade tornou condição inseparável da nossa vida moral e material? (...) como chefe da Alliança Libertadora e como simples cultor do regimen democrático, eu não posso deixar de applaudir tudo quanto

---

<sup>239</sup> PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade!" Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. *Estudos Históricas*, vol. 21, 1998, p. 111 e 112.



puder levar-me à libertação. Por outro lado, tenho por certo que ninguém me faria seriamente a injúria de suppor-me capaz de apoiar um simples pronunciamento militar, si não tivesse garantias positivas de que os militares nelle envolvidos não aspiram à dictadura militar, mas querem apenas a extirpação dos abusos e da corrupção em que se vêm afundando aos olhos de todos e com o reconhecimento de todos, - as instituições e a Patria. (...)<sup>240</sup>

Na carta acima, podemos notar a declaração dos princípios democráticos do movimento e de que maneira os elementos militares confluíam com os civis, uma vez que ambos eram contrários ao estabelecimento de uma ditadura militar e favoráveis ao fim dos abusos praticados pelo governo do período.

Como pudemos ver na carta anterior, de Isidoro, e na abaixo, de Prestes, Assis Brasil era um nome importante para o movimento também para que se angariasse recursos para a luta:

(...) julgo urgentes e imprescindíveis as seguintes providencias (...) Preciso de alguns recursos pecuniarios sempre necessários. Tomo a liberdade de lembrar a V.ºEx. a existência do Comite Central que, tendo o Sr. Assis Brasil a testa facilmente poderá conseguil-os.(...).<sup>241</sup>

Conforme já vimos em algumas das cartas de Isidoro, a superação do problema de falta de munição e de armamento suficientes era uma questão chave para a continuidade e sucesso do movimento. Para além disso, faltavam também materiais básicos para determinar a direção da marcha como mapas e binóculos:

(...) Infelizmente estes movimentos não poderão ser de grande envergadura devido a quase completa falta de munição com que lutamos. Mesmo assim podemos, pelo menos, ameaçar o inimigo (...) julgo urgentes e imprescindíveis as seguintes providencias:  
1- Remessa com a máxima rapidez de 100.000 tiros e logo depois de 400 armas para a minha columna. Si possível devem também ser enviadas algumas armas automaticas.  
Para isso é necessario que sejam ahi tomadas as necessárias providencias para que a munição e armamento sejam o quanto antes colocados na foz do Floriano, bem como facilitada com a confecção de canôas e balsas a passagem do Iguassú. Por aqui estão sendo tomadas todas as providencias para que sigam com a maior urgência os cargueiros necessarios ao transporte do material.

---

<sup>240</sup> BRASIL, Assis. Carta para Batista Luzardo. Berachi, 15 de dezembro de 1924. Annaes da Camara dos Deputados. Sessão em 29 de dezembro de 1924, p. 450-453. Disponível online em [http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=29/12/1924](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=29/12/1924) Acesso em 27 de maio de 2016.

<sup>241</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Isidoro Dias Lopes. Barracão, 10 de fevereiro de 1925. AESP - Cartas da Revolução de 1924.

Os homens que acompanham as tropas de cargueiros seguem desarmados e podem trazer uma arma cada um. (...) 3- Necessito ainda que me sejam enviados os mappas e cartas que por ahi existam e referentes aos Estados do Paraná e Santa Catharina. Preciso dos mappas completos destes estados.

4- Para que a minha acção aqui se torne efficiente preciso estar perfeitamente informado das posições occupada pelo inimigo e constantemente informado a respeito de seus movimentos. (...) 7- Si for possível peço-vos a remessa de alguns binoculos.

Nesta forma, dentro de pouco tempo, poderei ter a minha brigada em condições de prestar à Revolução os serviços que, desde organizada deseja prestar. Infelizmente a falta de armamento e munição impossibilitou-a de agir, comquanto disponha de elementos de alto valor, estando os soldados habituados a avançar contra o inimigo quase desarmados. Os 800 homens que consegui até aqui trazer provaram em mais de 100 leguas de marcha do que são capazes e convenceram-se de que a persistência é uma das maiores armas do revolucionário. (...) <sup>242</sup>

As diversas dificuldades e faltas, dentre elas a de munição, armamentos, alimentos e outros materiais, muitas vezes amenizadas pelo que se encontrava em meio ao caminho, fez com que muitos desertassem, enfraquecendo ainda mais o movimento:

(...) A situação presente é esta: Honorio, Zeca Netto e Julio de Barros, derrotados e emigrados, perdendo, o que é pior, o armamento. (...) <sup>243</sup>

(...) Infelizmente não pude aqui chegar com os 1500 homens com que sahi de S. Luiz. Chefes como Ruy Zubarán, Innocencio Silva e Pedro Aarão, retiraram-se com verdadeiro pavor do sitio de S. Luiz, levando consigo criminosamente homens, armas e munição. (...) Tivemos que lutar mais com a fraqueza e desanimo de certos companheiros do que com o próprio inimigo, pois, este, com a rapidez de nossos movimentos ficou impossibilitado de fazer a mais insignificante das perseguições.. (...) <sup>244</sup>

Essas desistências, muitas delas acompanhadas de exílio em países da fronteira, como Argentina, Paraguai e Uruguai, abrangiam os diversos grupos que compunham o movimento. Alguns militares e membros da Força Pública desistiram a partir da formação da guerrilha e as lideranças políticas rio-

---

<sup>242</sup> Idem.

<sup>243</sup> LOPES, Isidoro Dias. Carta para Luiz Carlos Prestes. S.L., 23 de dezembro de 1924. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 21-23.

<sup>244</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Isidoro Dias Lopes. Barracão, 10 de fevereiro de 1925. AESP - Cartas da Revolução de 1924.

grandenses, como vimos acima, e civis, como os estrangeiros advindos do movimento da cidade de São Paulo, também desertaram:

Exclusão por deserção

Tendo abandonado o posto que occupava e desertado, o grupo allemão do Capº Schultz, determino que seja o mesmo excluído por deserção, do 4º. Batalhão, cuja unidade fará a devida alteração e excluirá a todos os respectivos nomes, - digo, citando os respectivos nomes. <sup>245</sup>

O trecho de carta abaixo, assinada por Muller, que imaginamos ser Filinto Muller, nos dá pistas para pensar por que vários integrantes resolviam abandonar a luta.

(...) A impressão que tive de Iguassu foi a peor possível: - os chefes haviam seguido para Bella Vista e a soldadesca, mais alguns tenentes, principiava a lançar mão de tudo!

O Cel. Estillac conseguiu acalmar a todos, explicando que o Gal. Padilha tinha permissão para descansar e que o Marechal ia a Posadas fretar um vapor (segundo declarou aqui a todos) para conduzir os emigrados até Posadas onde lhes dará recursos. O hospital, por intervenção do consul argentino, passou tudo para Aguirre e no meio dos doentes, passaram-se cerca de 20 soldados bons.

Restam aqui, actualmente, de 15 a 20 soldados que só aguardam conducção para rumar ao Paraguay.

Era minha intenção aqui permanecer até a chegada da cavallaria mas a falta de boia é um facto (em 24 horas, só tomei uma refeição!) e por isso resolvi seguir hoje mesmo para porto Bellla Vista; accresce a circumstancia de não offerecer Iguassú a menor segurança, sem guardas, sem nada (...)

Não sigo immediatamente para Sta Helena porque estou quasi a pé, com o meu cavallo inteiramente estropeado; como o nosso effectivo é actualmente muito reduzido e ha officiaes de sóbre, minha ausencia não causará prejuízos; penso que não posso ser criticado pelo companheiro, porque sempre estive na frente e trabalhando. <sup>246</sup>

Após o envio de sua carta citada acima para Miguel Costa, Muller desertou e se exilou na Argentina<sup>247</sup>. Tendo participado do movimento de 1922 na Escola Militar do Realengo, ficou preso por cinco meses. Em 1924, foi um dos líderes da revolta do 4º B.I. em São Paulo, participou da retirada das tropas revoltosas da cidade em direção ao Paraná e foi promovido por Miguel Costa de capitão

---

<sup>245</sup> SOUSA, João Francisco Pereira de. Ordem do Dia nº 11. Porto Mendes, 20 de setembro de 1924. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 9.

<sup>246</sup> MULLER. Carta para Miguel Costa. Foz do Iguaçu, 14 de maio de 1925. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 177-178.

<sup>247</sup> ABREU; BELOCH (Coord.), op. cit., disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/filinto\\_muller](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/filinto_muller)

para major<sup>248</sup>. Como substituiu, juntamente com Henrique Ricardo Hall, o tenente Custódio de Oliveira no comando do 2º Grupo Independente de Artilharia depois do início da revolta, no levante de 1924 em São Paulo,<sup>249</sup> supomos que ele desertou juntamente com Hall, após o encontro da Divisão São Paulo com a Coluna de Prestes devido à proximidade entre ambos. Mais tarde, durante a ditadura de Vargas, foi torturador, chefe da polícia política, responsável pela prisão e extradição de Olga Benário. Segundo o jornalista Fernando Morais, neste período:

Filinto que estava no encalço de Luís Carlos Prestes não era o policial caçando o comunista, mas o oficial da Coluna Prestes à procura do antigo chefe para um acerto de contas. (...). Tanto a promoção quanto a própria permanência de Filinto na Coluna, no entanto, durariam muito pouco. Foram necessários apenas nove dias para que Prestes descobrisse que mandara promover o homem errado. Filinto escrevera uma carta a seu superior imediato, o general Miguel Costa, anunciando que iria a Assunção, no Paraguai, para uma visita à família, exilada naquela cidade, e prometia juntar-se novamente à Coluna no estado do Mato Grosso. Mas mandou outra carta, dirigida aos sargentos e soldados que o acompanhavam desde o levante de 5 de julho, em São Paulo, propondo a deserção coletiva. Na segunda carta dizia à tropa que para ele estava tudo acabado e que não tinha mais esperanças no sucesso da Coluna. Cada um fizesse o que bem entendesse, pois ele, a partir daquele momento, não se responsabilizava mais por nenhum dos seus subordinados. O que o major Filinto Muller não poderia imaginar é que as duas cartas iriam cair nas mãos de Prestes. Quando o chefe da Coluna tomou conhecimento dos documentos, o recém-promovido major das forças revolucionárias fugira para a Argentina (e não para o Paraguai, como dissera), levando nos bolsos cem contos de réis da intendência da Coluna. (...)<sup>250</sup>

Não tivemos acesso à carta destinada à tropa de Muller, que foi encaminhada para Prestes, mas no boletim nº 5, assinado por Miguel Costa, consta:

Seja excluído do estado efetivo das forças revolucionárias o capitão Felinto Muller por haver covardemente se passado para o território argentino, deixando abandonada a localidade de Foz do Iguaçu, que se achava sob a sua guarda, resultando que as praças que compunham a mencionada guarda o imitaram neste gesto indigno, levando armas e munições pertencentes à Revolução. Oxalá que esse oficial futuramente se justifique perante seus companheiros, que ainda

---

<sup>248</sup> COSTA, Miguel. Boletim nº 1. Santa Helena, 14 de abril de 1925. CEDEM/UNESP.

<sup>249</sup> TÁVORA, op. cit., p. 140.

<sup>250</sup> MORAIS, Fernando. *Olga*. 17ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 125-126.

lutam em defesa da República, dessa acusação que pesa na sua consciência de filho dessa grande pátria.<sup>251</sup>

Outro ponto fomentador de divergências principalmente a posteriori ao movimento foi a maneira pela qual se referiam a ele. Na própria obra de Moreira Lima, encontramos algumas possibilidades como “cruzada regeneradora”<sup>252</sup>, 1ª Divisão Revolucionária, “constituída pelas Brigadas 'São Paulo' e 'Rio Grande’”<sup>253</sup>, ou ainda:

quando Djalma Dutra e eu chegamos a Libres, ele nos recebeu com um grande afeto e as suas primeiras palavras foram de profunda admiração pelos louros colhidos pelo nosso jovem general, lamentando apenas que o povo, - deslumbrado pela mocidade esplêndida de Luiz Carlos Prestes, cometesse a injustiça de esquecer o nosso comandante, chefe de alto mérito, denominado as nossas forças de Coluna Prestes em vez de Coluna Miguel Costa-Prestes, quando estes nomes se haviam irmanado para a imortalidade e para a glória. Eu prefiro chamá-la, concluiu o velho marechal, Coluna Fênix, porque, como o pássaro da lenda, ela tem renascido das próprias cinzas.<sup>254</sup>

Segundo nossas fontes, não parece ter existido entre Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes nenhum tipo disputa pela liderança do movimento. Pelo contrário, embora Miguel Costa, na hierarquia do comando, fosse superior a Prestes ambos assinavam os comunicados e participavam das discussões coletivamente como já foi posto acima. Todavia, o mesmo não ocorreu posteriormente, nas disputas de construção da memória do movimento.

## **Plano político e reivindicações**

Segundo Mike Savage, “o traço distintivo da vida operária não se apoia exclusivamente no processo de trabalho (como frisaram os marxistas) nem no mercado de trabalho (como desejariam os weberianos), mas na *insegurança*

---

<sup>251</sup> COSTA, Miguel. Boletim nº 5. Santa Helena, 19 de abril de 1925 apud PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 425.

<sup>252</sup> LIMA, op. cit., p. 34.

<sup>253</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>254</sup> Ibidem, p. 60.

*estrutural*<sup>255</sup>. No caso que estudamos, esta insegurança se fazia presente tanto economicamente, com o atraso dos soldos e na lenta evolução dos postos que impossibilitava o aumento nos ganhos, e com a carestia de modo geral, como politicamente, com a repressão do governo Bernardes e toda sua estrutura imposta. Esses fatores fizeram com que os chamados "tenentes" buscassem estratégias para lidar com isso e formassem, a partir daí, um grupo. Dentre as estratégias, que tinha como polo propagador o Clube Militar, a de maior relevância foi a defesa da luta de movimento armada e, com ela, a possibilidade de substituição do poder.

Para a articulação da proposta de luta armada, notamos a tessitura de redes. Através desses mediadores espaciais, que transitavam por diversos locais, conforme notamos no capítulo anterior, observamos a existência de uma cultura política que estes agentes carregavam e que se transformava perante os diversos grupos.<sup>256</sup>

Segundo Edgar de Decca,

o que define esses revoltosos não é o fato de terem desencadeado movimentos militares em 22 ou 24, mas sim propostas políticas que se expressam em torno da revolução. Além disso, o fato desses revoltosos se autodenominarem revolucionários e manterem-se unidos pelo menos até 1928 em torno de um programa genérico de combate à oligarquia, facilitou sobremaneira a identificação de várias propostas políticas com o temário da revolução<sup>257</sup>

Outro ponto de confluência entre os envolvidos nestes movimentos foi a pretensão de adquirir caráter nacional, embora tivessem, ao mesmo tempo, suas particularidades e o desejo por mudanças específicas de suas localidades.<sup>258</sup> Conforme as memórias de João Alberto Lins de Barros, tenente de Alegrete, essas mudanças seriam a liberdade de pensamento, a verdade eleitoral, "contra

---

<sup>255</sup> SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Cultura de classes: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 33. (Grifos do autor).

<sup>256</sup> Ibidem, p. 34-44. BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

<sup>257</sup> DECCA, Edgar Salvadori de. *1930: O silêncio dos vencidos - Memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 85.

<sup>258</sup> MAYNARD, Andreza Santos Cruz. *A caserna em polvorosa: a revolta de 1924 em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, p. 122. DANTAS, op. cit., p. 226.

a corrupção em todas as suas formas e contra a prepotência dos governos"<sup>259</sup>. Segundo as de Ítalo Landucci, líder do Batalhão Italiano na cidade de São Paulo e que seguiu os revoltosos até o fim da Coluna Miguel Costa-Prestes, nas conversas tidas nas horas de folga no decorrer da marcha, pouco se tratava de política, já que "todos pertenciam à oposição, comungando dos mesmos pensamentos"<sup>260</sup>.

Para Távora, a conspiração que resultou nos movimentos de 1924 encontrava ressonância em várias guarnições. Contudo, havia divergências sérias com relação à visibilidade imediata do movimento, tendo como centro o major Bertoldo Klinger, que se colocava a favor da rebelião, mas julgava os elementos disponíveis insuficientes para o sucesso, como se observa no trecho a seguir:

Correndo, em Curitiba, a desconfiança de que o Major Bertoldo Klinger se arredara, definitivamente, da conspiração, um de seus amigos e admiradores, naquela guarnição, escreveu-lhe carta, pedindo-lhe informações sobre o desenvolvimento da trama revolucionária em São Paulo. A resposta dada a essa indagação constituiu verdadeira bomba anti-revolucionária. Embora desse a entender que não era infenso a um movimento regenerador extralegal, afirmava nada ter haver de sério, a respeito, em São Paulo. E concluía sua resposta com a seguinte advertência: "Estão jogando aí, perante os camaradas, indevidamente, com o meu nome. É preciso tomar cautela contra tal exploração"<sup>261</sup>.

No trecho acima, podemos notar duas posições. A posta por McCann<sup>262</sup>, de que a tomada de decisão para a adesão era, para alguns, influenciada conforme a de amigos ou de "admiradores", mas também havia aqueles que viam o movimento de maneira crítica (e cética) como Klinger o fez. Entretanto, temos outra possibilidade que é a adesão sem ao menos saber o que se passava, apenas cumprindo ordens superiores:

---

<sup>259</sup> BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1954, p. 130.

<sup>260</sup> LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1952, p. 164.

<sup>261</sup> TÁVORA, Juarez, op. cit., p. 134.

<sup>262</sup> MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. Trad. Laura Teixeira Motta. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 346.

Tenente Coronel Olyntho Mesquita de Vasconcellos (...) no dia 5 de julho último recebeu um telegramma do General Isidoro para trazer o 2º Grupo de Artilharia de Montanha a esta Capital (...) occultando-o, porém, dos inferiores e praças (...) fez constar em boletim que o Grupo obedecia ordem do Quartel General de São Paulo<sup>263</sup>.

De 1924 a 1927, vários foram os escritos que indicavam um programa político. Em 1924, na cidade de São Paulo, foi publicado um manifesto que colocava o movimento como patriótico, nacional, contra o governo de Arthur Bernardes, em honra ao Exército afrontado em 1922, contra o nepotismo, contra a coerção nas urnas e as perseguições políticas, em defesa da Constituição e da integridade moral:

(...) É um movimento de caracter patriótico, de altíssimo significado social e político e, conseqüentemente, a sua acção tem um característico nacional. (...) Quanto ao governo da Republica, é preciso fazer notar, desde logo, que o Exercito Nacional não pôde e não pôde, nunca, acceitar o governo do dr. Arthur Bernardes, no que diz peculiarmente respeito á sua pessoa. Não obstante os factos conhecidos, permanecem de pé as gravíssimas offensas por elle dirigidas ao Exercito.

Entretanto, não visa a revolução a pessoa do dr. Arthur Bernardes, o que lhe diminuiria o caracter elevado em que se inspirou e com o qual se apresenta ao povo brasileiro. Ella traz, como um dos seus objectivos a substituição do actual governo da Republica, por entenderem os seus chefes e orientadores, que esse governo não esta a altura dos destinos do paiz e que, por factos cuja citação é desnecessária, por mui notórios, têm demonstrado praticamente ser a continuação dos governos eivados de vícios que têm dirigido o Brasil nestes últimos lustros. Estes governos de nepotismos, de advocacia administrativa, de concessão em concessão, de accórdos em accórdos vêm arruinando paulatinamente as suas forças vivas, aniquilando-o interna e externamente.

O Exercito não tem ambições e não quer postos. Age abnegadamente, por altruísmo brasileiro e fundamentalmente patriótico e, nesse sentido, os chefes do movimento revolucionário querem dar o exemplo que empreste autoridade á sua crítica aos republicanos, que, até agora, occuparam os altos postos da administração do paiz e que, com raras excepções, não souberam servir-o nos seus interesses geraes.

O Exercito quer a Patria como a deixou o Imperio, com os mesmos principios de integridade moral, consciência patriótica, probidade administrativa e alto descortino político. (...) O povo ficou reduzido a uma verdadeira situação de impotencia, asphyxiado em sua vontade pela acção compressorá dos que detêm as posições políticas e administrativas. Dispondo de material bellico moderno, contra o qual os cidadãos inermes nada podem fazer, os dominadores têm-lhe coarctado a manifestação da vontade, pelas urnas, orgam legitimo pelo qual a soberania popular se exerce nas democracias.

---

<sup>263</sup> Successos Subversivos de São Paulo, op. cit., p. 127.



Quando se proclamou a Republica, o Exercito Nacional jurou fidelidade á Constituição e, por conseqüência, assumiu perante o povo, implicitamente, sob a sua honra de cidadãos e de militares o compromisso de fazel-a cumprir. (...) Os governos que temos tido têm assumido um caracter de irresponsabilidade. Abusando do credito do paiz e podendo até chegar a envolver-se em acontecimentos políticos internacionaes como sejam attitudes bellicas inconvenientes, movidas por interesses de armamentistas inconscientes.

Um exemplo desses factos dá o próprio actual governo da Republica, que tem feito considerável pressão sobre o povo, caracterizando-se por actos de vingança pessoal, inspirados em ódio político. (...) <sup>264</sup>

Conforme o comunicado, o movimento, genericamente, não visava somente tirar Arthur Bernardes do poder, mas reformular o governo de maneira profunda. Via, no modelo republicano vigente, um sistema que com seus acordos e concessões arruinava o país, contrariando o que, na visão deles, se tinha no Império, que era integridade moral e consciência patriótica. Utilizando-se amplamente da repressão, tal governo republicano reduzia a cidadania à manifestação nas urnas.

Neste sentido, o Exército, enquanto proclamador da República, seria o protetor da Constituição, que no momento em questão se encontrava usurpada, segundo o manifesto. A partir dessas afirmativas, buscava-se legitimar o movimento remetendo-o às raízes históricas do dever militar para com a Constituição e o modelo republicano.

Embora não saibamos quem escreveu tal manifesto, podemos deduzir que se tratava de um saudosista oficial, mais velho, que viveu no Império. Pensando no comando do movimento em 1924 em São Paulo só no resta apontar Isidoro Dias Lopes. No dia 9 de julho, um dia antes da publicação do comunicado no jornal, o Palácio dos Campos Elíseos foi encontrado abandonado pelo presidente do estado, o que indicava que a cidade se encontrava em poder dos revoltosos. A partir deste novo ânimo dado ao movimento e das responsabilidades que imbuía ter o controle de São Paulo, provavelmente Isidoro viu a necessidade de comunicar à população local as causas e ideais da revolta, a fim de lhe atribuir legitimidade.

---

<sup>264</sup> Um comunicado dos chefes do movimento. O Estado de São Paulo, 10 de julho de 1924, p. 1.

Em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, também foi publicado um manifesto, assinado por Prestes, que acrescentava à pauta liberdade para os envolvidos no movimento de 1922, voto secreto e confisco das grandes fortunas feitas com dinheiro público:

É chegada a hora solemne de contribuirmos com nosso valoroso auxilio para a grande causa nacional.

Há 4 mezes a fio que os heroes de São Paulo vêm se batendo heroicamente para derrubar o governo de odios e de perseguições que só têm servido para dividir a família brasileira, lançando irmãos contra irmãos como inimigos encarniçados.

Todo o Brasil, de Norte a Sul, ardentemente deseja, no intimo de sua consciência, a victoria dos revolucionarios, porque elles luctam por amor do Brasil, porque elles querem que o voto do povo seja secreto, que a vontade soberana do povo seja uma verdade respeitada nas urnas, porque elles querem que sejam confiscadas as grandes fortunas feitas por membros do governo a custa dos dinheiros do Brasil, porque elles querem que os governos tratem menos da politicagem e cuidem mais do auxilio ao Povo laborioso que numa mescla sublime de brasileiros e estrangeiros, irmanados por um mesmo ideal, vive trabalhando honestamente pela grandeza do Brasil.

Todos desejam a victoria completa dos revolucionarios, porque elles querem o Brasil forte e unido, porque elles querem pôr em liberdade heroes officiaes da revolta de 5 de Julho de 1922, presos porque num acto de patriotismo, quizeram derrubar o governo Epitacio, o que esvaziou criminosamente o nosso thesouro, e porque quizeram evitar a subida do Governo Bernandes, que tem reinado a custa do generoso sangue brasileiro. (...)

Em notas escritas por Prestes, ele reforça pontos já presentes nos manifestos publicados anteriormente e acrescenta a abolição da Lei de Imprensa, a livre circulação dos Correios, proibição de reeleições, anulação de leis e decretos que impedissem a livre associação e reunião de pessoas:

Summario programa político

Liberdades políticas

1 - Restabelecer-se a amplitude de todos os direitos individuais consagrados pela Constituição

2 - Abolir a Lei de Imprensa que representa um instrumento coercitivo da liberdade de pensamento e da livre critica das coisas publicas.

3 - Restabelecer o direito de livre circulação dos Correios das publicações que estendem ou propaguem quaesquer princípios políticos, philosophicos, sociaes ou religiosos, abolindo-se todos os decretos, leis, circulares, etc, que embarcem o seu livre transito postal, garantido pela Constituição.

4 - Assegurar, de maneira inequívoca, o direito de livre associação e de reunião pública ou privada, hoje abolido de facto sob os mais absurdos pretextos. Em consequência anullar quaisquer leis, decretos ou medidas que constituem empecilhos ao exercicio desse direito.

5 - Como complemento innegavel ao direito de associação, assegurar-se o direito aos associados de suas actividades profissionaes aos seus delegados que, facilitando a acção correlativa ás necessidades associativas, facilitam a orientação do publico sobre os actos

criminosos daqueles que procuram enriquecer a custa de falsificações, adulterações e monopólios.

6 - Abolir as leis que estabeleceram a expulsão de estrangeiros nos pontos que atingem os elementos que vindo para o Brasil prestar-nos o concurso de suas energias físicas no desenvolvimento das riquezas nacionais, não abdicam, nem é humano pretender-se o contrario, do direito de alimentar uma consciência e de propagar os princípios que professarem.

Acção política

1 - Dissolução de todas as Camaras Municipaes e Congressos Estaduaes e Federal que não representam a vontade do povo nem correspondem, de forma alguma aos interesses da collectividade brasileira pois foram constituídas pelos [ilegível] de politiqueros de profissão.

2 - Ampliar e systematizar a autonomia e as attribuições das Camaras Municipaes, de forma a constituírem de facto a base do systema federativo da Republica.

3 - Respeito absoluto a autonomia dos Estados acabando-se com o direito das intervenções attentatorias do principio federativo

4 - Proibição das reeleições para cargos representativos

5 - Abolir o uso discricionário do estado de sitio de que dispõem os governantes

Problema moral

1 - Organização em terrenos do Governo de colônias nacionais (idênticas ás colônias estrangeiras, no Rio Grande do Sul) em que os terrenos sejam vendidos a prestações módicas - Dotadas que sejam as colônias das vias de transporte indispensáveis ao próprio desenvolvimento econômico

2 - Distribuição nos actuaes centros agrícolas de ferramentas e sementes que facilitem ao povo o trabalho da terra <sup>265</sup>

Em rascunho de carta de Juarez Távora para Luzardo surgem ainda outras propostas:

- (...) 1. Unificação da Justiça sob a égide do S.T.F., que elegeria os seus membros e nomearia os magistrados, livrando o Poder Judiciario da tutela do Executivo Federal ou Estadual;
2. Unificação do Ensino primario, profissional, secundario e superior sob a direcção suprema do Conselho Superior de Ensino, que elegeria os seus membros, e nomearia o magisterio;
3. Unificação do regimem tributario, sob a forma de uma arrecadação única, distribuida em quotas proporcionaes entre a União, o Estado e o Municipio;
4. Unificação do regimen eleitoral, com a adopção de uma lei única para a União e os Estados e os Municipios, e o estabelecimento do voto secreto e obrigatorio;
5. Uniformização de todas as Constituições estaduaes, pelo modelo da Federal;
6. Regulamentação do art. 6 da Constituição Federal, de modo a impedir as intervenções indebitas do Governo Central nos negocios dos Estados;

---

<sup>265</sup> Notas de Prestes "Doc. 5 da Columna R. Grande", copiadas e contidas no fundo Lourenço Moreira Lima, AEL/Unicamp.

7. Responsabilização efectiva dos Agentes do Poder pelos abusos commettidos no exercicio de suas funcções;
8. Revogação da Lei de Imprensa. (...)

A partir dos apontamentos acima, podemos concluir que provavelmente em nenhum momento todas as lideranças se reuniram, discutiram e definiram um programa político unificado. Por exemplo, o item 5 das anotações de Juarez, que propunha a “uniformização de todas as Constituições estaduais, pelo modelo da Federal” era contrário aos projetos federalistas de Luzardo, Assis Brasil e dos diversos maragatos envolvidos no movimento.

Dessa maneira, podemos notar que temos vários programas com uma base comum a todos, mas que cada qual apresenta suas especificidades, que seus autores consideravam importantes para serem agregadas à pauta da revolta. Para Prestes, por exemplo, se fazia necessário suspender as leis que permitiam a extradição de estrangeiros por conta de “crimes políticos”, utilizadas pelo governo para desarticular principalmente o movimento operário, e desenvolver políticas que permitissem uma reforma agrária, para a qual ele propõe subsídios para a organização de colônias nacionais, nas quais os terrenos públicos fossem financiados, e que o governo distribuísse ferramentas e sementes ao povo.

Embora o movimento não tenha tido um plano político coeso, nos parece bastante interessante algumas atitudes tomadas pela Coluna, descritas por Moreira Lima, que denotam alguma ideia e ação acerca das propostas de busca pela liberdade de um modo amplificado:

Goiaz é a terra dos troncos, gargalheiras e palmatórias.  
Esses instrumentos de torturas povoam as suas cadeias.  
Destruimos quantos depararmos, bem como as palmatórias existentes nas escolas públicas<sup>266</sup>.

Sobre a passagem em Carolina, Maranhão, escreveu:

Nessa ocasião, mandamos queimar os livros e as listas relativos à cobrança dos impostos, verdadeiro auto de fé, praticado como protesto às extorsões que o fisco oligárquico exerce sobre o povo escravizado.

---

<sup>266</sup> LIMA, op. cit., p. 199.

A população assistiu a essa queima com a maior alegria. (...) E enquanto aquela papelada ardia, a Filarmônica Carolinense, presente no ato, executava entusiasticamente a música do "Ai! Seu mé!"<sup>267</sup>.

Para além do plano político, os objetivos momentâneos que permitiam a existência da Coluna Miguel Costa-Prestes também foram se alterando conforme se encaravam as possibilidades que o contexto permitia. De início, a intenção era chegar ao Rio de Janeiro e derrubar o presidente, seguindo pelo menor caminho possível. Perante os fortes combates e derrotas no Paraná, buscou-se então chegar ao Rio através do Mato Grosso, após o trecho seguido por território paraguaio. Após as intensas perseguições, procurou-se simplesmente itens que permitissem sua existência, como terreno, condições para guerra de movimento e apoio, contentando-se com a divulgação da mensagem revolucionária que fizeram pelo país<sup>268</sup>.

### **Política de recrutamento e origem social**

Segundo a historiadora Vavy Pacheco Borges<sup>269</sup>, o termo "tenentes", que foi forjado diretamente na luta política, surgiu no primeiro semestre de 1931, criado pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e o *Diário Carioca* em um contexto de luta pelo poder. De modo generalizante, referia-se a uma "corrente", a um "partido dos tenentes<sup>270</sup>", tendo em vista que a maior parte dos militares envolvidos nos movimentos possuía tal patente. O termo criado tinha conotação depreciativa, tanto que os mais conhecidos envolvidos, como Luiz Carlos Prestes, Cordeiro de Farias, Juarez Távora e Miguel Costa nunca se colocaram como "tenentes" em falas ou memórias. Até porque, em meio à marcha e posteriormente a ela, galgaram a postos mais altos da hierarquia. Essa generalização perpassa todos os envolvidos dos movimentos assim chamados,

---

<sup>267</sup> Ibidem, p. 207.

<sup>268</sup> DRUMMOND, op. cit., p. 139-140. CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 103.

<sup>269</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

<sup>270</sup> Ibidem, p. 20, 132, 145 e 150.

inclusive os civis<sup>271</sup>. Essas tentativas de definir uma unidade e homogeneidade ao "tenentismo" se mostram complicadas também por conta da atuação contraditória e desarticulada daqueles que são apontados como seus membros, não havendo grupo político ou social pré-definido, bem como a temporalidade do(s) movimento(s) assim caracterizado(s).

Embora os chamados "tenentes", participantes dos movimentos tenentistas, possuísem em sua boa parte a patente média de tenente, estavam presentes também militares possuidores de outras patentes, além dos membros da Força Pública de São Paulo e dos operários e profissionais liberais que se envolveram nos movimentos, caracterizados frequentemente apenas como militares ocorridos na década 1920.

Em contrapartida, a distinção entre trabalhadores e militares nos parece inadequada não só porque os operários e profissionais liberais envolvidos eram chamados de "tenentes", não deixando evidente essa participação, mas também porque os soldados, fossem do Exército ou da Força Pública, eram trabalhadores que praticavam um ofício. Como argumenta Beattie:

Os estudiosos raramente examinam os soldados sob a rubrica de trabalhadores, e tampouco comparam o trabalho forçado realizado por muitos soldados a outras formas de trabalho compulsório como escravidão (...). Os soldados são tradicionalmente retratados pela história social como os partidários menores do Estado que oprimem vítimas mais corriqueiras da coerção estatal (...). No Brasil muitos soldados também foram "vítimas" diretas da coerção estatal. Antipatias políticas e teóricas levaram estudiosos a retratar os soldados como fantoches do Estado ou da classe capitalista. Embora "agentes" do Estado, os soldados mantiveram seu *agency* ou o seu poder, dentro dos limites de sua condição, de escolher a cooperar com sua instituição ou não.<sup>272</sup>

O esforço em fazermos tal reflexão se deu a partir do interesse em contribuirmos para o debate historiográfico, muito bem colocado na obra de Borges, acerca do conceito "tenentismo", que por vezes estimula a se pensar em movimentos estritamente militares.

Conforme os estudos de Marcelo Badaró Mattos acerca dos manuscritos

---

<sup>271</sup> Ibidem, p. 146 a 148.

<sup>272</sup> BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945*. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2009, p. 196.

de Karl Marx, entende-se por proletariado "todos aqueles que nada possuem, ou melhor, não possuem outra forma de sobreviver, numa sociedade de mercadorias, do que vender, também como mercadoria, a sua força de trabalho"<sup>273</sup>. Embora os trabalhos destes soldados não produzissem mais-valia diretamente, caracterizando-se como improdutivo, segundo Marx "não há porque restringir a definição de classe ao trabalho produtivo"<sup>274</sup>.

As tarefas realizadas por estes indivíduos se relacionavam obviamente com a vida militar: rondas, limpeza, manutenções de armas e instalações. Alguns eram escrivães, arquivistas, contadores, motoristas, outros ainda preparavam alimentos, cuidavam de doentes em enfermarias ou tratavam de cavalos em unidades de cavalaria. Soldados "artesãos" tinham funções de pedreiros, encanadores, carpinteiros, fabricantes de armas, ferreiros, curtidores e alfaiates. Em fins do século XIX, ainda realizavam funções de polícia ou trabalhavam junto com escravos públicos nos depósitos de pólvora e fundições, bem como em obras públicas de estrada de ferro e linhas telegráficas<sup>275</sup>.

Ao refletirmos acerca das origens dos militares envolvidos nos movimentos tenentistas, detendo-nos de forma mais aprofundada nas políticas de recrutamento (que no momento em questão ainda passavam por um processo de transição, uma vez que o Exército deixava o recrutamento forçado de migrantes rurais, vadios e órfãos, após 1916, e implementava, de forma bastante complicada, o sorteio militar, buscando uma "moralização" de suas fileiras) temos uma maioria de recrutados advindos dos trabalhos urbanos e públicos, o que podemos concluir a partir das informações de Beattie:

(...) muitos conscritos empregados no comércio eram empregados "subalternos" provenientes das classes "humildes", e aqueles que se voluntariavam tendiam a ter origens ainda mais baixas. As reformas nos quartéis ofereciam a muitos recrutas luxos desconhecidos. As memórias de um recruta de 1924 registram que muitos deles nunca tinham ganhado botas, dormido em colchões, ou usado algo como coberta que não fosse uma manta de juta.<sup>276</sup>

---

<sup>273</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora através do materialismo histórico: passado e presente de um debate aberto. *Outubro*. Nº 21, 2º semestre de 2013, p. 90.

<sup>274</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>275</sup> BEATTIE, op. cit., p. 246 e 247.

<sup>276</sup> *Ibidem*, p. 317.

Do período colonial ao início do século XX, o recrutamento forçado tornou o serviço militar semicoercivo e o Exército uma instituição protopenal, na medida em que se aproximava do trabalho escravo com a utilização de castigos corporais, e ainda possuía função de polícia e de sistema carcerário.

O recrutamento forçado de pobres, "vadios" e órfãos, um dos grandes tentáculos do controle social, chegou ao fim com a lei de 1916 que implantava o sorteio militar. Porém, antes disso, em 1874, foi aprovada uma nova legislação de recrutamento "que estabelecia o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não preenchidas pelo voluntariado e pelo reengajamento". Entretanto, os responsáveis pelo alistamento e sorteio eram as juntas paroquiais, dirigidas pelos juízes de paz, juntamente com párocos e subdelegados. Segundo José Murilo de Carvalho, "o resultado foi continuar o serviço pesando totalmente sobre pessoas sem recursos financeiros ou políticos", pois havia isenções especiais para bacharéis, padres, proprietários, caixeiros, entre outros, além da possibilidade de pagamento e apresentação de um substituto, continuando, assim, o recrutamento sendo feito como era antes<sup>277</sup>. A mesma lei de 1874 aboliu os castigos físicos<sup>278</sup>, todavia a prática continuou na Marinha e Exército, tanto que tivemos a Revolta dos Marinheiros em 1910, apontando o quanto ainda havia presente de herança das relações entre senhores e escravos do século anterior<sup>279</sup>.

### ***Alistamento, alfabetização e ascensão social***

Verificando a complexidade da composição pessoal da Coluna, nos é pertinente pensar a heterogeneidade das classes envolvidas de um modo geral, que se distinguem através de uma consciência cuja tendência à unificação pode se manifestar em determinados momentos específicos das lutas sociais, como,

---

<sup>277</sup> CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In PINHEIRO, Paulo Sergio Pinheiro, et al. *O Brasil Republicano*, v. 9: sociedade e instituições (1889-1930) - 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 205.

<sup>278</sup> Ibidem, p. 207.

<sup>279</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros em 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.



por exemplo, nas movimentações tenentistas.

Verificamos ser muito comum a adesão de meninos jovens de classe média baixa ao meio militar como única forma encontrada para estudar e prover seu próprio sustento, como são os casos de Juarez e Fernando Távora, bem como de Luiz Carlos Prestes.

Todavia, as dificuldades não se encerravam ao adentrar ao meio militar. Segundo Juarez Távora:

Os nossos primeiros meses de caserna foram muito apertados: várias horas de instrução diária (exceto aos domingos) e, duas ou três vezes por semana, serviços de guarda ou de plantão, de vinte e quatro horas cada um.

Ganhávamos - além de roupa, alojamento e comida - um soldo de \$ 400 réis por dia, ou 12\$000 por mês, com que pagávamos a lavagem da roupa e outras despesas pessoais miúdas. Depois de passarmos a praças prontas, a instrução abrandou, e conseguimos desarranchar, isto é, comer e morar por conta própria, fora do quartel. Recebíamos, em compensação, além do soldo, uma etapa diária, em dinheiro, de 3\$100, o que nos proporcionava uma receita média mensal de 105\$000.

Com essa pequena fortuna, alugamos - Belisário, Fernando e eu - uma casinha na avenida, entre Realengo e Vila Militar, à margem da Estrada de Ferro Central do Brasil, pela qual pagávamos 23\$000 mensais. Com uma vizinha e conterrânea cearense, D. Maria Rocha, que morava em companhia de filho, anspeçada da Polícia Militar do Distrito Federal, arranjamos boa comida, por 60\$000 mensais, para cada. Sobravamos, assim, para a lavagem de roupa e pequenas despesas pessoais, quase 40\$000, que, prudentemente aplicados, chegavam para tudo e ainda sobrava alguma coisa.<sup>280</sup>

Prestes, por sua vez, era filho de Antônio Pereira Prestes, capitão do Exército, que faleceu aos 38 anos. A família que morava em Porto Alegre, se mudou em 1904 para o Rio de Janeiro em busca de tratamento para Antônio, mas este faleceu em 1908. A partir disso, Leocádia e os filhos pequenos, tendo o mais velho, Luiz Carlos, dez anos de idade, tinham dificuldades em se manterem apenas com a pensão paga pelo Exército. Logo, a viúva começou a dar aulas e se tornou professora.<sup>281</sup>

Luiz Carlos ingressou no Colégio Militar em 1909, por intermédio do coronel Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, amigo da família, uma vez que eram

---

<sup>280</sup> TÁVORA, op. cit., p. 82.

<sup>281</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 21-23.

matriculados ali apenas filhos de coronéis e netos de generais.

No Colégio Militar, por vontade de Leocadia, Prestes era aluno externo, mas para diminuir a despesa em casa, almoçava e jantava no colégio. Sua vida contrastava com a dos colegas (...) que lhe diziam não entender por que, sendo externo, ele fazia as refeições lá, onde a comida era horrível.<sup>282</sup>

Em 1916, Prestes iniciou seus estudos na Escola Militar do Realengo, como major-aluno. Em fins de 1918, no último ano do curso, foi promovido aspirante a oficial e passou a receber soldo, o que triplicou a renda de sua família. Em 1920, formou-se como engenheiro militar e promovido a segundo-tenente, escolheu servir na Companhia Ferroviária de Deodoro, subúrbio do Rio de Janeiro.<sup>283</sup>

No ano seguinte, Prestes foi promovido à primeiro-tenente e se tornou auxiliar de instrutor de engenharia na Escola Militar. Nesta função, enfrentou problemas com a precarização do Exército e a falta de materiais necessários. Quando promovido a diretor de instrução da arma de engenharia, dava aula às outras armas (infantaria e cavalaria) e não possuía auxiliares, até que, desgostoso com a situação, pediu demissão e retornou para Deodoro.<sup>284</sup>

Embora tenha se envolvido nos preparativos dos levantes de 1922, quando estes eclodiram, Prestes encontrava-se bastante doente. Ao fim de sua licença médica foi transferido para Santo Ângelo, Rio Grande no Sul, onde se tornou chefe da Seção de Construção do 1º B.F.

Embora, como primeiro aluno da sua turma na Escola Militar, tivesse direito a continuar no Rio de Janeiro, Prestes foi transferido (...). Essa foi a maneira encontrada para puni-lo pela participação no movimento tenentista.<sup>285</sup>

Podemos notar nas biografias feitas por Anita Prestes e por Daniel Aarão Reis<sup>286</sup>, que Luiz Carlos Prestes vai se decepcionando com o Exército por conta da burocracia e corrupção que presenciava em suas experiências profissionais.

---

<sup>282</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>283</sup> Ibidem, p. 26-28.

<sup>284</sup> Ibidem, p. 29-32

<sup>285</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>286</sup> REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia da Letras, 2014.

Pouco antes da eclosão da revolta no Rio Grande do Sul em 1924, Prestes solicitou sua exoneração<sup>287</sup>. Antes, quando chegou ao Batalhão Ferroviário, este estava responsável pela construção da estrada de ferro do Ramal de Santo Ângelo, que fazia parte da linha Marcelino Ramos - Santa Maria. Em entrevista, ele descreveu o que encontrou após sua transferência e como era o dia-a-dia nesta construção:

Os soldados estavam num alojamento, um barracão de palha, de chão de barro, cama de vara; terrivelmente mal alojados. Os sargentos eram uns burocratas terríveis, não se preocupavam (...), nunca houve instrução militar no Batalhão. Eu, estava conspirando, resolvi dar instrução aos soldados. (...) Acordávamos pela manhã, com a alvorada, tomava-se um café (...). Depois que voltavam da instrução ou do trabalho, mais ou menos ao meio-dia, tinham um almoço e, depois do almoço, uma meia hora depois, se iniciava a escola regimental, que ia até as três horas da tarde. Às três horas davam um mate, e todos íamos para o trabalho, inclusive eu, que também ia para o trabalho na construção da linha. Quando voltávamos, à tarde, estávamos todos esgotados do trabalho. (...) Na alfabetização eu fiz o seguinte: cada soldado analfabeto entreguei a um soldado que sabia ler (...) eu fiz um primeiro e um segundo grau, preparando os soldados para poderem fazer exame de cabo, com o objetivo de elevar o nível de instrução desse grupo que eu pretendia levar à revolução, queria levar para a luta armada.<sup>288</sup>

É válido lembrar que o que nos permite utilizar as cartas, que foram trocadas entre os militares nos movimentos que estudamos, enquanto fontes, é a alfabetização destes em um Brasil em que 71,2% da população era analfabeta<sup>289</sup>. Inclusive, alguns destes militares, como vimos, se voluntariavam ao recrutamento como única forma encontrada para estudar, o que possibilitava alguma mobilidade social.

Quanto à importância desse processo de alfabetização desenvolvido por Prestes, Neil Macaulay explica:

Quando Prestes concluiu os estudos na Academia Militar, em dezembro de 1919, apenas 25% dos seus conterrâneos sabiam ler e escrever. Essa situação espantosa tinha implicações tanto políticas quanto sociais, uma vez que a alfabetização era uma das condições para votar. Mesmo que as eleições tivessem sido honestas e se o voto

---

<sup>287</sup> PRESTES, op. cit., p. 32 e 47.

<sup>288</sup> Ibidem, p. 42 e 43.

<sup>289</sup> FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades sociais in *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 2, jul./dez. de 2004, p. 179-200.

fosse secreto, o Governo ainda estaria em situação de ignorar as necessidades da ampla maioria do povo brasileiro.<sup>290</sup>

Embora a intenção de Prestes não fosse dar a possibilidade dos que eram alfabetizados no batalhão de se envolverem na política através do exercício do voto, este intencionava inseri-los nos movimentos tenentistas que iriam eclodir, nos quais ele fazia parte do planejamento.

### **Costumes de quartéis em marcha**

Não conseguimos ter ideia, sem antes fazer um estudo de micro história em cada local em que a Coluna passou, se as tropas revolucionárias eram tão violentas quanto as legalistas ou quanto a dos aproveitadores que a seguiam ao longe e que realizavam saques, assassinados e outros abusos contra a população. Nossa intenção em trazer os dados que seguem não é praticar qualquer tipo de injustiça com a Coluna em iluminar apenas aspectos negativos sem o devido trabalho de fontes que a questão exige. Sabemos que as fontes legalistas e os relatos dados pelos sertanejos entrevistados tanto no período quanto posteriormente, quando trabalhados sem os devidos cuidados que a história oral requer, induzem ao erro uma vez que não há o confronto de fontes, fato este auxiliado pela circunstância de que os méritos da Coluna foram muito mal registrados por conta de sua intensa movimentação.

Tentaremos, a partir de fragmentos de aproximação entre revoltosos e sertanejos, verificar como a Coluna tentou criar mecanismos para que essa população não sofresse abusos e para refletirmos como as lideranças revolucionárias, em sua maioria oriundos da cidade, viam esta população.

A fim de evitar arbitrariedades, as solicitações às populações por onde passavam os rebeldes, desde a saída da coluna gaúcha em fins de 1924, só podiam ser feitas pelos comandantes. No entanto, elas persistiam, sem muita clareza de quem eram os seus praticantes. Estes roubos, assassinatos,

---

<sup>290</sup> MACAULAY, Neil. *A Coluna Prestes: Revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 44-45.

incêndios, estupros e invasões às propriedades, corroboravam para a mitificação da Coluna pelo sertão nordestino.

Em correspondência não assinada recebida por Juarez Távora consta:

O soldado brasileiro, surgido normalmente das classes inferiores onde se accentuam os foros ancestrais que se enfeixam no patrimonio de nossa nacionalidade - privada de polimento q. mesmo nos caracteres brutus imprime a instrucção - é um ser de tendencias fatalmente inferiores.<sup>291</sup>

E é a partir desta argumentação que seu autor, então nosso desconhecido, considerava que os soldados, sejam eles revolucionários ou governistas, são bravos, dedicados e honestos quando estão "sob imediata fiscalização de seus superiores", mas, por serem moralmente inferiores, cometem os "factos deploraveis que tanto têm escandalizado os nossos pacatos patricios nordestinos".<sup>292</sup>

Buscando melhorar a imagem da Coluna, que tanto era difundida negativamente nos jornais, o comando começou a tomar medidas para inibir tais práticas:

Esta reunido todos os esforços para evita as depredações inuteis. E quando pode apurar a culpa de algum soldado longe de encobri-lo, empenha-se cruelmente em castiga-lo. O açoite simples, com expulsão e o fuzilamento são penas brutaes e entretanto algumas vezes applicadas na columna revolucionaria. Digo que o castigo é brutal sobretudo porq. o soldado revolucionario são amigos dedicados de seus chefes, por cuja causa deixam familia e interesses, e em cuja defesa jogam a vida fora (...).<sup>293</sup>

Outro ponto curioso desta carta recebida por Távora diz respeito aos castigos físicos empregados como pena. A indisposição da situação em utilizá-los, como pudemos observar, é que na Coluna as chefias eram mantidas por laços de amizade, que poderiam ser tensionadas, gerando as temidas deserções. Mas por falta de outro artifício para ser manter a ordem, utilizava-se a exemplificação e o medo.

Podemos notar nos trechos que seguem diversas denúncias que cobram dos comandantes posturas que tinham a finalidade de cessar tais práticas

---

<sup>291</sup> Remetente não identificado. Carta para Juarez Távora. Rio de Janeiro, 1926. CPFOC -JT, dpf 1924.05.10, p. 661-664. Idem.

<sup>292</sup> Idem.

<sup>293</sup> Idem.

abusivas às populações locais. Estas denúncias vinham tanto de membros do movimento revolucionário<sup>294</sup> quanto de civis <sup>295</sup> que eram vítimas, como se observa no fragmento de carta abaixo, escrito por Juarez Távora:

Tenho aqui denúncias gravíssimas contra as seguintes pessoas, todas do 3º Destacamento:

1º) Soldado Accacio (preto, gago) acusado de violência carnal contra duas mulheres - uma na porta de Bom-tempo e outra aqui em Riachão.

2) Sargento Sebastião - acusado do roubo de 2:000\$000 e saque da casa de um Sr. Em Riachão.

3) Sargento Corsête - acusado de saques e violências em diversas casas dos arredores de Riachão.

Levo testemunhas oculares desses factos e alguns documentos comprobatórios.

Peço-lhe que prenda imediatamente os acusados e os affaste do respectivo destacamento. (...)

Não esqueça a prisão dos acusados de que lhe falei e por cujo castigo exemplar [ilegível] lançar.<sup>296</sup>

Havia, ainda, cobrança da fiscalização destes atos, principalmente por conta das tropas que iam à frente e saqueavam as cidades, deixando os estragos para as tropas de retaguarda:

---

<sup>294</sup> THEODORO, Philogonio Antonio. Carta para Miguel Costa. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p.564-566 "(...) no alto Paraná em pleno sertão até Cantanduvás, onde se batia pela liberdade desse povo, vim encontrar dolorosa decepção na retirada de Catanduvás, ao ouvir dos primeiros habitantes da Villa de Benjamin que já clamavam contra os saques exercidos por parte da tropa revolucionaria. Até mesmo no Paraguay (em paiz estrangeiro) se praticou saque. No Matto Grosso os saques e os incendios eram seguidos, sem motivo que os justificassem. Familias expostas ao rigor do tempo, seminuas foram encontradas por mim que fazia a retaguarda do extinto Batalhão Lyra. Tropa que diz bater se pela liberdade dum povo, não pratica incendios, saques e não viola senhoras indefezas, como até aqui se tem praticado. (...) Os saques continuam, os culpados não apparecem e o bom nome da revolução continua abalado. Eu como revolucionario, julgo-me no direito de exigir a punição dos culpados. E como medida preventiva lembro o seguinte: que os Sres comtes de destacamento marchem com suas tropas reunidas, afim de evitar que homens dispersos e que precedem a vanguarda, procedam da forma que lhes pareça, tornando-se difficil apurar os responsaveis pelos saques, ou roubos (...)"

<sup>295</sup> D.V. Carta para Miguel Costa. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p.581-586. "Esta carta meu general não poderá destruir a amizade sincera que lhe professo e a simpathia que tenho pela sua causa, pois não tenho outro resentimento que dá perdido material que por não ser homem rico me prejudica grandemente. Antes de hontem alguns soldados vosso, passaram pela caso do Snr. Augusto Valente, a uma legua e meia desta povoação, onde minha filha e minhas criadas se havia refugiado, e comettendo violencias com uma pobre mãe que que tratava de uma filha doente.

O dito snr. Valente havia escondido as minhas malas, assim como, 2 silhões e 2 arroios em uma baraca no centro do matto, estão malas cheias de roupas de muito valor como sejam: talheres de prata e outros objectos do mesmo metal, os quaes não os deichei em Formoza por medo da revolução. Os taes soldados entraram na barraca e como lá acharam marimbondo, puzeram fogo na mesma, antes porem, conduzindo o que puderam. (...) "

<sup>296</sup> TÁVORA, Juarez. Carta para Luiz Carlos Prestes. Riachão, 26 de novembro de 1925. AEL - Fundo Moreira Lima.

(...) Cheguei hoje a esta localidade (onze às 16 horas) onde reina completa anomalia implantada pelo saque deshumano e mais ainda, vergonhoso, que aqui se praticou.

Requisitar o que é necessário p<sup>a</sup> a tropa, lembrando-se que os irmãos de cauza que estão na retaguarda também precisam se abastecer, é coisa muito diferente do que praticar o roubo, o incendio e todas as depravações que aqui foram constatadas.

O procedimento da tropa que aqui estive é de um bando de salteadores que envergonha não só a nossa cauza com o Br. inteiro. Com o agravante de ser praticado proximo a fronteira e em zona onde precisamos captar a sympathia que já nos era favorável, para engrossar nossas fileiras e continuar a nossa lucta.

Alem do roubo e tentativas de incendio ficou provado o excesso nas libações alcoolicas, que deprimem e anarchisam a disciplina da tropa. Não posso afirmar ainda qual a horda que praticou este vandalismo, e eis porque vos determino, que, a exemplo do que determinei aos outros corpos nesta data, façais uma rigorosa syndicancia afim de apurar quaes os responsaveis por todas estas vergonhas, pois não posso commandar tropas que pratiquem banditismo (...)<sup>297</sup>

As punições, para além dos castigos físicos, variavam. Alguns podiam ser presos, rebaixados, excluídos e até fuzilados:

Exclusão por fusilamento: são excluídos das Forças Revolucionarias o 1<sup>o</sup> sargento Mario Pinderio (1<sup>o</sup> Dest) e os soldados fuzilados por terem sido condemnados á morte em Conselho de Guerra, o primeiro por haver tentado estuprar uma senhora e os trez últimos por terem desertado levando um Fall. e fuzis Mauser e munição.

Exclusão á bem da moralidade - São excluídos das Forças Revolucionarias á bem da moralidade, os soldados João da Silva e Antonio Custodio, o primeiro por haver sequeado uma casa e o segundo por ter tentado assassinar um civil

Prisões e rebaixamento - Ficam presos por quatro dias os soldados do 2<sup>o</sup> Manuel Pedro, Ambrosio de Oliveira e José Silva e o cabo Anacleto Paranhos que é rebaixado definitivamente do posto, por terem sahido de forma sem licença. <sup>298</sup>

(...) foi rigorosamente castigado e expulso da Coluna o sargento Guilherme, do Destacamento Cordeiro, por haver estuprado uma moça (...) o soldado do 3<sup>o</sup>, de nome Zacharias, por apelido Maneta, matou estupidamente á faca um rapaz Dalí, sendo punido com rigor, expulso da Coluna e entregue ao subdelegado local. <sup>299</sup>

Assim como nas requisições, que as lideranças documentavam para posterior ressarcimento, indenizações também foram feitas: "R\$ 3:000\$00 Declaro que recebi do Sr. Nestor Verissimo, por ordem do Sr. Coronel Luiz Carlos Prestes a quantia acima como indenização dos prejuízos causados em

---

<sup>297</sup> COSTA, Miguel. Carta para Virgílio R. dos Santos. S.L., S.D. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 587.

<sup>298</sup> COSTA, Miguel. Boletim nº 16. Fazenda Água Branca, Goiás, 7 de agosto de 1925. AEL – Fundo Moreira Lima.

<sup>299</sup> LIMA, op. cit., p. 372 e 373.

minha casa comercial".<sup>300</sup> Segundo Cabanas, a solicitações que sua coluna fazia "eram pagas com o café dos chefes governistas, encontrado nos depósitos da estrada"<sup>301</sup>

Prestes, em entrevista, afirmou que mesmo assim existiu simpatia por parte de alguns sertanejos que compreendiam que a Coluna lutava contra quem os oprimia, no caso, o governo em suas diversas esferas, os fazendeiros e os coronéis. Todavia, não tinham perspectivas de que fosse possível vencê-los, logo ajudavam os revoltosos de maneira que não se comprometessem.<sup>302</sup>

Quando questionado da repercussão que a Coluna teve entre a população do interior do Brasil, Cordeiro de Farias avaliou: "Foi limitada, como não podia deixar de ser. Falávamos para homens que não tinham noção nem do Estado e às vezes nem mesmo do município em que viviam."<sup>303</sup> Na avaliação de Lourenço Moreira Lima:

No interior, o povo é semibárbaro, não tendo noção nítida da Pátria. Ainda está dominado pelo sentimento da escravidão e vive aterrorizado diante do senhor, que se lhe apresenta sob a forma da Justiça, que lhe toma os bens e o mete nas cadeias, e do "governo" que o escorcha de "dêreitos", o esboroa e o chacina, quando ele ousa esboçar o mais leve gesto de revolta contra as suas prepotências.<sup>304</sup>

Quando a Coluna da Morte estava, em fins de outubro e início de novembro de 1924, acampada no povoado de Piquiri, às margens do rio de mesmo nome, próximo à cidade de Guarapuava no Paraná, encontrava-se na "seção norte dos grandes ervais do Sr. Julio T. Allica", que ocupavam mais ou menos 450 hectares de terras.<sup>305</sup>

Segundo Cabanas, logo após a sua chegada, ficou sabendo que Allica, juntamente com o governo estadual, de quem havia recebido armas e munições, preparou "várias emboscadas contra qualquer força revolucionária que se

---

<sup>300</sup> LIMA, Carlos Haag. Declaração. São Raymundo, 4 de dezembro de 1924. AEL – Fundo Moreira Lima.

<sup>301</sup> CABANAS, op. cit., p. 98.

<sup>302</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 231.

<sup>303</sup> MOTA, Lourenço Dantas (org.). O tenentismo é mais fantasia do que realidade. In *A História Vivida* (I). São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981, p. 67-68.

<sup>304</sup> LIMA, op. cit., p. 182.

<sup>305</sup> CABANAS, op. cit., p. 172.



aventurasse marchar por aqueles sítios".<sup>306</sup> Dessa maneira, a fim de cortar a comunicação, Cabanas ordenou que os trabalhadores se reunissem perante suas tropas e que fossem presos o administrador geral dos ervais e todos os capangas. Segundo ele,

Passados quatro dias, começou a chegar o pessoal, formando-se depois uma multidão de mais de mil indivíduos andrajosos, tendo cada um em si os característicos da vida miserável que passavam sem os mais rudimentares cuidados de higiene; uns, bestializados pelos maus tratos, riam alvarmente (...). A grande maioria com os artelhos deformados pelos bichos de pé, faces intumescidas pela ancilostomíase ou pelo mal de Chagas, movia-se lentamente; (...) sentavam-se aos grupos pelo povoado, tendo ao redor crianças cor de âmbar, ventre crescidos, sonolentas e tristes (...). [Este] rebanho humano (...) parecia ter surgido de ignotas paragens onde o sol não penetra e não existe civilização (...). O trabalhador do erval é, sem dúvida alguma, um verdadeiro escravo olvidado pela lei de 13 de maio de 1888 (...). Comovido (...) socorria [aquela gente] com os recursos de que podia dispor e aconselhei-a tomasse rumo de Porto Mendes (...). Aceito o meu conselho, em poucos dias Piqueri foi evacuado, ficando unicamente 93 homens que voluntariamente assentaram praça na minha coluna.<sup>307</sup>

O trecho, mesmo que impetuoso, nos evidencia que, quando possível, algumas lideranças se dispunham a auxiliar as populações que encontravam. Entretanto, não encontramos fontes que nos tragam maiores detalhes de como os revoltosos viam estas populações do sertão para além de sofridas e “semibárbaras”.

Em carta de Prestes para Isidoro, no início da marcha da Coluna, o primeiro utiliza o seguinte argumento para defender a guerra de movimento:

(...) A guerra no Brasil qualquer que seja o terreno é a guerra do movimento. Para nós, revolucionários, o movimento é a Victoria. A guerra de reserva é a que mais convem ao governo que tem fabricas de munição, fabricas de dinheiro e bastante analphabetos para jogar contra as nossas metralhadoras.<sup>308</sup>

Embora tenhamos visto que quando Prestes se deparou com soldados analfabetos se empenhou em alfabetizá-los, isso não acontecia com as populações dos locais por onde passava. Claro que a velocidade com que

---

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> Ibidem, p. 172, 173 e 176.

<sup>308</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Isidoro Dias Lopes. Barracão, 10 de fevereiro de 1925. AESP - Cartas da Revolução de 1924.

transitavam pelos povoados impedia que os tenentes estabelecessem maiores relações ou buscassem auxiliar essas pessoas de maneira efetiva. No entanto, em escritos dos envolvidos nos movimentos tenentistas feitos no calor da marcha, encontramos poucas reflexões acerca da pobreza e miséria que assolavam essas realidades. Logo, dentre a pauta tenentista quase nada contemplava o sertanejo, mas algumas ações, mesmo que momentâneas, buscaram amenizar seu sofrimento.

O costume de soltar presos das cadeias por onde passavam e incorporar alguns desses, quando desejavam, em suas fileiras, fez com que a Coluna fosse bastante criticada pelos jornais. Entretanto, podemos notar que essa prática estava associada à ideia de que a justiça, através do estado, não se fazia aos pobres. Em passagem, descrita na obra de Moreira Lima, o advogado lembra que por diversas vezes pessoas iam consultá-lo acerca de processos. Observa também que:

Foram postos em liberdade trinta e tantos presos que encontramos na cadeia.

Assim procedíamos sempre porque muitos desses indivíduos eram vítimas de perseguições de toda natureza e outros estavam detidos, havia longo tempo, sem que os seus processos tivessem sido ultimados, pela morosidade incrível da justiça, e, também, por espírito de equidade, pois era profundamente injusto manter em custódia esses miseráveis, quando os mais ferozes criminosos viviam soltos, ocupando altas posições políticas e sociais.<sup>309</sup>

As punições que visavam estabelecer a ordem dentre as tropas eram reproduções dos costumes praticados nos espaços militares (quartéis, escolas, etc.), assim como o hábito de se publicar boletins, solicitações e circulares que tinham como fim informar e atribuir ordens, mesmo em condições de movimento, com extremas dificuldades, inclusive para se ter acesso a papel. As circulares tinham a intenção tanto de organizar a ação, como de impedir e condenar abusos e injustiças:

(...) E para que, de hoje em diante, não tenhamos o desprazer de verificar abusos commettidos á sombra da nossa autoridade de chefes - publicamos aqui aquillo que os nossos commandados não devem praticar:

---

<sup>309</sup> LIMA, op. cit., p. 299.

- 1) Somente os Cmts de Destos, ou officiaes com ordem escripta delles, poderão penetrar em casa habitadas ou não, e retirar do seu interior objectos considerados de utilidade para a tropa
- 2) As roupas, as joias e o dinheiro dos particulares, em hypotheses alguma, poderão ser requisitados.
- 3) É falta gravissima o desrespeito ás senhoras, - principalmente os attentados contra o pudor.
- 4) É expressamente proibida alguém marchar fora da columna de seu Dest<sup>o</sup>, sem ordem escripta o respectivo Cmt.
- 5) É prohibido deitar fogo nos campos, cortar cercas de arame e causar quaesquer danos, sem ordem ou necessidade real que os justifiquem.
- 6) É expressamente prohibido atirar no acampamento, ou em marcha. Somente com ordem expressa de seu Cmt. de Dest<sup>o</sup>, poderá alguém matar animais a tiros.
- 7) A embriaguez é considerada falta grave.
- 8) É crime gravissimo atirar sobre civis pacificos ou maltratá-los, pelo facto de elles fugirem ao avistarem as nossas forças. Somente contra os que nos aggridem, temos o direito de voltar as nossas armas.<sup>310</sup>

Conforme vimos, boa parte da Coluna Miguel Costa - Prestes era constituída por civis. Estes faziam parte do comando, por exemplo, nas figuras do capitão Lourenço Moreira Lima, do capitão Ítalo Landucci e do major Aldo Mario Geri<sup>311</sup>. A tradição militar fazia com que as outras lideranças, advindas dos meios militares, tentassem, inicialmente, ordenar suas fileiras através da hierarquia, tanto que se atribuía a civis patentes militares de acordo com "seus atos de bravura", análogas às existentes no Exército, conforme pudemos observar. Esses atos podiam tentar equalizar as relações entre soldados e civis, ou ainda estimular um maior envolvimento na revolta e atribuir-lhe um caráter de premiação.

Como discutimos no primeiro capítulo desta dissertação, a liderança da Coluna não se sintetizava na figura de Isidoro Dias Lopes, tido como chefe supremo da Revolução, ou na de Miguel Costa, muito menos na de Luiz Carlos Prestes. Ela estava constituída de forma coletiva e fragmentada dentre os destacamentos, semelhante a uma mescla da hierarquia militar com os princípios democráticos civis.

A organização da Coluna desta maneira fez com que se atribuísse um

---

<sup>310</sup> QUARTEL GENERAL. Circular aos Comandantes de destacamentos. S.L., S.D. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 344.

<sup>311</sup> Que inclusive receberam patentes militares hierarquicamente acima da de tenente.

comandante específico para cada um destes destacamentos, o que lhes ofereceu autonomia e reforçou os laços de alianças e coletividade. Como veremos adiante, ainda dentro destes destacamentos existiam os fogões, sistematizações orgânicas que reuniam em torno de dez ou mais pessoas.

Essa ideia de sustentação do movimento através de uma rede de relações pessoais se fazia presente não só para movimentar geograficamente a Coluna, mas também para que ela existisse e tivesse mais adeptos:

A liderança se exercia pelo exemplo pessoal, pela argumentação persuasiva ou por apelos à amizade. Aliás, Isidoro percebeu isso com toda clareza: uma semana depois de iniciada a revolução de São Paulo, praticamente parou de dar ordens, submetendo a seus principais subordinados as diretrizes que julgava mais apropriadas; competia-lhes, coletiva ou individualmente, decidir se as aceitava ou não. Isidoro não ordenou que Prestes marchasse para o norte; apenas sugeriu que seria bom fazê-lo. E Prestes não pode, de fato, dar ordem de marcha a seus homens. Para movimentá-los, ele dependia de uma rede de relações pessoais<sup>312</sup>.

Embora não concordemos que Prestes "não pode dar ordem de marcha a seus homens", porque, juntamente com Miguel Costa, era quem melhor tinha visão do conjunto da situação<sup>313</sup>. De fato, dependia-se das relações pessoais e também de um precário sistema de comunicação, para interligar os destacamentos, fogões e potreadas.

As orientações gerais partiam do chefe do estado-maior e seus auxiliares imediatos - Miguel Costa, Luiz Carlos Prestes, Juarez Távora, Moreira Lima, Paulo Kruger, Mario Geri, Ítalo Landucci, Sadi Vale Machado, Lauro Nicacio e Morgado, mas a manutenção das unidades menores dependia dos comandantes de destacamento - Cordeiro de Farias, João Alberto, Siqueira Campos e Djalma Dutra.<sup>314</sup>

Com um sistema de comunicação falho, dado o período histórico e a espacialidade, além das tentativas de interceptações governistas, em muitos casos as decisões mais urgentes eram tomadas sem prévia consulta ao estado-maior ou aos destacamentos, dependendo da instância, como se observa em

---

<sup>312</sup> MACAULAY, *op. cit.*, p. 83.

<sup>313</sup> CAMARGO; GÓES, *op. cit.*, p. 126.

<sup>314</sup> LIMA, *op. cit.*, p. 150.

entrevista dada por Cordeiro de Farias:

Muito mais difícil, às vezes, era estabelecer ligação entre os próprios destacamentos, ou entre os grupos que se distanciavam e seus destacamentos de origem. Frequentemente, perdia-se o contato por dias ou semanas. Quando algum grupo saía para uma missão isolada, já conhecia o itinerário futuro da Coluna. Mas às vezes o trajeto previsto era alterado, devido a fatos novos. Então, tinham que obter dos habitantes da região indicações sobre o novo itinerário<sup>315</sup>.

Ainda segundo Cordeiro, tinha-se um "código de honra" e casos ~~em~~ de fuzilamento, pena sofrida por aqueles que estupravam mulheres ou roubavam, eram decididos da seguinte maneira:

(...) por comissões integradas por dois comandantes de destacamento, o chefe do estado-maior [Prestes] e mais um ou dois de seus auxiliares [Paulo Kruger, Mario Geri, Alberto Costa, Italo Landucci, Sady Vale Machado, Lauro Nicacio e Morgado].<sup>316</sup>

Como podemos imaginar, esse "código de honra" não foi previamente discutido e escrito entre os comandantes, mas era definido em meio aos acontecimentos, como observou Cabanas:

Deve-se ter em vista que em um exército revolucionário o código penal militar é posto de lado, surgindo em seu lugar leis de emergência e ditadas pelas circunstâncias do momento. Na revolução, o soldado, na falta de leis escritas, só teme o comandante. A severidade deste, aliada à aplicação equitativa da justiça, inspira-lhe confiança. E se o comandante não teme o perigo e dá o exemplo pessoal de afrontar o inimigo, não escolhendo as ocasiões, a soldadesca, então, morre dedicada ao chefe. Existe mais que disciplina.<sup>317</sup>

Longe do código militar e sem receber soldo, acreditamos que os soldados tinham outras motivações para além da confiança e dedicação às lideranças para se envolverem nos movimentos ditos revolucionários, uma vez que não eram apenas cumpridores de ordens superiores.

Dessa maneira, podemos notar que a disciplina em meio à marcha se constituía também através do medo e das punições, já que existiam penas, dentre elas o fuzilamento, para reprimir alguns atos, mas também pelo exemplo dos comandantes e pelas relações pessoais. Cordeiro de Farias, quando

---

<sup>315</sup> CAMARGO; GÓES, op. cit., p. 138.

<sup>316</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>317</sup> CABANAS, op. cit., p. 109.

questionado como havia feito para se manter a coesão e moral da tropa, respondeu:

(...) havia era uma ligação íntima e permanente, uma comunhão. Os soldados se ligavam a nós, e nós a eles. Era uma confiança tão grande que os soldados obedeciam a qualquer ordem, para matar ou para morrer. (...) A hierarquia não era igual à que prevalece no Exército. Havia um sistema de autoridade, é claro, mas baseado na confiança e na lealdade mútuas. E a vida de perigos constantes fortalecia esses vínculos.<sup>318</sup>

Diferentemente dos espaços militares onde as acomodações e alimentação são diferenciadas ao longo da hierarquia, a guerra de movimento não permitia essa diferenciação, o que aproximava comandantes e comandados. Este contato permanente, permitido pela ausência de privilégios, era estimulado através das células menores da Coluna, que eram os fogões.

De origem gaúcha, os fogões eram pequenos grupos de pessoas, de dez a quinze, que se reuniam para realizar as refeições:

A alimentação, tanto de oficiais quanto de soldados, era feita no que chamávamos de "fogões". (...) Ali eles faziam o churrasco e comiam. E nós, oficiais, comíamos nos diferentes "fogões" para manter estreito contato com a tropa. (...) <sup>319</sup>

As adaptações das práticas de quartel à movimentação podem ser notadas antes mesmo do encontro das Colunas Paulista e Gaúcha em correspondência de Miguel Costa para Isidoro:

(...) A prática, tem-nos demonstrado a necessidade de serem dispensadas certas formalidades, a prova está que não tem tido resposta a maior parte da correspondência enviada a esse por este commando. (...) <sup>320</sup>

Parece-nos, de modo geral, ter havido em disputa dois princípios de organização, um primeiro advindo dos militares, com a busca de oficiais de patente elevada para chefiar as revoltas e a valorização da hierarquia, e um segundo oriundo das experiências das revoltas gaúchas, com a tática de guerra de movimento e a formação de fogões e potreadas. Landucci observava que:

---

<sup>318</sup> CAMARGO; GÓES, op. cit., p. 123 e 124.

<sup>319</sup> Idem.

<sup>320</sup> COSTA, Miguel. Carta para o General Commandante da Divisão. Acantonamento em Salto, 10 de março de 1925. CEDEM/UNESP.

Afora o seu termo pouco militar, o fogão passou a designar um grupo de combatentes da mesma unidade, ligados entre si por vínculos afetivos e até de parentesco, núcleo coeso, dirigido pelo mais graduado, sobre o qual repousava a estrutura orgânica do destacamento. O seu chefe recebia ordens diretas do comandante de esquadrão, ao qual estava subordinado e as cumpria ao pé da letra. Reinava uma hierarquia democrática, livre de interferências de oficiais de outras unidades. Aliás, o respeito devido por subalternos ao superior se relacionava mais com o valor pessoal deste do que com a sua graduação e oficiais de merecimento eram respeitados, mas só obedecidos pelos seus comandados<sup>321</sup>.

Os fogões, para além do carácter organizativo e de auxiliar no estabelecimento das redes pessoais, também facilitavam o abastecimento das tropas, não sobrecarregando os comandos, como observamos nesse relato de Cordeiro de Farias:

A alimentação era problema de cada um. Os grupos se organizavam naturalmente, por afinidade (...). De hábito, fazia-se apenas churrasco, mas às vezes tínhamos arroz e mandioca. (...) Os "fogões" não tinham uma quantidade fixa de soldados, e nem sempre eram os mesmos soldados nos mesmos "fogões".<sup>322</sup>

Curiosamente, em entrevista, Cordeiro afirmou que "era comum as mulheres tomarem conta dos "fogões", mas a maioria dos cozinheiros eram homens, pois muitos soldados preferiam a cozinha à guerra".<sup>323</sup> Se a célula básica da Coluna eram os fogões e as mulheres faziam parte destes, logo, se confirma que estas mulheres eram parte fundamental para a organização do movimento, embora não tenhamos maiores fontes para destrinchar esse dado.

As potreadas, também de origens gaúchas, eram grupos pequenos, a cavalo, responsáveis por arrebanhar animais, estabelecerem comunicação entre o quartel general e os quatro destacamentos, e reconhecer a área em que a Coluna passaria. O trecho a seguir, da memória de Ítalo Landucci, explica como funcionava:

Cabia à vanguarda o reconhecimento do terreno e o levantamento topográfico da frente e dos flancos, sendo as suas informações pontos básicos para a direção da marcha. (...)

Tais elementos informativos eram obtidos dos moradores do lugar, interrogados hábil e pacientemente.

---

<sup>321</sup> LANDUCCI, op. cit., p. 160.

<sup>322</sup> CAMARGO; GÓES, op. cit., p. 133.

<sup>323</sup> Idem.

Abrir caminho era missão da responsabilidade de um destacamento. O grosso ficava a duas ou três léguas da vanguarda e à mesma distância da retaguarda, ocupando a Coluna, de uma extremidade a outra cêrca de quarenta quilômetros.

O serviço de vanguarda durava vinte e quatro horas e era rendido pela manhã. O destacamento terminava-o permanecendo acampado até a passagem da retaguarda, cujo contrôlo assumi; descansava assim um dia inteiro antes de entrar no novo serviço e se havia inimigo no nosso rastro, azar dêle que devia combater por vinte e quatro horas. Êsse revesamento proporcionava a cada unidade três dias de folga, em períodos normais.

Uma corrente contínua de ligações assegurava contacto permanente do Q.G. com tôdas as unidades em movimento, enquanto que os flancos iam sendo explorados pelos piquêtes de potreadores<sup>324</sup>.

Logo, as potreadas eram essenciais na comunicação, na articulação dos diversos grupos e na estruturação da Coluna, ajudando a definir, inclusive, sua trajetória. Outra característica herdada dos movimentos gaúchos foi a utilização de lenços vermelhos, tradição dos maragatos<sup>325</sup>, que em meio aos combates serviam para distingui-los dos chimangos. "Não se esqueça que as patrulhas de Cabanas levarão o cobertor vermelho a tiracollo e o mesmo deve acontecer com os de Virgílio para evitar enganos"<sup>326</sup>, orientou Miguel Costa.

Em nosso trabalho, infelizmente, pouco pudemos apurar dos soldados das patentes inferiores, o que nos induziu a focar nas lideranças, que, em sua boa parte, se originavam das classes médias e possuíam a patente de tenente. Acerca de pessoas negras envolvidas, fator intrinsecamente relacionado à origem social, nada foi encontrado nas cartas, apenas algumas citações em livros de memórias, como no de Lourenço Moreira Lima. Nos excertos que seguem abaixo da obra em questão, o secretário da Coluna nos apresenta Bento Manoel, Henrique, Zé Bigode, Castorino e Zé Grande:

Bento Manoel, que pertencera ao 6º R.I. (...) era um esplêndido bagageiro e serviu-me até a fazenda Cantinho, no Piauí, onde o passei a pronto por me ter feito várias má-criações.

Bento é preto, baixo, gordo, com uns grandes olhos à flor do rosto, moço de uns vinte e três anos, circunspecto e sério como um conselheiro.

---

<sup>324</sup> LANDUCCI, op. cit., p. 161.

<sup>325</sup> PEREIRA, Ledir de Paula. *O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na Revolução Federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 60.

<sup>326</sup> COSTA, Miguel. Carta para Estillac Leal. Santa Cruz, 12 de janeiro de 1925. CEDEM – Fundo Miguel Costa.



É dado a leitura e fez um "Diário" da campanha. (...) <sup>327</sup>  
O capitão Landucci tirou-o para seu bagageiro e Bento o serviu até entrarmos na Bolívia.  
Eu não tinha confiança no valor militar de Bento, porque, quase sempre, os bagageiros eram péssimos combatentes.  
Em Goiaz (...) o capitão Landucci (...) passou a comandar um esquadrão do destacamento Cordeiro de Faria.  
Bento o acompanhou, portando-se com denodo em todos os combates e no de Pantanal destacou-se pelo seu heroísmo. <sup>328</sup>

Assim como outros negros, como veremos abaixo, Bento Manoel era bagageiro e carregava alguns dos poucos pertences da Coluna. Embora não tenhamos feito uma análise sistemática acerca dos bagageiros, nem tido acesso a fontes que tratem destes homens em específico, é curioso o fato de os poucos negros citados por Moreira Lima possuírem, em sua maioria, esse trabalho, ou outros do gênero como cuidador de animal, como se observa no trecho abaixo:

(...) soldado Henrique, o tal preto repicador de sinos, que foi meu bagageiro até a Bahia, onde dispensei (...). <sup>329</sup>  
(...) confiava o meu animal ao cidadão Zé Bigode, voluntário piauiense. Zé Bigode era um mulato, alto, magro e forte (...).  
Pouco depois de incorporado à Coluna, tomou conta do cargueiro do arquivo e só o largou ao entrarmos na Bolívia. <sup>330</sup>

Outro fator de incômodo é a "falta de confiança" em Bento Manoel pelo fato de "os bagageiros serem péssimos combatentes". Essa ideia do autor é reforçada em outras passagens, como estas a seguir, que sugerem a insanidade de Castorino e a desorientação de Zé Grande:

O sargento Castorino, preto de vinte e cinco anos, alto e forte, usando barba à Boulanger, era voluntário paulista. A sua valentia raiava pela loucura. (...) Foi morto na Chapada Diamantina, quando atacou sozinho, um grande grupo de jagunços (...). <sup>331</sup>  
O Sargento Zé Grande, do 4º, corajoso paulista, que era um dos pretos mais altos da Coluna, e também passava naquela ocasião, ficou meio mergulhado, de barriga para cima, a espernear e bracejar, com uma corda em torno do pescoço.  
Apoderamo-nos da ponta dessa corda e pescamo-lo, arrastando-o até a margem, onde Zé Grande vomitou a água que bebera, olhando o rio apavoradamente. <sup>332</sup>

Nas memórias de João Cabanas, o tenente conta o seguinte caso:

---

<sup>327</sup> Infelizmente tal diário ainda não foi encontrado.

<sup>328</sup> LIMA, op. cit., p. 133-134.

<sup>329</sup> Ibidem, p. 254.

<sup>330</sup> Ibidem, p. 321.

<sup>331</sup> Ibidem, p. 281.

<sup>332</sup> Ibidem, p. 408.

Frequentemente davam-se no acampamento casos de loucura furiosa entre as praças. O acesso durava aproximadamente uma hora, caindo depois o paciente em estado de completo idiotismo ou loucura pacífica. (...) numa noite (...) veio a minha presença o tenente Lazaro e relatou-me que, estando no seu posto nas trincheiras, tinha sob suas ordens, um cabo de esquadra que gozava de perfeita saúde. Dormia o dito cabo no momento em que levantou-se um soldado de cor preta e, dele se aproximando, o despertou, oferecendo-lhe um copo de aguardente. O cabo aceitou, ingeriu a bebida e momentos depois manifestava-se a loucura. (...)

Fiz vir à minha presença o soldado acusado e (...) o soldado resolveu confessar claramente: "que era conhecido na tropa pela alcunha de Feiticeiro; tinha sido incorporado no meu batalhão vindo de Chavantes, subvencionado por diversos indivíduos para exercer o ofício de espião e envenenar os oficiais e praças mais salientes. No desempenho dessa missão, preparou um *remédio*, que subministrou a vários soldados, o qual, em vez da morte, produzia uma loucura que deveria durar uns três meses".

Concluído o inquérito e provada a responsabilidade do Feiticeiro, condenei-o a ser fuzilado, sentença imediatamente executada, e as margens do Paranapanema serviram de túmulo para esse desgraçado que na sua incôscia bestial de africano, a quem a civilização e os sentimentos humanos conseguiram amortecer os instintos selvagens (...).<sup>333</sup>

Embora a Coluna e os movimentos que a circundaram tivessem algum caráter libertário, podemos verificar nos escritos de seus membros a reprodução de características da sociedade na qual eles viviam, como o racismo, posto por Cabanas na desumanização e adjectivação de bestial e selvagem ao se referir ao Feiticeiro.

A história de Feiticeiro muito se aproxima da de Tia Maria. Negra, cozinheira de Isidoro que o acompanhava desde São Paulo, corria a lenda entre as tropas legalistas que se tratava de uma feiticeira que fechava os corpos dos soldados revolucionários<sup>334</sup>.

A Tia Maria, desligada do fogão de Juarez, encerrou sua peregrinação em Piancó, Paraíba. Bebia e muito. Embriagada, não se apercebeu da retirada sorrateira da Coluna. A polícia paraibana, que ali chegou após a nossa saída, encontrando a pobre preta, sangrou-a cruelmente, no cemitério, obrigando-a antes a abrir a sua própria cova.<sup>335</sup>

Segundo Moreira Lima, a Coluna contava com 50 mulheres e os boatos legalistas de que existiam mais se explicavam porque "muitos soldados eram

---

<sup>333</sup> Grifo do autor. CABANAS, op. cit., 105 - 106.

<sup>334</sup> LIMA, op. cit., p. 218.

<sup>335</sup> DONATO, Hernani. A Grande Marcha: as mulheres na Coluna Prestes. *Revista Do Leitura*. São Paulo, 13 de junho de 1994, p. 2.

imberbes, o que os faziam confundir com mulheres". Não sendo possível contabilizar o número exato de mulheres envolvidas, existe a possibilidade que este dado seja maior ainda do que 50<sup>336</sup>, pois segundo Farias, quando partiram do Rio Grande do Sul já contavam com esta quantidade<sup>337</sup>.

O envolvimento feminino na Coluna também fez com que as opiniões das lideranças divergissem. Embora inicialmente todos tentassem dificultar a marcha para que as mulheres não os seguissem, logo elas provaram que eram capazes<sup>338</sup> e foram aceitas nos destacamentos, exceto no de Siqueira Campos. "Siqueira era o único comandante que não admitia mulheres em caráter permanente. Isto é, nos acampamentos de Siqueira existiam mulheres, mas ele não permitia que elas marchassem com a tropa" <sup>339</sup>.

Estas mulheres, conforme pudemos constatar nos escritos de Moreira Lima, João Alberto Lins de Barros, Ítalo Landucci e na entrevista de Cordeiro de Farias, seguiam com os soldados, faziam parte da tropa, deslocavam-se conforme as circunstâncias permitiam, a cavalo ou a pé, vestiam e se alimentavam igual aos demais, e embora não fossem encarregadas de serviços específicos ditos "femininos" como cozinhar e lavar, todas elas se dedicavam a cuidar dos doentes e feridos.

Essas mulheres (...) não tinham comodidades especiais. Seguiam a tropa a Cavallo, vestidas como soldados, de laço á garupa da montaria. Revistavam a cada momento as padiolas em que se conduziam os enfermos e feridos, attendendo-os, pensando-os. Se se detinha a marcha para um combate, enquanto os homens lutavam, ellas, expostas á metralha, arrastavam a logar resguardado os que tombavam feridos e, muitas vezes, terminada a pugna, percorriam o sector inimigo e procuravam mitigar as dores dos soldados que ali haviam sido deixados.<sup>340</sup>

Era comum conduzirem as armas dos soldados para que estes descansassem.<sup>341</sup>

---

<sup>336</sup> Idem.

<sup>337</sup> CAMARGO; GÓES, op. cit., p. 131.

<sup>338</sup> "Ao chegar a Santa Catarina, tentamos fazer com que elas desistissem e voltassem. Meu voto era favorável à idéia de mantê-las conosco, mas fui voto vencido. Em princípio, portanto, deveríamos ter passado para Santa Catarina sem mulheres. Mas quando nos dirigíamos para Foz do Iguaçu, eis que elas penetraram na floresta e surgem novamente entre nós." Idem.

<sup>339</sup> Idem.

<sup>340</sup> AMARAL, Luiz. Conversando com as mulheres da Columna Prestes. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1927, p. 6.

<sup>341</sup> LIMA, op. cit., p. 131.

Dentre elas, uma que recebeu grande destaque nestes escritos foi a enfermeira austríaca Hermínia, que acompanhava os revolucionários desde a retirada da cidade de São Paulo e os seguiu até a Bolívia:

A enfermeira Hermínia era valente e dedicada a um tempo, socorrendo os feridos na linha de fogo. No cerco de Teresina ela chegou às trincheiras inimigas e ali tratou vários feridos. (...) Era extremamente brava e de uma grande capacidade de trabalho, marchava a pé durante muitos dias, potreava e laçava como um gaúcho.<sup>342</sup>

Entretanto, para além dos serviços de enfermeira, as mulheres também auxiliavam na manutenção e nas ligações dentre as tropas, como por exemplo, "Onça", "mulata riograndense, dançarina de maxixe, que fez uma ligação salvando uma pequena tropa, atacada por forças muito superiores"<sup>343</sup>.

O convívio diário em marcha fazia com que estas mulheres estivessem inseridas nas dinâmicas presentes em meio aos combates, interferindo nas quebras de "protocolos militares" e fazendo parte das relações de solidariedade e de confiança dentre os soldados:

Em meio à jornada, a Santa Rosa teve um filho. Era mulher de um dos soldados do Destacamento do Cordeiro de Farias e acompanhava a Coluna juntamente com outras, desde a retirada do Rio Grande do Sul. (...) Nas proximidades da cidade de Santa Luzia (...) com o adversário à vista, era-me impossível destacar homens para socorrer-la e guardá-la. (...) Em torno dela, seu marido, uma curiosa da região e mais alguns soldados do meu Destacamento faziam fogo, mergulhando uns trapos de pano numa panela de água quente  
Esperei mais algumas horas, partindo finalmente (...) ao encontro da Coluna que ia bem distante (...) era muito mais fácil para Santa Rosa safar-se daquela situação com um pequeno grupo de voluntários que a acompanhava, do que para o 2º Destacamento, enfrentar no dia seguinte um combate sério em má situação, com grande perda de vidas.  
Não caminhamos muito, - cerca de três horas talvez. Uma boa posição defensiva convidava-nos a um repouso. (...) Nestor Veríssimo (...) contou-me que cerca de trinta homens (...) haviam regressado com o objetivo de escoltar a Santa Rosa (...)  
Logo ao amanhecer, chegou a nova do nascimento da filha de Santa Rosa. (...) Esperamo-la até o meio dia quando ela apareceu a cavalo, em montaria de amazona, com a criança nos braços. (...)  
Em poucos dias, trajada de homem, montava novamente a cavaleiro, confundindo-se como antes, com o resto da tropa.<sup>344</sup>

---

<sup>342</sup> LANDUCCI, op. cit., p. 169.

<sup>343</sup> LIMA, op. cit., p. 131.

<sup>344</sup> BARROS, op. cit., p. 118-122.

Outra que teve filho em meio à marcha foi Elza Schmidtke, alemã, que acabou sendo presa e depois se exilou.

Seu Marido, Eurico Schmidtke, incorporara-se à columna estrangeira de S. Paulo, acompanhando as tropas do general Isidoro na retirada. Seguiu-o Ella. Fez-se enfermeira (...). Fez toda a campanha ao lado do marido, até que este se extraviou. Confiou-se, desde então, à protecção do major pernambucano Manoel Alves de Lyra. Morto o major (...) Elza deliberou desligarse da columna.<sup>345</sup>

Todavia, é inevitável não notar nas fontes, essas escritas por homens, a inferiorização e esquecimento da agência dessas mulheres. Indícios disso são as sempre presentes caracterizações estéticas, a supressão de seus nomes e ou sobrenomes e a utilização de apelidos, assim como dos negros, já que os homens brancos, em sua boa parte, são citados com nome, sobrenome, patente militar e origem. É curioso notar que quando a citada é branca e de origem estrangeira conseguimos encontrá-la com nome, e às vezes sobrenome. Outras, negras, são citadas apenas com apelidos:

"A Onça", Mulata riograndense, dançarina de maxixe, que fez uma ligação salvando uma pequena tropa, atacada por forças muito superiores.<sup>346</sup>  
Chininha<sup>347</sup>, obesa (...) andarilha sem igual, apesar das suas avantajadas banhas de mulata.<sup>348</sup>

A exaltação do ofício das enfermeiras, ao cuidar e servir aos homens e a utilização do termo vivandeira, inclusive, nos permite afirmar que "trata-se de narrativa que investe na imagem da mulher que vive em função dos outros"<sup>349</sup>.

O termo vivandeira também foi utilizado em memórias e outros escritos da Guerra do Paraguai e da Revolução Farroupilha para designar as mulheres que acompanhavam as tropas. Este "acompanhar" não significa que elas apenas iam

---

<sup>345</sup> AMARAL, Luiz. Conversando com as mulheres da Columna Prestes. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1927, p. 6.

<sup>346</sup> LIMA, op. cit., p. 131.

<sup>347</sup> O termo em algumas localidades se refere a prostitutas. Entretanto, não temos maiores informações sobre a mulher citada por Moreira Lima.

<sup>348</sup> Ibidem, p. 351.

<sup>349</sup> Ver CARVALHO, Maria Meire de. *Vivendo a verdadeira vida: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combates*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2008. BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: A invisibilidade feminina na política*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

junto aos homens em postura pacífica e pouco participativa, conforme vimos com as da Coluna. No entanto, faltam estudos neste sentido.

### ***Conflitos em gerações***

Embora tenhamos notado que algumas características da Coluna se originaram dos gaúchos maragatos, que inclusive a compuseram em alguns momentos, o movimento em sua boa parte era composto por homens mais novos, que compartilhavam de outras experiências, como nos sugere as observações posteriores do filho de Miguel Costa:

(...) nenhum deles alcançara, ainda, 40 anos de idade. Miguel Costa, o comandante, festejou o 39º aniversário em 3 de dezembro de 1924, cinco meses após o início da revolução e Luiz Carlos Prestes, o Chefe de Estado Maior tinha apenas 23 anos. (...)

Não eram os velhos oficiais que se sublevavam. Eram os jovens tenentes ou, quando muito, os maiores... As altas patentes, depositárias dos interesses e concepções da antiga ordem, jamais podiam ser revolucionárias. Tinham de ser conservadores, legalistas, portanto. E, quando entravam para o movimento, constituíam raras exceções, habilmente seduzidos pelos oficiais menos graduados, que delas precisavam, para maior prestígio da Revolução. (...)

Os jovens oficiais, de major para baixo, representavam outra mentalidade. Nada tinham de comum com a aristocracia agrária do café. Eram filhos do povo, como os operários das cidades e refletiam as novas forças em ascensão nas atividades econômicas, sociais e políticas do país. (...) <sup>350</sup>

A partir disso, podemos afirmar que dois fatores eram geradores de conflitos: a existência de homens mais velhos, civis, maragatos, carregados de suas experiências nos confrontos armados no Rio Grande do Sul, como a Revolução Federalista em 1893, e a de militares mais velhos, que para além de suas experiências específicas como o combate a Canudos, haviam tido formação diferente dos mais jovens.

O conflito entre gerações se dava também por conta da formação que os mais velhos tiveram na Escola da Praia Vermelha, que era diferente da oferecida na Escola do Realengo, aberta a partir de 1913. A geração mais velha estava moldada a partir da Guerra do Paraguai e tinha uma formação bastante

---

<sup>350</sup> Anotações datilografadas de Miguel Costa Júnior, datadas de 1962. AEL/UNICAMP - Fundo Miguel Costa, Pasta 56.

humanista e bacharelesca. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o Exército brasileiro, na tentativa de se modernizar, recorreu à Missão Francesa e tornou seu curso mais técnico. Segundo Edmundo Coelho:

Esta oposição entre oficiais subalternos, por um lado, e superiores, por outro, não deixava de ser, em parte, reflexo do perfil estrutural do quadro de oficiais onde a preponderância dos tenentes era marcante. (...) Não é difícil estabelecer os nexos entre a política de gratificações ao quadro de oficiais superiores - a política de cooptação - patrocinada pelos governos civis e a crescente hostilidade e oposição da oficialidade subalterna.<sup>351</sup>

Segundo Cordeiro de Farias,

o choque de gerações em determinadas regiões foi inevitável. Os tenentes que iam para o Rio Grande ou Sul ou Mato Grosso eram mal recebidos em várias unidades por seus comandantes, que lhes diziam: "Não me venham com estas idéias de instrução para não perturbar a vida do quartel. Somos uma família. Não queremos problemas." Era natural que muitos deles resistissem às novas idéias, sobretudo àquelas ligadas à instrução militar introduzidas pelos "jovens turcos", isto é, os oficiais que, em 1913, voltaram de estágios na Europa, principalmente na Alemanha, com idéias novas.<sup>352</sup>

Ao mesmo tempo, as lideranças, que no momento do estopim dos movimentos possuíam as patentes de tenentes, compunham um grupo coeso, pois

(...) Prestes, Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Juarez saíram todos das mesmas turmas. Eles concluíram o curso da Escola Militar um ano antes de mim (...). Eu fiz o último ano da Escola acumulando a parte acadêmica com a instrução militar, que estava sendo introduzida no Realengo. Enquanto isso, os formados da turma de 1918 precisaram permanecer mais um ano para receber o mesmo treinamento. Eles saíram já como tenentes e eu como aspirante, mas todos no ano de 1919.<sup>353</sup>

Todo o grupo a que pertenciam Prestes, Siqueira, Eduardo Gomes, Delso e vários outros estava unido e atuando naquela excitação política de 1922.<sup>354</sup>

Outros fatores articuladores deste grupo foram as movimentações

---

<sup>351</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976, p. 72.

<sup>352</sup> CAMARGO; GÓES, op. cit., p. 66 - 67.

<sup>353</sup> Ibidem, p. 64.

<sup>354</sup> Ibidem, p. 76.

políticas da revolta de 1922<sup>355</sup>, a repressão do governo para com esses envolvidos, que despertou diversas movimentações de solidariedade, e também o período em que Prestes foi auxiliar de instrutor e depois diretor de instrução de engenharia na Escola Militar<sup>356</sup>, onde passou a ter maior contato com as novas turmas.

Dessa maneira, a prática de lidar com as tropas, desenvolvidas pelas lideranças da Coluna, que se baseavam em camaradagem, proximidade e confiança, também buscava conquistar e não tensionar com as patentes mais altas e os costumes dos homens mais velhos.

---

<sup>355</sup> Na Escola Militar do Realengo “quase a totalidade dos alunos declarou-se conscientemente rebelada. Com isso, 608 dos 666 matriculados na EMR foram expulsos.”. DRUMMOND, op. cit., p. 93.

<sup>356</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 28-29.



## **CAPÍTULO III – Aproximações e distanciamentos com as populações do campo e da cidade**

### **A Coluna, o coronelismo e o caudilhismo: conflitos e aproximações**

As relações dos tenentes com a população paulista, como vimos no primeiro capítulo, foram de proximidade, muito embora sua participação não tenha sido estimulada pelos comandantes militares. No entanto, as relações dos tenentes com os sertanejos, em meio à marcha da Coluna, se deram de maneira diversa, uma vez que muitas vezes os já pobres moradores dos sertões se viam ainda mais na miséria após a passagem dos revoltosos. Isso ocorria porque eram feitas solicitações de animais, alimentos, roupas, armas, munições e outros objetos. Além disso, elementos das tropas, tanto revolucionárias quanto legalistas, bem como grupos locais oportunistas, praticavam todo tipo de violência para com estas populações.

Outro fator agravante foi o misticismo que circundava a Coluna na região, o que estimulava a fuga das populações quando esta se aproximava. A disseminação do medo entre os sertanejos fazia com que se escondessem ou a combatessem. Este misticismo por vezes ia além. Segundo Moreira Lima, "em Porto Nacional, o povo corria curioso para ver a Princesa Isabel<sup>357</sup>, que viajava conosco, conforme se espalhou".<sup>358</sup>

Nos estados do Nordeste, com exceção do Maranhão e do Piauí, "ou as populações fugiam, para os matos, ou se colocaram ao lado do governo"<sup>359</sup>, estimulados pelas notícias que corriam acerca da Coluna, ou por influência de coronéis que recebiam pagamentos do Estado para combatê-la. Inclusive, é muito possível que toda essa aura dos rebeldes tenha sido estimulada por coronéis com a intenção de afastar a população local do movimento e endossar o combate que eles mesmos faziam à Coluna a mando das relações que

---

<sup>357</sup> Falecida em 1921 na França, podia-se acreditar que era ela mesma, viva.

<sup>358</sup> LIMA, Moreira Lourenço. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979, p. 199.

<sup>359</sup> *Ibidem*, p. 181.

possuíam com o governo federal.

Em escritos dos tenentes podemos identificar que da mesma maneira que os sertanejos tinham dificuldades em compreender o movimento devido às dificuldades de comunicação e do controle exercido pelos coronéis, os revoltosos também pouco sabiam sobre eles.

Em correspondência não assinada, recebida por Távora, por exemplo, consta: "é tão difícil (...) combater o egoísmo consubstanciado no direito de propriedade do sertanejo"<sup>360</sup>. Na realidade, "o egoísmo" do sertanejo com relação à terra se relacionava à não compreensão por parte dos tenentes dos problemas enfrentados por aquele que estava sob as mazelas dos coronéis latifundiários e que via na terra sua única possibilidade de subsistência.

Entretanto, mesmo assim houve a adesão de duzentos e cinquenta homens no Maranhão, cento e sessenta no Piauí, vinte no Ceará e quarenta na Paraíba e Pernambuco<sup>361</sup>. Um exemplo, é o caso do lavrador Manuel Bernardino, cearense, tido como inimigo da oligarquia maranhense e chefe mais poderoso da região de Grajaú, que abrangia o centro e o nordeste do estado do Maranhão. Conhecido como "O Lenine da Mata"<sup>362</sup>, juntou-se à Coluna acompanhado de 200 homens, todos armados de Winchesters. Acompanhou as tropas de 2 de dezembro até o Ceará, onde "desertou, em companhia de um seu irmão de nome João Bernardino e de doze camaradas. Os demais, que obedeciam às suas ordens, recusaram-se segui-los e continuaram na Coluna"<sup>363</sup>.

O movimento tenentista na década de 1920, conforme pudemos analisar em suas tentativas de elaborar um programa político, discordava da maneira em que se firmava a estrutura do poder no país, caracterizada pela chamada política dos governadores, que tinha em sua base os poderes locais exercidos pelos coronéis. Paradoxalmente, por vezes, em sua existência, a Coluna se aproximou

---

<sup>360</sup> Remetente não identificado. Carta para Juarez Távora. Rio de Janeiro, 1926. CPFOC -JT, dpf 1924.05.10, p. 661-664.

<sup>361</sup> LIMA, op. cit., p. 273.

<sup>362</sup> Ver ALMEIDA, Giniomar Ferreira. *O Lenine Maranhense: fuzilamento e cultura histórica no interior do Maranhão (1921)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

<sup>363</sup> LIMA, op. cit., p. 203.

destes poderes locais, como já descrito acerca do movimento em Sergipe, por exemplo.

Todavia, embora tenha existido uma certa aproximação com o coronelismo por parte da Coluna, o que mais ocorreu foram embates, pois boa parte da repressão que esta sofria, para além da exercida pelo próprio Exército, foi feita pelas polícias estaduais, que atuavam com destacamentos mistos juntamente com tropas federais, e pelos chamados batalhões patrióticos, formados a partir de iniciativa de chefe locais, que organizava e remunerava estes grupos. Inclusive, vários chefes de patrióticos e jagunços foram posteriormente comissionados como oficiais da reserva do Exército.<sup>364</sup>

Os coronéis embora fossem figuras políticas diversas dos caudilhos, pois estabeleciam relações de poder visando objetivos eleitorais, tendo o voto papel primordial<sup>365</sup>, ambos se aproximavam das relações de clientelismo baseada em formas pessoais de nomeação e o uso da violência como instrumento de competição política<sup>366</sup>.

O envolvimento civil gerou opiniões divergentes dentre os revoltosos de origem militar. Como veremos mais adiante, o envolvimento de operários não foi bem visto por alguns tenentes. Entretanto, o envolvimento civil advindo dos movimentos armados do Rio Grande do Sul não foi questionado, embora tenha-se discutido como organizá-lo e integrá-lo às forças militares. Talvez isso tenha se dado porque, ao contrário de São Paulo, onde os interessados eram em boa parte advindos das camadas mais pobres da sociedade, sem armamentos nem lideranças significativas, os caudilhos já possuíam experiência e organização de outros confrontos armados e possuíam armamentos.

Passamos alguns dias em Uruguaiana acolhendo e organizando os elementos civis que vinham aderir à revolução. Não havia armas nem

---

<sup>364</sup> DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 14, 15 e 149.

<sup>365</sup> DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. Aracaju: UFS, 1987, p. 16. Apud. SOUZA, Ricardo Luiz de. "Coronelismo: transformações, interpretações". *Tempos Históricos*. V. 08. Marechal Cândido Rondon, 1º semestre de 2006, p. 135. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

<sup>366</sup> WOLF, Eric R. & HANSEN, Edward C.. *Caudillo politics: a structural analysis*. *Comparative Studies in Society and History*. Vol. IX. The Hague: Mouton & Co., 1967, p. 169. Apud SOUZA, op. cit., p. 134.

fardamento para todos, mas isto não desapontava os voluntários gaúchos, há muito habituados àquele gênero de luta. (...) Não tardou a chegar em Uruguaiana o Honório de Lemos, caudilho que sustentara no ano anterior o movimento de rebelião contra o governo estadual do Dr. Borges de Medeiros.<sup>367</sup>

Segundo Drummond, "a Coluna Prestes teve nítida influência dos métodos guerrilheiros empregados nas lutas civis gaúchas de 1835-45 (Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha) e 1893-95 (Revolução Federalista) e ainda cultivados pelos libertadores em 1923 e 1924"<sup>368</sup>. Além disso, os caudilhos envolvidos tiveram participação direta no comando do movimento, pois raramente suas forças eram misturadas, ou passavam para um comandante militar, sendo, inclusive, esse detalhe motivo de conflito na construção do comando da Coluna Miguel Costa- Prestes:

(...) Infelizmente não pude aqui chegar com os 1500 homens com que saí de S. Luiz. Chefes como Ruy Zubaran, Innocencio Silva e Pedro Aarão, retiraram-se com verdadeiro pavor do sitio de S. Luiz, levando consigo criminosamente homens, armas e munição. (...) julgo urgentes e imprescindíveis as seguintes providencias: (...) Ordem para que os elementos que d'ahi vieram com o Cel. Fidencio sejam mandados addir a minha Brigada, pois que, estando muito bem armados e municados são os que maiores serviços poderão prestar. Desta forma, havendo unidade de commando, muito será aqui possível fazer. Occupada esta região e bem defendida poderá o Cel. Fidencio reunir os elementos civis de que dispõe e organizar a sua brigada. Não tenho pretensões de commando nem mesmo desejo de ter o Cel. Fidencio sob minhas ordens mas não tenho a necessária confiança para entregar-me com 800 homens á sua direcção. Emfim o que é impressindível é a unidade do commando para os elementos que desde já podem combater. Estou agindo de accordo com o Cel. Fidencio mas sinto que no primeiro momento difficil poderá haver desaccordo o que será o fracasso de grande parte do que podemos aqui fazer.(...)"<sup>369</sup>

Como podemos notar na carta acima, há um desconforto de Prestes com as retiradas dos caudilhos Ruy Zubaran, Innocencio Silva e Pedro Aarão, bem como com a maneira independente que agiam do restante da Coluna. Segundo Cordeiro de Farias, algumas adesões do tipo se transformavam em verdadeiros

---

<sup>367</sup> BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1954, p. 36-37.

<sup>368</sup> DRUMMOND, op. cit., p. 129-130.

<sup>369</sup> Grifos do autor. PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Isidoro Dias Lopes. Barracão, 10 de fevereiro de 1925. AESP - Cartas da Revolução de 1924.

desastres já que os caudilhos estavam habituados a “grandes correrias sem qualquer planejamento”.<sup>370</sup> Segundo Anita Prestes, é somente quando estes caudilhos maragatos se afastam da luta é que Prestes e os tenentes mais próximos, como Siqueira Campos, João Alberto e Cordeiro de Farias, conseguem atingir a unidade de comando que buscavam desde a saída do Rio Grande do Sul<sup>371</sup>.

Entretanto, o mesmo aponta que os caudilhos

eram excelentes intermediários entre o povo e o Exército revoltado. Conheciam toda a gente, sabiam em quem podíamos confiar. Posteriormente, entre 1924 e 1927, esses homens sofreram sucessivas derrotas. Fugiam para o exterior, compravam armas e voltavam ao Rio Grande com o propósito de continuar a luta. Formavam grupos de combate que mantinham a chama acesa em toda a faixa de fronteira<sup>372</sup>

Parece-nos que a articulação entre os tenentes e os maragatos foi realizado por intermédio de Isidoro Dias Lopes. Segundo Cordeiro de Farias, Isidoro conhecia todos os caudilhos do Rio Grande do Sul<sup>373</sup>. Isso muito se deve a sua experiência como chefe do Estado-Maior de Gumercindo Saraiva na Revolta Federalista em 1893. Essa influência de Isidoro continuou a auxiliar a Coluna, pois sua articulação, advinda da Argentina, ajudava a criar focos de agitação na região fronteira no sul do Brasil, referidas por Cordeiro como “colunas-relâmpagos”.<sup>374</sup>

Um ponto importante e a ser apresentado é a associação entre os termos maragatos e caudilhos. Os maragatos eram oposição aos castilhistas em 1923, entretanto os dois grupos eram compostos por caudilhos. Sobre a denominação dos grupos:

De acordo com Moacir Flores maragatos era a denominação dada aos federalistas que “com os invasores brasileiros vinham gaúchos uruguaiois, de um departamento que fora povoado por espanhóis

---

<sup>370</sup> CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 97.

<sup>371</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 69.

<sup>372</sup> CAMARGO; GÓES, op. cit., p. 86.

<sup>373</sup> Idem.

<sup>374</sup> Ibidem, p. 109.

oriundos da Maragataria. Os republicanos passaram a chamar os federalistas de maragatos como se fossem estrangeiros”<sup>375</sup>.

Dessa maneira, encontramos dentre as fontes a referência a perseguidores da Coluna enquanto chimangos, em oposição aos maragatos, que compunham o movimento, como observamos nesta carta de João Alberto Lins de Barros para Prestes:

As 11 horas de hontem uma columna de 300 a 400 provisórios nos atacou passo. Como eu não podia retirar diante do inimigo de dia sem ser perseguido, auxiliado pelo Fidencio resisti até de noite não conseguindo a chimangada tomar nossas posições que foram depois abandonadas em silêncio<sup>376</sup>

### **Tenentes e as populações urbanas**

Os militares, como vimos, realizavam diversos trabalhos nos quartéis e possuíam estreitas relações com o operariado, conforme pudemos verificar em trabalho anterior acerca da chamada Revolução de 1924<sup>377</sup>. Populares auxiliavam os soldados entrincheirados nas ruas, membros do Partido Comunista do Brasil (PCB), organizações sindicais e anarquistas tiveram participação ativa no movimento, tendo em vista o inimigo comum: o governo autoritário de Arthur Bernardes.

Apesar de a revolta de 1924 em São Paulo se apresentar como militar, a partir de suas lideranças e manifestos por elas lançados, o movimento contou, no decorrer de seu planejamento e execução, com componentes civis, como por exemplo, Lourenço Moreira Lima<sup>378</sup>, advogado depois nomeado secretário da coluna, e Waldomiro Rosa, que:

---

<sup>375</sup> FLORES, Moacyr. História do Rio Grande do Sul. 5ª Ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996, p. 158. Apud PEREIRA, Ledit de Paula. *O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na Revolução Federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 85.

<sup>376</sup> BARROS, João Alberto Lins de. Carta para Luiz Carlos Prestes. Barracão, Paraná, 20 de fevereiro de 1925. - CPDOC - Fundo Sadi Vale Machado.

<sup>377</sup> CASTRO, Maria Clara Spada de. *Tenentismo em 1924: a participação civil na Revolução Esquecida*. Guarulhos: Monografia de conclusão de curso, 2013.

<sup>378</sup> LIMA, op. cit., p. 31.

Era empregado do Banco Italo-Belga e socio do Major Miguel Costa, em uma fabrica de cigarros. Tomou parte nas reuniões em que discutiam os planos da rebelião na Rua Dutra Rodrigues, n. 12, e na sua residência, á Rua Frederico Alvarenga, n. 46. Reuniu os conspiradores em repetidas conferencias. Iniciado o movimento subversivo, foi nomeado pelo governo rebelde chefe dos serviços de radio-telephonia dos rebeldes, cargo esse que desempenhou tomando militarmente, em companhia do Dr. Alcantara Tocci e outros a estação radio-telephonica de Dias Cordeiro & Cia, á Rua 7 de Abril, donde eram irradiados discursos subversivos. Finalmente foi visto armado e effectuando prisões. Acompanhou os rebeldes já provido ao posto de capitão.<sup>379</sup>

Inicialmente a discussão a respeito desse tipo de participação provocou divergência entre os militares<sup>380</sup>, sendo que alguns achavam indispensável a participação popular e outros temiam pela segurança da revolta, pois, na interpretação deles, o envolvimento de um grande contingente de pessoas chamaria a atenção da vigilância do governo que buscava a instauração da ordem ou receavam perder o controle da situação e que o movimento tomasse características "bolchevistas". Observem as memórias de Lima sobre a questão:

Travei conhecimento, no Q.G., com dr. Almeida Tocci e tendo sabido que ele gozava de alguma influência entre os operários, incitei-o a promover um levante das classes trabalhadoras.

Dizia-se que três mil obreiros se tinham mandado oferecer ao general Isidoro, e que este não aceitara os seus serviços, com receio de ser desvirtuado aquele movimento pela irrupção de um levante bolchevista. (...)

O fantasma bolchevista não me atemorizava.

Alem disso, não encarava a Revolução somente pelo lado político, mas, tambem, pelos lados social e econômico.<sup>381</sup>

Em meio à luta, os líderes operários mais radicais pediram armas para que se constituíssem "batalhões verdadeiramente populares", a fim de cortarem as comunicações, levantarem as populações do interior e organizarem guerrilhas contra as forças governistas. Contudo, alguns dos chefes militares não concordaram<sup>382</sup>, como Juarez Távora e Isidoro Dias Lopes.

---

<sup>379</sup> *Successos Subversivos de São Paulo*. Denuncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da Republica, em comissão no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 85.

<sup>380</sup> CORREA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1967, p. 83.

<sup>381</sup> LIMA, *op. cit.*, p. 39 e 40.

<sup>382</sup> ZAIDAN FILHO, Michel. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 52 e 53.

Por outro lado, Joaquim Nunes de Carvalho, tenente que fora julgado como um dos cabeças da revolta em São Paulo <sup>383</sup>, acreditava que a participação de civis daria à revolta o seu caráter propriamente revolucionário, distanciando-a da simples agitação de quartel. Para ele "era preciso fazer-se revolução. Às classes armadas competiam iniciá-la, porque era a única força organizada capaz de opor séria resistência aos crimes e desmandos governamentais"<sup>384</sup>.

Joaquim Távora, que "estaria propenso a decisões mais radicais"<sup>385</sup>, foi outro que se mostrou sempre aberto ao diálogo com o proletariado, apoiado por Miguel Costa que era favorável à entrega de armas para a população. Contudo, Isidoro mostrou-se totalmente contrário e não admitia a participação das forças populares.

Durante a revolta:

os dirigentes operários, por várias vezes, procuraram avistar-se com elê, sem o conseguir, recebidos com displicência por qualquer oficial inferior, que os mandava apresentar-se aos postos de recrutamento!... No entanto êsses líderes, sabedores de que o movimento era aquêle que se estava articulando desde o Rio de Janeiro, queriam justamente propor o que antes havia sido combinado, ou seja, a criação de batalhões nitidamente populares."<sup>386</sup>

Juarez Távora, tendo em vista as Revoluções Francesa e Russa, as quais "pagaram tributos caríssimos de sangue à sede de vingança das massas oprimidas", questionava: "quem de nós seria capaz de prever as últimas consequências da subversão social criada pelo predomínio incontrastável do populacho" <sup>387</sup>.

Embora Miguel Costa e Joaquim Távora fossem a favor do envolvimento civil em São Paulo, o general e líder de maior posto na hierarquia militar era Isidoro e ele era quem determinava formalmente. Dessa maneira, não houve grande propaganda para adesão, embora ela tenha ocorrido em quantidade

---

<sup>383</sup> *Successos Subversivos de São Paulo*, *op. cit.*, p. 89.

<sup>384</sup> CARVALHO, Joaquim Nunes de. *1922 5 de julho - 1924*. Rio de Janeiro: Ed. Henrique Velho, 1944, p. 58.

<sup>385</sup> CORREA, *op. cit.*, p. 69

<sup>386</sup> DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 138.

<sup>387</sup> TAVORA, Juarez. *A' Guisa de Depoimentos sobre a Revolução Brasileira de 1924*. Vol. 1. São Paulo: O Combate, 1927, p. 91 e 92.



significativa.

Everardo Dias, jornalista, importante militante do movimento operário, preso durante a presidência de Arthur Bernardes sob a acusação de conspirar contra o governo, alegou ter sido procurado pelos tenentes para que mobilizasse o apoio do proletariado do Rio de Janeiro. A baixa adesão dos operários ao movimento se deu por conta de que a maioria dos sindicatos era vigiada pela polícia e "suas fileiras haviam sido dizimadas pelas deportações justamente dos elementos mais firmes e resolutos [após 1919] e os que restaram não queriam expor-se a maiores sofrimentos".<sup>388</sup>

Acerca de outros apoios, Everardo Dias afirma que:

Procurei [...] um entendimento com elementos dirigentes do Partido Comunista do Brasil, que controlava certo número de sindicatos [...] Também procurei outros líderes de Uniões e Alianças Operárias [...] mas notei fraca aceitação, todos alegando que qualquer assomo de agitação redundaria no fechamento dos sindicatos e prisão subsequente.<sup>389</sup>

Simultaneamente, os conspiradores militares procuraram e obtiveram o apoio de José Oiticica nas organizações de orientação anarquista<sup>390</sup> e iniciaram os contatos com Evaristo de Moraes em busca do apoio da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, dirigida por Sarandí Raposo, que organizava os ferroviários e os mineiros dos três estados do extremo sul do país<sup>391</sup>.

Segundo Edgard Leuenroth,

Foi promovida uma reunião de militantes com o fim de ser decidida a atitude em face do manifesto dos revolucionários dirigido ao povo e aos trabalhadores em particular. Nessa reunião, realizada na sede dos gráficos (...) foi aprovado o manifesto dirigido aos revolucionários (...). O jornal revolucionário que iniciou a sua publicação após a retirada das forças rebeldes de São Paulo - "5 de Julho", teve participação direta de anarquistas.<sup>392</sup>

Os anarquistas ainda propuseram ao general Isidoro que fornecesse

---

<sup>388</sup> DIAS, op. cit., p. 133.

<sup>389</sup> Ibidem, p. 134.

<sup>390</sup> DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 194.

<sup>391</sup> DIAS, op. cit., p. 134.

<sup>392</sup> LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: Roteiro de libertação social*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963, p. 119 e 120.

armas para que se formasse um batalhão civil autônomo, sem a disciplina e a interferência militar<sup>393</sup>. O general não concordou com a proposta e, no entanto, os anarquistas continuaram a apoiar o movimento e a instigar a participação popular, como se observa neste artigo do jornal libertário *A Plebe*:

Não podemos, sem transigir com os nossos princípios, deixar de olhar o movimento revolucionario triumphante com devida sympathia porque, vigorando os fins que o determinaram, muito aproveitaremos na propaganda dos nossos ideas de emancipação humana. [...] Já que não contamos com uma força consciente e moral no seio das classes trabalhadoras e populares para fazermos uma revolução genuinamente "nossa", entendemos que, como diz Malatesta, devemos contentar-nos com fazer uma revolução o mais "nossa" que seja possível, favorecendo e participando moral e materialmente, a todo movimento directo no sentido da justiça e da liberdade.<sup>394</sup>

O Partido Comunista do Brasil - PCB, por sua vez, se comprometeu a ajudar a armar os operários e a imprimir circulares em favor do movimento. Todavia, a conspiração foi denunciada por espões do Chefe de Polícia Carneiro da Fontoura e a partir de abril de 1924 diversos oficiais do Exército e da Marinha foram presos<sup>395</sup>.

Os civis que apoiaram e participaram do movimento se identificaram, de fato, com a política de oposição dos militares ao governo de Arthur Bernardes. O que aglutinou essas pessoas foi a insatisfação para com ele e não uma possível proposta de tomada de poder pelos tenentes, que inclusive, não havia.

Perante os bombardeios do governo federal sobre São Paulo, em 1924, a população passou a se manifestar ainda mais a favor da revolta por diversos motivos, entre afinidades ideológicas e inconformismo frente à atitude governista. "De fato, quem menos sofreu com o estúpido bombardeio (...) foi justamente o exército revolucionário. Enquanto as granadas feriam levemente a um soldado qualquer, matavam centenas de civis, na maioria mulheres e crianças".<sup>396</sup>

Iniciaram-se, assim, publicações de manifestos e organizações de

---

<sup>393</sup> RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos: pesquisa social 1922-1946*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1976, p. 227.

<sup>394</sup> O caracter da Revolução. *A Plebe*, São Paulo, 28 de jul. 1924, p. 1.

<sup>395</sup> DULLES, op. cit., p. 194.

<sup>396</sup> CABANAS, João. *A Coluna da morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 44-45.

comícios, como por exemplo, o realizado no Largo do Arouche, que convidava “as classes conservadoras, os estudantes, os operários e o povo em geral” a se mobilizarem<sup>397</sup>.

Com isso podemos notar que a adesão civil não se restringiu à corrente política, havendo anarquistas, comunistas, conservadores, ou à classe social. De acordo com informações presentes no processo:

Antonio Rodrigues de Carvalho (vulgo Carvalinho) - Jogador profissional e autor de varios roubos, estando á paisana, mas de espada e revólver, que foi um dos assaltantes que tomaram, a 9 de julho, posse do Gabinete de Investigação e Capturas. (...) no posto de tenente, tendo sido um dos seus primeiros cuidados, ao se investir dessa função, a destruição do promptuario em que se encontrava o registro dos seus antecedentes criminaes.<sup>398</sup>

Houve inclusive a libertação de presos e a inclusão destes no movimento, como foi o caso dos 165 presos libertados da Cadeia Pública pelo carcereiro Francisco Gonçalves do Nascimento, que foi nomeado como diretor do local pelos rebeldes.<sup>399</sup>

O envolvimento civil, intensificado em reação ao bombardeamento dos bairros operários paulistanos em julho de 1924, chegou a ser bastante sistematizado. Imigrantes pobres, residentes dos bairros operários da cidade de São Paulo, também porque viam este alistamento como única alternativa de sobrevivência, uma vez que obtinham mantimentos enquanto combatiam já que o trabalho nas fábricas estava interrompido, contribuíram com seus conhecimentos e habilidades adquiridos na Primeira Guerra Mundial, organizando batalhões por nacionalidades (Alemão, Húngaro e Italiano) de maneira independente dos militares brasileiros. Estes, "além de combater, eram

---

<sup>397</sup> Ao povo! A Mocidade. Por bem da mais humana das causas - a redenção de um país reduzido à ignóbil opressão! Por bem dos direitos de uma população aflita em consequência de um bombardeio impiedoso - crime horrível, que não poderá ficar impune! Convidam-se as classes conservadoras, a gloriosa mocidade paulista, a classe de valor nunca desmentido dos estudantes, o operariado - força viva do progresso - e o povo em geral para um comício cívico que se realizará hoje ás 3 horas da tarde, no largo do Arouche. O comício será de protesto contra o bombardeio da cidade - atentado de inaudita ousadia, perpetrado por aqueles, que se dizem defensores da ordem e da legalidade. Justiça Federal, seção de São Paulo. *Processos*, vol. 16, p. 242.

<sup>398</sup> *Successos Subversivos de São Paulo*, op. cit., p. 76

<sup>399</sup> *Ibidem*, p. 73.

encarregados do conserto de canhões, metralhadoras, automóveis [...] Também foram incumbidos da fabricação de carros blindados, de granadas, etc., o que evidencia haver entre eles um alto grau de especialização".<sup>400</sup> O fato de terem constituído batalhões organizados por nacionalidades, facilitando o relacionamento e a comunicação entre seus componentes, já nos mostra alguma experiência militar.

Para Laura Cristina M. Aquino, a participação civil, que contou com setecentos estrangeiros, deve ser examinada menos na quantidade dos que se alistaram, e mais na qualidade dessa participação e na repercussão que ela teve no momento<sup>401</sup>, tendo em vista que as lideranças tenentistas não tiveram grande preocupação em estimular a participação popular.

Após a eclosão do movimento na cidade de São Paulo, alguns dos operários participantes buscaram inserir suas ideias políticas na pauta da revolta, iniciando uma movimentação política de caráter revolucionário que não passou despercebida pelas classes dominantes. José Carlos Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo, advertiu em carta ao general Sócrates, comandante das forças legalistas: "Os operários agitam-se já e as aspirações bolchevistas manifestam-se abertamente. Será mais tarde pelos sem trabalho tentada com certeza a subversão da ordem social"<sup>402</sup>.

Para além do papel que os estrangeiros representaram na revolta propriamente dita, desempenharam também uma outra função, essa de caráter ideológico, que foi servir como mais um argumento para que o Estado brasileiro aumentasse a repressão contra as mobilizações opositoras ao governo e aos "indesejáveis". Sob a alegação de que os tenentes haviam armado estrangeiros para lutar contra brasileiros, o Estado criou instrumentos de repressão associados ao que Paulo Sérgio Pinheiro chamou de "mito da pátria

---

<sup>400</sup> AQUINO, Laura Cristina M. de. *A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995, p. 83.

<sup>401</sup> *Ibidem*, p. 60 e 61.

<sup>402</sup> DUARTE, Paulo. *Agora Nós! Crônica da Revolução Paulista São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 180.

ameaçada<sup>403</sup>.

Havia dentre os alemães que se alistaram em 1924, artilheiros, pilotos, peritos em metralhadoras e especialistas em outras ocupações ligadas à guerra<sup>404</sup>. Havia ainda aqueles que na Alemanha possuíam outros ofícios, antes de serem operários nas fábricas paulistas, como é o caso de Bruno Binger,

natural de Allestein na Prússia Oriental, dentista, com 23 anos de idade, chegou ao Brasil em 27 de março de 1924, procedente de Hamburgo. Passou três meses trabalhando numa fábrica de estampa, e residindo no Hotel Bomba Branca, à rua do Triunfo nº 3. Não recebeu o ordenado da fábrica, situada na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio e pertencente a um alemão de nome Rider. Depois encontrou trabalho como dentista mas faltando-lhe os recursos, deixou o serviço quando irrompeu a revolta. Em 25 de julho, entrou para o Batalhão Alemão para servir na Cruz Vermelha, mas em 27 de julho foi forçado a embarcar com a tropa<sup>405</sup>. Seguiu os rebeldes até o Mato Grosso<sup>406</sup>.

Conforme consta na fonte, em depoimentos à Justiça, Bruno afirmou que havia sido forçado a seguir com os rebeldes. Embora não tenhamos outras fontes que confirmem tais fatos, vale lembrar que o dentista se encontrava sob julgamento e tal afirmação poderia livrá-lo de uma possível condenação ou extradição.

O Batalhão Alemão foi o maior, o mais organizado e o que teve participação mais ativa do ponto de vista militar dentre os Batalhões Estrangeiros. Todavia, nem só de alemães era constituído. Possuía também suecos, austríacos, suíços e dinamarqueses. Antes da retirada de São Paulo, chegou a contar com cerca de trezentos homens em suas fileiras. Uma parte dessa tropa, cerca de cento e oitenta homens, seguiu junto com os rebeldes na noite de 27 de julho<sup>407</sup>. Assim como Bruno Binger, Arnould Kuhn, um dos comandantes do Batalhão Alemão e mais ativos estrangeiros durante a rebelião, participou também da marcha da Coluna Miguel Costa - Prestes.

O Batalhão Húngaro, que reunia tropas de diversas nacionalidades

---

<sup>403</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>404</sup> AQUINO, op. cit., p. 91 e 92.

<sup>405</sup> Justiça Federal, seção de São Paulo. *Processos*, vol. 35, p. 26 e 214.

<sup>406</sup> Ibidem, p. 606.

<sup>407</sup> AQUINO, op. cit., p. 103.

eslavas como romenos, tcheco-eslovacos e poloneses, tinha como principal função fazer o policiamento da cidade de São Paulo durante sua ocupação pelos rebeldes. Esse batalhão chegou a contar com cerca de cento e oitenta homens, sendo muitos deles refugiados políticos no Brasil, que foram recrutados pelo movimento. Mesmo incumbidos dessa tarefa, participaram de combates e acompanharam a retirada dos rebeldes<sup>408</sup> em direção à Foz do Iguaçu. O organizador deste batalhão foi Maximiliano Agid<sup>409</sup>, farmacêutico e dono de um laboratório de cosmético:

Agid foi, incontestavelmente, a alma *damnada* que movimentou o elemento hungaro na rebelião, arrastando para a luta os seus compatriotas e talvez mesmo os demais estrangeiros de outras nacionalidades.<sup>410</sup>

O batalhão que tinha por volta de 100 homens<sup>411</sup>, seguiu em retirada com as tropas revolucionárias da capital. Contudo, segundo depoimentos contidos no processo, o Batalhão Húngaro foi desarmado pelo Coronel Miguel Costa em Porto Epitácio<sup>412</sup>.

A quantidade de depoentes pertencentes ao Batalhão Italiano presente nos processos é bem pequena tendo em vistas os outros dois batalhões. Do italiano foram apenas nove depoentes, sendo seis jornalistas do jornal "Il Piccolo", um empregado do Banco Ítalo-Belga e dois operários. Todos esses depoimentos apontam Lamberti Sorrentino, Aldo Mario Geri e Ítalo Landucci como organizadores do Batalhão<sup>413</sup>.

Lambertini Sorrentino (...) No dia 25 ou 26, esteve fardado no Consulado Italiano, onde foi explicar ao Consul os fins da organização do Batalhão Italiano, tendo sido ahí mal recebido por aquella autoridade, que o poz do Consulado para fóra. Pouco depois foi a Redação do Il Piccolo, apresentando-se fardado de tenente e armado. Commandava nessa occasião uma força de uns 50 homens a cavallo, que ficaram na rua, enquanto Lamberti Sorrentino e Aldo Mario Geri, entraram na redação do Il Piccolo e ahí o primeiro, depois de se queixar ao sr. Arthur Grippa da maneira porque fora recebido pelo Consul, pediu áquelle jornalista que pelas columnas de seu diario concitasse a

---

<sup>408</sup> Ibidem, p. 118-125.

<sup>409</sup> Ibidem, p. 123.

<sup>410</sup> Successos Subversivos de São Paulo, op. cit., p. 96.

<sup>411</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>412</sup> AQUINO, op. cit., p. 125.

<sup>413</sup> Ibidem, p. 131.

colônia italiana a pegar em armas. Depois da retirada das forças revolucionárias, Sorrentino foi visto no interior comandando o batalhão italiano, juntamente com Aldo Mario Geri e Italo Landucci.<sup>414</sup>

Aldo Mario Geri, correspondente italiano do Banco Ítalo-Belga em São Paulo<sup>415</sup>, foi um dos primeiros a se apresentar aos rebeldes, tendo servido anteriormente no Batalhão Húngaro enquanto aguardava a criação do Batalhão Italiano. No processo, relatou-se que:

Foi com Lamberti Sorrentino á redacção do Il Piccolo no dia 25 ou 26 e nessa ocasião estava fardado de capitão e armado, estando apurado que com aquelle moço commandava o contingente de cavallaria que nesse dia esteve em frente da redacção do Il Piccolo. Fugiu com os revolucionarios.<sup>416</sup>

Ítalo Landucci, que teve ativa participação no movimento e na Coluna, sendo inclusive autor de uma das memórias sobre a marcha, "teve o mesmo papel de Aldo Mario Geri, tendo igualmente fugido com os revolucionários a 27 de julho".<sup>417</sup> Segundo informações do Diário de Pernambuco:

Landucci foi capitão de artilharia do exercito italiano e é veterano da guerra européa. Veio para o Brasil em 1920, installando-se em São Paulo, onde trabalhava no Banco Italo-Belga. Quando rebentou a revolução apresentou-se ao general Isidoro Lopes, fazendo toda a campanha ao lado de Prestes, como secretario deste, internando-se finalmente em Guaiba.<sup>418</sup>

O Batalhão Italiano foi composto por cerca de 60 homens, sendo 40 deles italianos e o restante de várias nacionalidades, inclusive portugueses, espanhóis e brasileiros.<sup>419</sup> Em comparação com os de outras nacionalidades, o italiano apresentou um número de integrantes bem pequeno, tendo em vista o grande contingente de italianos residentes em São Paulo. Segundo Laura de Aquino, isso se deu porque os italianos estavam mais envolvidos com o movimento sindical, infiltrados nas organizações trabalhistas que sofreram represálias antes da eclosão da revolta, enquanto os húngaros e alemães que não se

---

<sup>414</sup> Justiça Federal, seção de São Paulo. *Processos*, vol. 35, p. 598.

<sup>415</sup> *Ibidem*, p. 595.

<sup>416</sup> *Ibidem*, p. 598 e 599.

<sup>417</sup> *Ibidem*, p. 599.

<sup>418</sup> Diário de Pernambuco, 4 de janeiro de 1928.

<sup>419</sup> AQUINO, op. cit., p. 133.

manifestavam politicamente não levantaram suspeitas<sup>420</sup>.

Com a saída dos revoltosos da cidade, os Batalhões Estrangeiros os acompanharam. Em suas fileiras houve deserções e novas incorporações ao passarem pelo interior do estado de São Paulo até serem unidos a Coluna Rio-Grandense e originarem a Coluna Miguel Costa - Prestes, como por exemplo o "soldado Porphirio, um rapaz português que se incorporara à Revolução em S. Paulo, fez toda a campanha até a Bolívia (...) [e] servia como cozinheiro do fogão do Q.G."<sup>421</sup>.

(...) tenho como sempre desde de S. Paulo, muita confiança na ajuda para a Revolução de elementos estrangeiros, que aliás nos prestaram, com pequenas exceções, os melhores serviços. Ainda ahi mesmo, como contrariamos em parte as determinações officiaes nós aceitamos o engajamento dos optimos elementos paraguayos que nos ajudaram immensamente. Por isto que consulto o se lhes convém ahi uns 150 soldados dos melhores, entre allemães, austríacos e uns poucos italianos. Entre elles há uns que fabricam granadas, outros que são optimos soldados de fuis e metralhadoras (...)<sup>422</sup>

Em seus escritos, como o fragmento de carta apresentado acima, Alcântara Tocci confirma que os tenentes contrariavam as determinações oficiais de não aceitarem adesões civis. Essa aceitação era impulsionada na Coluna pela qualidade da contribuição oferecida em São Paulo por estes estrangeiros.

Em abril de 1925, o jornal Gazeta de Notícias publicou um documento apreendido escrito por Lamberti Sorrentino<sup>423</sup>, que foi redator da *Tribuna degli Italiani*, do *Il Piccolo* em São Paulo, foi correspondente de *La Nacion* e no movimento em São Paulo, em 1924, foi comissionado a capitão. O documento em questão, segundo o periódico, era dirigido ao jornal *Patria degli Italiani*, de Buenos Aires, e informava que na cidade de Britania, Goiás, desertaram para o

---

<sup>420</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>421</sup> LIMA, op. cit., p. 299.

<sup>422</sup> TOCCI, Alcântara. Carta para Luiz Carlos Prestes. S.L., 3 de março de 1925. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 64-66.

<sup>423</sup> O nome de Lamberti Sorrentino consta na galeria de 'Homens Ilustres de Sala Consilina' do Centro Studi e Ricerche Vallo di Diano Pietro Laveglia. Segundo as informações ali contidas, Sorrentino nasceu em Sala Consilina, na província de Salerno, na Itália, em 1899. Estudou na escola técnica de Nápoles e participou como segundo tenente da Primeira Guerra. Em 1923 veio para o Brasil. Disponível em [http://www.centrostudiodididiano.it/document/uomini\\_illustri\\_di\\_sala\\_consilina?catid=cf0a3d9b4ba64d3f98d5028eaece3740](http://www.centrostudiodididiano.it/document/uomini_illustri_di_sala_consilina?catid=cf0a3d9b4ba64d3f98d5028eaece3740) Acesso em 10/07/2016.



Paraguai setenta homens restantes do batalhão alemão e completa:

O batalhão alemão era commandado pelo capitão Kuhn, corajossissimo idealista que, na Allemanha, foi o autor do attentado a Rathenau. Os motivos da deserção devem ser procurados no facto de não ter podido o capitão em virtude de dificuldades logísticas, satisfazer compromissos assumidos, por contrato, com a sua milícia. O capitão Kuhn commandava todas as tropas que combateram na batalha de Tres Lagoas <sup>424</sup>.

Para além da acusação do assassinato do ministro alemão, o escrito de Sorrentino nos confirma que estes estrangeiros, no caso de Arnold Kuhn, exerciam importantes postos de comando.

O sucesso da retirada dos revolucionários da cidade através das estradas de ferro, que chegavam a aproximadamente seis mil homens<sup>425</sup>, com todos seus armamentos, munições e alimentos, se deu graças aos auxílios do operariado ferroviário. Vários foram indiciados, havendo entre eles funcionários da Sorocabana, da Central do Brasil e da São Paulo Railway:

Sebastião Silveira - Antonio Lopes - Ludgero de Moraes e Francisco Rodrigues (Empregados da Sorocabana) - Fizeram causa commum com os rebeldes; tiveram papel saliente na tomada da Estação e Telegrapho São Roque e São João e, finalmente, chefiaram os saques dos vagões da Estrada.<sup>426</sup>

O indivíduo Antonio Lopes, bagageiro da Estrada, era tão partidário da mashorca, que foi logo promovido a tenente.

Andava armado e fardado, tendo saqueado vagões de mercadorias na Estação de São João, onde alliciou voluntários e commandou o destacamento policial.<sup>427</sup>

Carlos Louvine Ennes (Machinista da Estrada de Ferro Central do Brasil) - Esteve trabalhando pela causa rebelde, com grande actividade, ao lado do Coronel João Francisco.

Foi quem forneceu a esse caudilho as varias locomotivas atiradas contra as linhas das forças leaes e quem mandava a soldadesca prender e trazer sob ameaça, á Estação, vários empregados da Estrada.<sup>428</sup>

O conferente da "São Paulo Railway", Amadeu Berling foi também visto na Estação da Luz, no primeiro dia da mashorca, armado de fuzil, auxiliando os rebeldes.

Nas officinas da "São Paulo Railway" onde foram fabricados o automóvel blindado, que os rebeldes abandonaram no Quartel da Luz, e o carro, também blindado, que serviu, no sector do Norte, ao Coronel João Francisco, para atacar a vanguarda da força legal, superintendia

---

<sup>424</sup> Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1925, p. 1 e 3.

<sup>425</sup> LIMA, op. cit., p. 61.

<sup>426</sup> Successos Subversivos de São Paulo, op. cit., p. 186.

<sup>427</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>428</sup> Ibidem, p. 117.

os serviços o indivíduo Manoel Garcia Senra, extremado adepto e grande auxiliar dos mashorqueiros.<sup>429</sup>

Segundo Everardo Dias, "talvez cinquenta por cento dos que acompanharam as forças até Bauru ou até às barrancas do Paraná era constituída de trabalhadores e civis simpatizantes"<sup>430</sup>. Este significativo envolvimento civil nos estimula a pensar que as instituições militares não podem ser pensadas isoladamente da sociedade, "elas fazem parte dos movimentos ocorridos na nação como um todo" <sup>431</sup>. Essa relação entre exército e sociedade não estava presente somente quando alguma desavença política acontecia, de cima para baixo, provocando mudanças no cotidiano das pessoas: "ela era permanente, marcada por solidariedades e conflitos reveladores de valores e costumes, que tinham história" <sup>432</sup>.

Em biografia de Miguel Costa, escrita por seu neto, o jornalista Yuri Abyaza Costa, consta que durante a Greve de 1917 Costa era capitão da Força Pública de São Paulo e foi enviado para acabar com a greve. De acordo com esse autor, Miguel Costa:

Organizou sua tropa de cavalaria e se dirigiu para o Belenzinho, à Mooca e ao Brás, locais onde se concentravam os maiores focos de operários. Em dado momento (...) desceu aos porões e se pôs em contato com a miséria do povo, com a fome a doença das crianças, com o descaso do poder público. Ele era do ventre do povo e como tal entendia perfeitamente suas reivindicações. Os grevistas explicaram que não eram baderneiros, que tinham suas famílias, seus desejos, suas necessidades, e que queriam viver condignamente como pessoas humanas. O que desejavam era um aumento de salário para sobreviver. Miguel Costa viu suas casas de porões infectos onde moravam famélicas amamentando filhos mirrados. Naqueles porões infectos moravam seus soldados. Os soldados do Regimento de Cavalaria. Ele compreendia-os porque via, ouvia e sentia o sofrimento deles. Levou a condição do povo ao Poder Público, intermediando o aumento do salário com o fim da greve (...).<sup>433</sup>

Embora não tenhamos encontrado fontes que confirmem a informação

---

<sup>429</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>430</sup> DIAS, op. cit., p. 140.

<sup>431</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros em 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 239.

<sup>432</sup> Idem.

<sup>433</sup> COSTA, Yuri Abyaza. *Miguel Costa: um herói brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 35-36.

acima, ela sugere uma proximidade de Costa com as camadas mais pobres da capital paulista.

Em 1924, diversas cidades do interior do estado de São Paulo tiveram movimentos de revolta simultaneamente à capital, ou logo após a saída das tropas de Isidoro, que marchavam em direção a Foz do Iguaçu. Também nestas cidades houve intensa movimentação civil, chegando algumas dessas a se levantarem sem qualquer influência direta das lideranças militares.

Exemplo destes casos são as cidades<sup>434</sup> de São Simão, aonde os rebeldes não chegaram, mas um grupo de civis constituiu um governo local, tendo um deles viajado para Jundiá, que se encontrava em domínio dos rebeldes, lá foi nomeado "governador civil" de São Simão, voltou a sua cidade e iniciou a movimentação por lá; Araras, onde políticos locais se organizaram, tomaram a Câmara, a Santa Casa, a cadeia, a delegacia de polícia e o armamento da Linha de Tiro 66. Segundo a denúncia, foram encontrados ofícios elaborados pelo governador da cidade nomeado no momento em questão, Francisco Octaviano da Silveira, e dirigidos para Isidoro. A movimentação iniciada em Araras tomou localidades próximas como Descalvado e Pirassununga; outros exemplos de cidades levantadas cujas lideranças eram civis são Barretos, Pindorama, Rio Preto, Piracicaba, Socorro, São Roque, Birigui, Jaú, Piratininga e Botucatu.

[Em] Botucatu (...) soube que uma força revolucionária ocupara a cidade pela madrugada.  
Procurei o comandante desta força (...) ela era constituída por civis, sob a direção dos advogados Giraldes de Francisco Filho e Sebastião Saraiva (...)<sup>435</sup>

Conforme a denúncia, esses civis circulavam de uma cidade para outra da proximidade, ou se deslocavam à capital a fim de fortalecer o movimento que ali ocorria. Vários desses envolvidos foram incorporados à Coluna Miguel Costa - Prestes:

---

<sup>434</sup> Os movimentos pelas cidades do interior de São Paulo carecem de estudos mais aprofundados. Os dados aqui apresentados estão contidos em *Successos Subversivos de São Paulo*, op. cit., p 159, 161, 176, 178, 181, 185, 193, 195 e 200.

<sup>435</sup> LIMA, op. cit., p. 54.

O sargento Armando Bacellar (...) era tipógrafo em Piracicaba, em julho de 1924. Marchou com um grupo de moços dessa cidade para S. Paulo, incorporando-se ao Exército Revolucionário, com o qual retirou, tendo feito toda a campanha do Paraná e a Grande Marcha, entrando enfim na Bolívia (...) Trabalhava na composição d'"O Libertador", juntamente com o tenente Adalberto Granja e os soldados Miguel, Sebastião e Oscar, estes últimos voluntários civis. Eram eles os tipógrafos que compunham o nosso jornal e depois do trabalho nas oficinas, seguiam para as linhas de fogo, onde se batiam como heróis.<sup>436</sup>

### ***Aproximações com o Partido Comunista***

Luiz Carlos Prestes, em entrevista à sua filha, Anita Prestes, afirmou que "os comandantes da Coluna depositavam grandes esperanças no Nordeste (...) [pois] tendo conhecimento do que era a miséria na região, os revolucionários alimentaram a ilusão de que iriam ter apoio popular"<sup>437</sup>. Como já dito no capítulo anterior, foi no Nordeste que a Coluna encontrou maior resistência, com exceção dos estados do Maranhão e Piauí, que lhes forneceram generosos contingentes de voluntários. Nos estados de Pernambuco e Ceará, houve uma intensa articulação com o comando da Coluna que planejava incorporar civis e militares a ela, porém essas articulações foram denunciadas e acabaram desmobilizadas pelo Estado.

Em Pernambuco, o principal elemento de ligação do movimento local com o iniciado no sul e sudeste era o tenente Cleto Campelo, do 21º Batalhão de Caçadores localizado em Recife. Quando da intervenção no governo estadual paraibano por Epitácio Pessoa em julho de 1922, o tenente Campelo foi preso e transferido para Mato Grosso, em decorrência de uma entrevista que cedeu ao jornal *Correio da Manhã* acerca do ocorrido. Em 1925, desertou do Exército e se envolveu em uma tentativa de levante em apoio à Coluna em Mato Grosso. Com a tentativa fracassada, seguiu para Pernambuco com a mesma intenção. Ali a conspiração se dava ao lado de Waldemar de Paula Lima, ex-tenente e simpático ao comunismo, e de Josias Carneiro Leão, jornalista comunista preso em dezembro de 1924 por articular junto aos tenentes no Rio de Janeiro, fugindo da

---

<sup>436</sup> Ibidem, p. 262-263.

<sup>437</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 224.

Casa de Detenção em abril de 1925 e seguindo para Recife.<sup>438</sup>

Segundo Moreira Lima, os planos, conforme informavam as correspondências de Cleto Campelo, era tomar Recife e enviar os tenentes Lourival Serôa Motta e Aristides de Souza Dantas, juntamente com o ex-aluno da Escola Militar Plínio de Araujo Coriolano, para se apossarem da capital da Paraíba<sup>439</sup>. Em 5 de janeiro de 1926, Prestes e Miguel Costa enviaram uma carta autorizando o início do movimento em Pernambuco:

Autorizados pelos Srs. Marechal Izidoro Dias Lopes e Dr. Assis Brasil, chefes militar e civil da Revolução Brasileira, dirigimos-nos aos chefes revolucionarios de Pernambuco, para lhes dizer que chegou o momento de pegarem em armas, desfraldando nesse Estado a bandeira vermelha da Revolução Nacional. (...) Iniciado o movimento, devem imediatamente ser procurados os elementos revolucionarios dos Estados vizinhos, ordenando-lhes, em nome dos chefes da Revolução Nacional, a levantarem os respectivos elementos.<sup>440</sup>

Em carta de mesma data, Josias Carneiro Leão comunica que o entendimento com o operariado pernambucano e a adesão deste ao movimento poderia se dar através do Partido Comunista caso ocorresse o seguinte:

(...) 1º - Garantia absoluta da mais completa liberdade de propaganda das idéas communistas.  
2º - Permissão para organização do Partido Communista sem intervenção nem fiscalização da Policia. (...)  
4º - Cessão ao Partido Communista de um prelo confiscado á Imprensa do Governo. (...)<sup>441</sup>

Em resposta ao civil Josias Leão, que tem seu nome seguido de uma patente militar atribuída pelo comando da Coluna, é garantido o solicitado pelo Partido:

Ao Snr. Josias Leão,  
1º Tenente do Estado Maior desta 1ª Divisão.  
(...) a respeito das possibilidades de um entendimento da Revolução Brasileira com elementos operarios de Pernambuco, por intermedio do

---

<sup>438</sup> DULLES, op. cit., p. 203-204.

<sup>439</sup> LIMA, op. cit., p. 235.

<sup>440</sup> COSTA, Miguel, PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Leopoldo Nery da Fonseca, Simpson, Severino Gambôa Cardim, Cleto da Costa Campello, Celso Uchôa Cavalcante, Aristóteles Souza Dantas, Sylvio Guimarães Cravo, Christiano Cordeiro, Alfredo de Moraes Coutinho, J. Carlos Mariz e Osmundo Borba, organizadores do movimento revolucionário no Estado de Pernambuco. Natal, Piauí, 5 de janeiro de 1926. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 614-617.

<sup>441</sup> LEÃO, Josias Carneiro. Carta sem remetente especificado. Natal, 5 de janeiro de 1926, CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 609.

Partido Comunista daquele Estado, sentimos-nos autorizados a dizer-lhe (...):

- Que a Revolução Brasileira (...) tem como supremo ideal a completa liberdade de pensamento. Assim sendo, quando victoriosa, assegurará a inteira liberdade de propaganda de todas e quaesquer idéas sociaes e communistas, bem como a organização de partidos operarios, sem a vexatoria intervenção policial. Tudo aliás, já garantido pela Constituição de 24 de Fevereiro.

- Que, procurando assegurar a verdade do voto, unificando o regimen eleitoral e adoptando o voto secreto, permittirá naturalmente o ingresso nas assembleas e cargos electivos de representantes do operariado e, portanto, mais facil propaganda no parlamento de todas as idéas que defendem.

- Que assegurando o ensino primario gratuito em todo o paiz e fomentando o ensino profissional, trará a desanalphabetização do nosso povo e, portanto, uma mais facil comprehensão dos direitos do operariado. (...)

- Que a Revolução, procurando, de accordo com as actuaes condições do nosso operariado, modernisar a legislação social, de maneira a conseguir que a revolução social seja feita no Brasil sem maior derramamento de sangue - protegerá o operariado contra os abusos do capital e auxiliará os desherdados da fortuna, acabando de vez com o contrasenso de, num paiz rico e grande como o nosso, tão grande ser a miseria da maioria do nosso povo.

- Que procurando fazer uma melhor distribuição da riqueza publica, tornará o pequeno trabalhador proprietario de facto da terra e, portanto, contituil-o-á a verdadeira base do progresso economico nacional. (...)<sup>442</sup>

Embora a carta acima não se encontre assinada por nenhuma liderança específica, outras cartas foram enviadas no mesmo dia, 5 de janeiro de 1926, em nome do Quartel General e assinadas por Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes (como a carta citada acima, que dava autorização para o início do levante em Pernambuco, e a que analisaremos mais abaixo).

Assim sendo, podemos afirmar que Prestes, personagem ao qual foi dedicado um maior número de estudos, teve contato direto com o ideário comunista antes do que ele mesmo declarava ter tido, em fins de 1927, com a visita de Astrogildo Pereira em seu exílio na Bolívia<sup>443</sup>.

A resposta dada na carta a Josias Leão vai além da solicitação de liberdade de organização e imprensa para o operariado que o Partido Comunista

---

<sup>442</sup> COSTA, Miguel. Carta para Josias Leão. Natal, Piauí, 5 de janeiro de 1926. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 619-621.

<sup>443</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 104. MORAES, Denis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982, p. 38.

solicitava. Nela estava endossada a pauta que já vinha sendo anunciada pelos tenentes, que continha a busca pelo voto secreto, restauração da Constituição e ensino gratuito. De inédito estava incluído "modernização da legislação social" que visava à realização da "revolução social sem maior derramamento de sangue", proteção ao operariado "contra os abusos do capital", "acabar de vez" com o abismo da diferença de renda, e posse de terra para os pequenos agricultores, isto é, uma reforma agrária.

Em outro trecho da carta, que seguiam mais instruções aos revolucionários em Pernambuco, Prestes e Miguel Costa orientavam que se fizesse um manifesto ao povo explicando os motivos e ideais defendidos pelo movimento. Ao listá-los, incluíam "assegurar completa liberdade de pensamento, permitindo a mais ampla propaganda de ideias sociais e comunistas, bem como a organização de sociedades e partidos operários sem a indevida e vexatória intervenção policial" <sup>444</sup>.

Talvez a inclusão destas novas pautas e ideais, politicamente mais libertárias, se tenha dado por conta do distanciamento de elementos mais conservadores do comando da Coluna. Isidoro Dias Lopes exilado na Argentina não conseguia se comunicar constantemente com os que marchavam, e em dezembro de 1925 Juarez Távora fora preso em Teresina. Outra possibilidade é que esse posicionamento político tenha sido estimulado a partir do afastamento destes membros mais conservadores juntamente das experiências e vivências pelas quais passaram os que marchavam pelo sertão brasileiro.

Em outra carta de Josias Leão, também datada de 5 de janeiro de 1926, o jornalista continuava a enviar notícias sobre os planos em Pernambuco para a Coluna, que no momento passava pelo Piauí:

(...) Sob a direção do Dr. Christiano Cordeiro encontram-se organizados perto de 2.000 operários que tomarão parte no movimento depois de iniciado. (...) Pode-se contar com segurança com 50 homens, sendo 21 desertados da Marinha de Guerra, 20 operários

---

<sup>444</sup> COSTA, Miguel; PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Leopoldo Nery da Fonseca, Simpson, Severino Gambôa Cardim, Cleto da Costa Campello, Celso Uchôa Cavalcante, Aristóteles Souza Dantas, Sylvio Guimarães Cravo, Christiano Cordeiro, Alfredo de Moraes Coutinho, J. Carlos Mariz e Osmundo Borba, organizadores do movimento revolucionário no Estado de Pernambuco. Natal, Piauí, 5 de janeiro de 1926. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 614-617.

habitados a luta e 10 reservistas, officiaes, etc (...). De Palmares (5 horas de trem de Recife) a União, em Lagoas pode-se conseguir, logo depois de iniciado o movimento, mais ou menos uns 200 homens com Winchester e munição. (...) Na Cavallaria da Policia contamos tambem com sargentos e soldados de confiança. (...)

Alagôas - contamos com preciosos elementos no interior do Estado. (...) Parahyba - Não contamos com cousa alguma nesse Estado.

Rio G. do Norte - A queda do governo nesse Estado é cousa que não tem a minima importancia. Pode se resolver com uma offensiva apenas telegraphica. Entretanto, para simular, seria bom levantar uma columna ligeira de 50 ou 60 homens. Não há difficuldade alguma em conseguir essa gente. <sup>445</sup>

Faltam-nos outras fontes para confirmar toda a articulação comentada na carta, mas ela nos dá a ideia da amplitude da organização que ocorria na região Nordeste, envolvendo, inclusive, grande número de civis. Cristiano Cordeiro, tido como diretor de tal organização do operariado pernambucano, foi um dos primeiros líderes do Partido Comunista em Pernambuco, com intensa atuação sindical na região.<sup>446</sup>

No Ceará, segundo correspondência de Waldemar de Paula Lima - suboficial da Marinha e emissário de Cleto Campelo - para o comando da Coluna, os indicados para dirigirem o movimento<sup>447</sup> eram Manoel Fernandes Távora - um dos irmãos mais velhos dos Távora, diretor e redator do jornal *A Tribuna*, que circulou entre 1921 e 1925, de forte oposição ao governo de Arthur Bernardes e fechado a partir do estado de sítio decretado com a aproximação da Coluna ao estado<sup>448</sup>-, Julio de Matos Ibiapina - que foi diretor do *Diário do Estado*, professor do Liceu, Escola Normal e Colégio Militar do Ceará, fundador do jornal oposicionista *O Ceará* em 1924, combatente do clericalismo, escrevia ainda para o *Correio do Povo* e o *Correio da Manhã*<sup>449</sup> - , e o tenente-coronel

---

<sup>445</sup> LEÃO, Josias Carneiro. Carta sem remetente especificado. Natal, 5 de janeiro de 1926. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 610-613.

<sup>446</sup> CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi*: da Coluna Prestes a queda de Arraes - Memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 44, 55-54.

<sup>447</sup> LIMA, Waldemar. Carta para o Comando da Coluna. Natal, 5 de janeiro de 1926. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 603.

<sup>448</sup> ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manuel-do-nascimento-fernandes-tavora> Acesso em 23/08/2016.

<sup>449</sup> NOBRE, F. Silva. 1001 Cearenses Notáveis. Disponível em [http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2428&catid=293&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2428&catid=293&Itemid=101) Acesso em 23/08/2016.



Wicar Parente de Paula Pessôa, professor do Colégio Militar. Ambos, segundo a carta, estavam em constante ligação com Recife através do Capitão Sampson, preso em 1922 na Vila Militar<sup>450</sup>, e de Sylvio Cravo, advogado e comunista. Entretanto, Prestes indicava para o governo do estado, assim que o sucesso da revolta fosse alcançado, Manoel Távora e Wicar Pessoa na direção militar<sup>451</sup>.

Assim como em Pernambuco, no Ceará também foi dada a autorização de início do movimento em 5 de janeiro de 1926. A carta enviada por Prestes para José Ademar Fernandes Távora, um dos irmãos mais novos dos Távora<sup>452</sup>, afirmava que havia chegado o momento de início da Revolução, pois "nossas forças federaes que já se acham muito proximas ás fronteiras do Ceará encontram-se em condições de apoiar qualquer movimento que seja ahi iniciado."<sup>453</sup>

Em outra carta, de mesma data, enviada para o comando do movimento no estado do Ceará, Prestes e Miguel Costa enviavam as mesmas orientações que seguiram para Pernambuco:

(...) chegou o momento de pegarem em armas, desfraldando nesse Estado a bandeira vermelha da Revolução Nacional. (...) Ao ser iniciado o movimento deve ser dirigido ao povo do Nordeste um manifesto tranquillizando-o, dando-lhe todas as garantias e explicando os motivos da Revolução e ideias que defende. (...) assegurar completa liberdade de pensamento, permitindo a mais ampla propaganda de ideias sociais e comunistas, bem como a organização de sociedades a partidos operários sem a indebita e vexatória intervenção policial.<sup>454</sup>

O plano inicial era começar a movimentação em Recife e em caso de fracasso deslocá-lo de encontro à Coluna, em meio ao sertão nordestino.<sup>455</sup> Entretanto, no dia 8 de fevereiro, a polícia apreendeu todo o armamento disposto

---

<sup>450</sup> TÁVORA, *Uma vida e muitas lutas*: memórias. Vol. 1 - Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1973, p. 120.

<sup>451</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Wicar. Natal, Piauí, 5 de janeiro de 1926. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 618.

<sup>452</sup> TÁVORA, op. cit., p. 57.

<sup>453</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Adhemar Távora, Natal, Piauí, 5 de janeiro de 1926. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 605.

<sup>454</sup> COSTA, Miguel; PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Dr. Julio de Mattos Ibiapina, Tenente-coronel Wicar Parente de Paula Pessôa, 1º tenente José Pinheiro Barreira, Dr. Adhemar Fernandes Távora, Coronel José Carlos Leal e Mario Leal. Natal, Piauí, 5 de janeiro de 1926. CPDOC - Fundo Juarez Távora, JT dpf 1924.05.10, p. 606-608.

<sup>455</sup> CAVALCANTI, op. cit., p. 56.

e recolheu às delegacias os suspeitos, desmobilizando o levante inicial. Dez dias depois, Cleto e Waldemar organizaram uma coluna que seguiu para cidades vizinhas de Recife em direção ao interior:

(...) marchando a pé de Areias a Jaboatão, tomaram a cadeia pública (...). Na estação ferroviária local, a Coluna apoderou-se de uma composição e partiu para a cidade seguinte, já agora com uns cem voluntários armados. Depois, no município de Moreno, realizou a mesma façanha: toma a cadeia, solta os presos, prende a soldadesca (...). No quilômetro 43 da estrada de ferro, retiram os revoltosos, de uma pedreira, cargas de dinamite. (...) A trezentos metros de Gravatá, Cleto fez estancar o trem e desceu com metade da Coluna para atacar a cadeia pelo seu flanco esquerdo (...) em meio ao cerrado tiroteio (...) arrastando-se pelo chão, seguido de um companheiro, Cleto penetrou no edifício, logo jogando uma granada de mão no seu interior. Tomando conhecimento de que não havia mais nenhuma resistência, os presos deitados no chão a pedir clemência, Cleto voltou à porta principal da cadeia e, de pé, fez sinais com os braços para que cessasse a fuzilaria de seus companheiros. Nesse momento, uma bala o transfixou (...).<sup>456</sup>

Cleto da Costa Campelo Filho, segundo Cristiano Cordeiro, teve contato com vários livros sobre socialismo e quando preso em 1922 conviveu com Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Entrou para clandestinidade em 1924, quando foi enviado ao Rio de Janeiro para abafar os levantes militares que lá ocorriam. Em seu retorno a Recife, começou a articular a revolta no Nordeste com militares e civis, alguns, inclusive, do Partido Comunista. Da Paraíba, mantinha estreitas ligações com os tenentes Aristóteles Dantas e Serôa da Motta e o ex-aluno da Escola Militar Plínio de Araujo Coriolano, enviados por Cleto à Paraíba para organizarem o movimento por lá.<sup>457</sup> Após a sua morte, no início da movimentação que buscava ir ao encontro da Coluna Miguel Costa - Prestes, Waldemar Lima e o Sargento Severino Cavalcanti reorganizaram o pouco mais de trinta que restaram. Entretanto, "Waldemar de Paula Lima é sangrado com vinte e cinco punhaladas, correndo também a versão de que, morto, sua cabeça foi decepada".<sup>458</sup> Segundo Moreira Lima, os planos ao entorno de Cleto Campelo foram denunciados pelo deputado Raymundo Nonato Batista Santos, que se

---

<sup>456</sup> Ibidem, p. 58-59.

<sup>457</sup> Ibidem, p. 56-57. LIMA, op. cit., p. 235.

<sup>458</sup> CAVALCANTI, op. cit., p. 59-60.

incorporou à Coluna em Goiás e desertou no Ceará<sup>459</sup>.

No início de fevereiro de 1926, quando a Coluna chegou à Paraíba, o destacamento de João Alberto buscou ligações com Dantas e Serôa Motta, que no dia 5 foram atacados e presos pela polícia paraibana. No dia 12, o grosso da Coluna chegou a Pernambuco, mas por não conseguirem contato com o grupo de Cleto Campelo, que já estava desbaratado, seguiram. Obtiveram notícia do grupo pernambucano somente quando alcançaram o estado da Bahia, por meio de jornais<sup>460</sup>. Segundo Octávio Brandão, o insucesso se deu por que "os comunistas de Pernambuco não aplicaram as diretivas" da Comissão Central Executiva do Partido<sup>461</sup>.

Conforme o definido pelo II Congresso do PCB, os "tenentes" eram vistos como "essencialmente pequeno-burgueses", vinculados à burguesia industrial e apoiados pelo imperialismo norte-americano. Entretanto, o mesmo Congresso orientava uma aproximação do Partido com a pequena-burguesia, visando um alargamento do espectro social a ser atingido.<sup>462</sup> Neste sentido, Octávio Brandão escreveu:

Lutemos por impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente no sentido marxista-leninista, prolongando-a o mais possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal.<sup>463</sup>

Octávio Brandão fez parte da comissão executiva do PCB em 1923 e no ano seguinte, na clandestinidade, iniciou a redação de *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*, que veio a ser publicado em março de 1926, mas que já circulava em cópias datilografadas e serviu de subsídio para as teses de

---

<sup>459</sup> LIMA, op. cit., p. 220 e 236.

<sup>460</sup> Ibidem, p. 260.

<sup>461</sup> BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 281.

<sup>462</sup> KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 184, 186-187.

<sup>463</sup> BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil - 1924*. 2ª Ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006, p. 133.

Astrogildo Pereira, apresentadas no II Congresso do PCB em maio de 1925<sup>464</sup>.

Em sua análise acerca do movimento de 1924 em São Paulo, ele considera que significou a “segunda batalha que a pequena-burguesia nacional travou contra os fazendeiros de café, senhores da nação”, sendo ela integrante de "uma grande batalha internacional: a guerra internacional das classes." <sup>465</sup>

Conforme Brandão, o PCB se envolveu com os movimentos tenentistas somente em 1923, no planejamento do levante de 1924, oferecendo o seguinte a Isidoro Dias Lopes - que, como já sabemos, recusou:

Não podemos iniciar a luta armada, mas, depois de começada, tomaremos uma tipografia, lançaremos um jornal próprio e podemos armar milhares de trabalhadores que decidirão da luta e da vitória. São Paulo sozinho não poderá triunfar. A vitória depende das insurreições armadas simultâneas no Rio de Janeiro e em São Paulo.<sup>466</sup>

Segundo Octávio Brandão, ele defendia a aliança do Partido, "em determinadas condições, com os revoltosos pequeno-burgueses" e a "Coluna Prestes - Miguel Costa contra os ataques reacionários e contra as confusões dos "esquerdistas" que negavam a importância da mesma<sup>467</sup>. Sua posição vai ser refletida nas discussões internas do PCB: "Os revolucionários da Coluna Prestes simpatizavam particularmente com a nossa luta contra o imperialismo, o que é da maior importância, se bem que sua simpatia parta de um ponto de vista patriótico e nacionalista"<sup>468</sup>

### ***O 5 de julho e O Libertador***

O semanário *5 de Julho* começou a circular no Rio de Janeiro em agosto de 1924, impresso por Antônio Bernardo Canellas, ex-anarquista, integrante da primeira Comissão Central Executiva do PCB eleito em 1922 como secretário internacional, com a assistência dos irmãos Rodolfo, Paulo e Pedro Mota<sup>469</sup>.

---

<sup>464</sup> MORAES, João Quartim. Um livro fundador. In: BRANDÃO, op. cit., p. 11 e 12.

<sup>465</sup> BRANDÃO, op. cit., p. 25 e 31.

<sup>466</sup> BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 280.

<sup>467</sup> Ibidem, p. 281.

<sup>468</sup> PCB. Teses & resoluções adotadas pelo III Congresso do Partido Comunista do Brasil, p. 7. Apud KAREPOVS, op. cit., p. 557.

<sup>469</sup> DULLES, op. cit., p. 200.

Apesar da rigorosa censura durante o estado de sítio, este jornal não teve sua publicação suspensa. Segundo Everardo Dias,

sua publicação, malgrado todos os processos empregados pela polícia secreta, do Distrito Federal, pelas gordas ofertas em dinheiro (50 contos) a quem denunciasse os editôres ou onde estava sendo composto e impresso, nunca foi interrompida nem se conseguiu descobrir quem foi seu autor, seu editor, onde era composto e impresso. Essa publicação saiu interrupta até o fim do governo Bernardes <sup>470</sup>.

Seu principal propósito era denunciar as atrocidades do governo de Arthur Bernardes.

Eis os principais itens desse libello:

1º. Nós accusamos os camorristas do bernardismo de terem delapidado os cofres publicos;

2º. Nós accusamos da pratica de crimes de direito commum (assassinatos, suppliciamentos, saques e roupos) contra o povo brasileiro.

3º. Nós os accusamos de ter rasgado a Constituição e destruido a tradição liberal dos nossos costumes políticos;

4º. e nós os accusamos, finalmente, de CONSPIRAR CONTRA A INDEPENDENCIA DA NAÇÃO BRASILEIRA.<sup>471</sup>

Encontramos também as denúncias da censura de informações no Rio de Janeiro e no restante do país acerca do ocorrido em São Paulo:

Não podemos nem devemos occultar ao povo carioca a situação em que nos encontramos. A imprensa governista continua a apregoar que é solida a posição do tyranno do Cattete. Não acreditemos na aparente tranquilidade dos elementos bernardistas. Não confiemos demasiadamente na sua insensatez, na sua inconsciência, na sua ignorancia dos acontecimentos.<sup>472</sup>

E ainda convoca os soldados que se encontravam ao lado das forças legalistas a integrarem as forças revoltosas:

Vós, soldados, perante a Razão e perante a Justiça, não deveis obediencia a Arthur Bernardes. O vosso logar é ao lado daquelles que pegaram em armas para livrar o Brasil da ruina, da escravidão e da deshonra.<sup>473</sup>

José Maria Reis Perdigão trabalhou no jornal *A Nação* até se envolver na Revolta de 5 de Julho de 1924, e fundou o jornal *O Libertador*, publicado pelos

---

<sup>470</sup> DIAS, op. cit., p. 141.

<sup>471</sup> O processo do bernardismo. *5 de Julho*, Rio de Janeiro, s/d, ano 1, nº 5, p. 1.

<sup>472</sup> Ao povo carioca. *5 de Julho*, Rio de Janeiro, s/d, ano 1, nº 5, p. 2.

<sup>473</sup> Soldados. *5 de Julho*, Rio de Janeiro, s/d, ano 1, nº 7, p. 4.

revolucionários, que circulou em seis edições<sup>474</sup>. O Jornal diário *A Nação* foi fundado na cidade do Rio de Janeiro, em 1923 por Leônidas de Resende e Maurício Paiva de Lacerda e circulou até 1924 como um jornal de oposição ao governo. Retornou no ano de 1927 como órgão do Partido Comunista do Brasil<sup>475</sup>.

Perdigão, quando a Coluna passava por Catanduvas, ficou na região resguardando sua passagem para o Mato Grosso rumo ao Nordeste. Depois disso, Isidoro ordenou-lhe que fosse para o Paraguai, onde permaneceu em 1925, seguindo no ano seguinte para Argentina.<sup>476</sup>

As ligações e influências da Coluna com o comunismo também se deram através da manutenção destes periódicos, tidos como porta voz dos movimentos tenentistas no período.

### ***Apoio na Câmara dos Deputados***

Como já dito anteriormente, a figura do deputado federal Batista Luzardo foi bastante importante para informar a população e os revolucionários do paradeiro da Coluna, pois o deputado trocava correspondência com os revoltosos e transmitia as informações através de seus discursos na Câmara, que eram impressos em jornais, driblando a censura imposta pelo governo.

Luzardo<sup>477</sup> formou-se em medicina e em direito no Rio de Janeiro, em 1916 e 1918, respectivamente. Retornando a Uruguaiana, sua cidade natal, fundou em 1922 a Policlínica da cidade. No mesmo período, assumiu a direção do jornal federalista *A Nação*, de grande circulação na região fronteira e de

---

<sup>474</sup> ABREU; BELOCH (Orgs.), op. cit. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PERDIG%C3%83O,%20Reis.pdf> Acesso em 03/09/2016.

<sup>475</sup> Idem. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NA%C3%87%C3%83O,%20A.pdf> Acesso em 03/09/2016.

<sup>476</sup> MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. *Mashorqueiros ou procellários? A experiência tenentista no Maranhão*: política, cultura histórica, imaginário, personagens... Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015, p. 89.

<sup>477</sup> ABREU; BELOCH (Orgs.), op. cit. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LUZARDO,%20Batista.pdf> Acesso em 28/08/2016. CARNEIRO, Glauco. *Lusardo: o último caudilho*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

oposição a José Antônio Flores da Cunha (líder do Partido Republicano Rio-Grandense e na época intendente de Uruguaiana, cargo equivalente ao de prefeito).

Em meio à quinta candidatura consecutiva de Borges de Medeiros para presidente de estado do Rio Grande do Sul, Luzardo, que ainda não possuía vínculos partidários, se juntou aos federalistas e à ala republicana dissidente em torno da candidatura de Assis Brasil. Como já dito anteriormente, Borges de Medeiros acabou vencendo as eleições, mas a oposição fez forte pressão para que ocorresse uma intervenção federal no estado e para isso se utilizou de mobilização armada. Neste período de guerrilha, em 1923, com a chegada da coluna de Honório Lemes a Uruguaiana, Luzardo se incorporou a ela, sendo nomeado chefe do estado-maior e participando de importantes combates no norte do estado.

Por fim, a intervenção federal ocorreu, não destituiu Borges de Medeiros e culminou com a assinatura do Pacto de Pedras Altas. Juntamente com Assis Brasil e Honório Lemes, Luzardo participou das negociações junto ao Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho.

No início de 1924, os grupos oposicionistas gaúchos realizaram um congresso na cidade de São Gabriel, no qual foi fundada a Aliança Libertadora, e escolheram sete candidatos para Câmara dos Deputados, dentre eles Luzardo, que acabou eleito como o mais votado dentre os libertadores.

Utilizando de suas imunidades parlamentares, Luzardo conseguia divulgar as atividades e ideários dos movimentos tenentistas em questão, com quem já mantinha contato no Sul antes mesmo da eclosão dos movimentos em 1924. Com o exílio da Coluna em 1927, continuou como peça chave para os envolvidos, pois era um aliado nas discussões acerca da anistia.

Outro parlamentar com que os movimentos tenentistas mantinham relações era João Batista de Azevedo Lima. Deputado federal desde 1921 foi membro do Bloco Operário e Camponês (BOC), criado em 1927 a partir de esforços do Partido Comunista do Brasil (PCB).

O PCB defendia, entre outros pontos, a participação dos trabalhadores nos processos eleitorais e nos parlamentos, buscando utilizar-se de tais ocasiões e espaços para fazer denúncias, propaganda e agitação política. Nesse sentido, impulsionou, na segunda metade da década

de 1920, a criação de uma organização política de frente única. Azevedo Lima, que não era militante do PCB, aderiu à proposta do BOC, muito embora, mais adiante, se indispusesse com os comunistas e acabasse sendo expulso do bloco.<sup>478</sup>

Azevedo Lima também foi importante porta voz das causas tenentistas. Segundo Dainis Karepovs, Lima dava vazão aos apelos e denúncias dos revoltosos e seus discursos em 1928 se referiam dentre outras questões a "irregularidades e desmandos ocorridos no Colégio Militar e na Escola Militar"<sup>479</sup>, o que nos insinua uma aproximação com as classes militares.

A partir de uma carta de Isidoro podemos notar outros parlamentares que possuíam uma maior proximidade com o movimento:

(...) quasi sem éco, apesar de varonil e potente, era a voz de Azevedo Lima que nos amparava, denunciando a tyramnia (...). Mas o que dura vence, e surgem Bergamini, Caetano Silva, Plínio Casado, Luzardo e Wencesláu Escobar, que se alinham para o bom combate na Camara dos Deputados. E em seguida apparecem Lauro Sodré, Antonio Muniz, Soares dos Santos e muitos outros, no Senado. E Barbosa Lima -- o mestre austero da palavra, que é um raio que fulmina, faz ouvir sua voz que retomba pelo paiz inteiro<sup>480</sup>

Não encontramos em nossas fontes maiores detalhes de como essa proximidade com os parlamentares se dava, o que muito provavelmente deve constar nos discursos publicados nos anais da Câmara. No entanto, podemos ter uma ideia a partir da trajetória de cada um desses deputados.

Adolfo Bergamini era bacharel em Direito e fundador do *O Jornal*, onde permaneceu até 1925. Em 1924, foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro e assumiu, juntamente com o senador Antônio Muniz Sodré, a direção do jornal *Correio da Manhã*, que valendo de suas imunidades parlamentares, faziam tal jornal circular mesmo tendo sido fechado pelo estado de sítio que perdurou até 1926. Na Câmara fazia oposição ao governo de Arthur Bernardes.<sup>481</sup>

---

<sup>478</sup> ABREU; BELOCH (Orgs.), op. cit. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Jo%C3%A3o%20Batista%20de%20Azevedo.pdf> Acesso em 28/08/2016.

<sup>479</sup> KAREPOVS, op. cit., p. 192 e 457.

<sup>480</sup> LOPES, Isidoro Dias. Carta para Azevedo Lima. Foz do Iguaçu, 27 de fevereiro de 1925. AESP - Cartas da Revolução de 1924.

<sup>481</sup> ABREU; BELOCH (Orgs.), op. cit. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BERGAMINI,%20Adolfo.pdf> Acesso em 30/08/2016.



Artur Caetano da Silva em 1923 era deputado estadual no Rio Grande do Sul pelo Partido Federalista e liderou tropas no movimento armado que buscava por fim ao governo de Borges de Medeiros e que culminou no Pacto de Pedras Altas. No ano seguinte, foi eleito deputado federal e aderiu à Aliança Libertadora, movimento que reunia as oposições gaúchas<sup>482</sup>.

Plínio de Castro Casado, também federalista, foi um dos fundadores, diretor e professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1924 pela Aliança Libertadora, foi líder da oposição ao governo federal e um dos defensores da anistia para os revoltosos de 1924.<sup>483</sup>

Por fim, Wenceslau Pereira Escobar também era do Partido Federalista, tendo participado da Revolução Federalista em 1893, sendo preso e processado mudou-se para o Uruguai. Após seu retorno, foi eleito à Câmara dos Deputados em 1924<sup>484</sup>.

A partir destas breves trajetórias podemos notar um ponto em comum entre estes parlamentares. Com exceção de Azevedo Lima e Bergamini, os outros eram gaúchos, federalistas, com envolvimento nos conflitos no Rio Grande do Sul, e faziam parte da Aliança Libertadora, que tinha como liderança Assis Brasil, tido pelos tenentes como líder civil da Coluna. Isso explica o porquê de serem porta-vozes do movimento na Câmara dos Deputados. Em carta de Henrique Ricardo Holl para Isidoro temos uma ideia de como se dava essa comunicação e como eram enviados os conteúdos a serem abordados pelos parlamentares em questão:

(...) A carta foi lida na Camara, pelo Luzardo, na sessão nocturna do dia 30 do mez passado. Diz o Luzardo, em carta dirigida ao Assis, que a impressão foi a melhor possivel e terá como resultado

---

<sup>482</sup> Idem. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA,%20Artur.pdf> Acesso em 30/08/2016.

<sup>483</sup> Idem. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASADO,%20PI%C3%ADnio.pdf> Acesso em 30/08/2016.

<sup>484</sup> Idem. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESCOBAR,%20Venceslau.pdf>

novas admissões ao movimento revolucionário. Oxalá que assim seja!<sup>485</sup>

---

<sup>485</sup> H. Carta para Isidoro. Montevideo, 9 de janeiro de 1925. AESP - Cartas da Revolução de 1924, p. 3.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formatação da política na Primeira República era fortemente constituída em âmbito regional. Os partidos políticos, por exemplo os republicanos estaduais, refletiam essa perspectiva. Isso foi rompido com a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922 e com os movimentos tenentistas, evidentemente, com maior destaque a Coluna Miguel Costa – Prestes, que percorreu 36.000 quilômetros<sup>486</sup> do território brasileiro e despertou focos de mobilização em diversas localidades, adquirindo, ambos, um caráter nacional.

Nossa intenção, no primeiro capítulo, em apresentar esses diversos movimentos chamados de tenentistas, ocorridos de 1922 a 1927, foi mostrar o quão diversa foi a constituição da Coluna e dos apoios que ela recebeu ao longo de sua marcha. Essa diversidade, que foi bastante importante para a movimentação e construção das ligações entre os mais diversos e longínquos espaços militares, foi refletida na Coluna, não apenas no âmbito geográfico, mas também no social e político, extrapolando as fronteiras militares com o envolvimento significativo de civis.

Tal perspectiva geográfica nos permite pensar a partir da teoria de rede<sup>487</sup> uma vez que a Escola do Realengo, tida por nós como foco importante de sociabilidade e de disseminação da revolta, permitia que os indivíduos conhecessem uns aos outros, tecendo assim contatos densos.

Para Mike Savage,

a formação de classe tem uma dinâmica dual. Primeiro, ela envolve a construção de redes sociais de largo alcance, ligando membros da classe através de lugares diferentes (...). Segundo, a formação de classe também envolve a construção de vínculos densos que permitem a criação de identidades solidárias e comunais ao longo do tempo e na ausência de organização formal.<sup>488</sup>

---

<sup>486</sup> BASTOS, Abguar. *Prestes e a revolução social*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 138.

<sup>487</sup> SCOTT, J. *Social Network Analysis*. London: Sage, 1991. Apud SAVAGE, Mike. “Espaço, rede e formação de classe”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 5, Jan-Jun de 2011, p. 18.

<sup>488</sup> SAVAGE, op. cit., p. 19.

Essa construção de redes se dá entre os sujeitos investigados em nosso estudo, principalmente, a partir da transferência dos militares envolvidos nos levantes de 1922 e que vão propagar e planejar as revoltas de 1924 em diversos estados<sup>489</sup>, como vimos em Sergipe, São Paulo e Amazonas, e os levantes em apoio à passagem da Coluna nas mais variadas localidades.

Estes espaços militares, Escola e quartéis, bem como as prisões, podem ser considerados como bases formadoras de uma identidade coletiva<sup>490</sup>, em contínua formação durante a marcha da Coluna

As solidariedades eram desenvolvidas a partir da perseguição do governo para com os revoltosos e dos ataques de Arthur Bernardes dirigidos aos militares em geral. No entanto, estes ataques eram sentidos de maneira diferente ao longo da hierarquia. O marechal Hermes da Fonseca, por exemplo, ficou 17 horas preso<sup>491</sup>, enquanto tenentes eram perseguidos, detidos em péssimas condições em navios e nas Ilhas Grande e Trindade<sup>492</sup>, transferidos e expulsos da Escola Militar. Esta hierarquia, conforme interpretação de Wright<sup>493</sup>, é, inclusive, um distintivo da exploração de uma classe sobre a outra.

Por outro lado, essas redes densas também eram constituídas entre militares e civis, sejam estes civis familiares, amigos e conhecidos de militares ou não, uma vez que:

quando falamos em classe, estamos pensando em um conjunto imprecisamente de pessoas que partilham as mesmas categorias de interesse, experiências sociais, tradições, e sistemas de valores, que tem uma disposição para se comportar como uma classe, para definir

---

<sup>489</sup> Caso semelhante é citado por Savage sobre a formação do sindicalismo dos ferroviários, auxiliada pela prática das empresas em transferir seus trabalhadores entre estações e depósito, facilitando assim o trabalho de ativistas no desenvolvimento de atividades sindicais. Op. cit., p. 26.

<sup>490</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>491</sup> SILVA, Hélio. 1922: Sangue na areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 111.

<sup>492</sup> Ver CHEVALIER, Carlos Saldanha da Gama. *Memórias de um revoltoso ou legalista?* Niterói: Vitória, 1927. TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: memórias*. Vol. 1 - Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1973, p. 197-220.

<sup>493</sup> SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Cultura de classes: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 30

a si mesmo em suas próprias ações e em relação a outros grupos de pessoas em modo de classe.<sup>494</sup>

Isso explica a significativa adesão de civis ao movimento e a permanência destes até o exílio na Bolívia. Acreditamos que os tenentes, enquanto membros de uma instituição militar, possuíam características distintivas dos civis, mas ambos estavam inseridos na formação de uma classe política, específica daquele momento histórico, com o desenvolvimento de “vínculos organizacionais e mobilização política”<sup>495</sup>.

Deste modo, endossamos a ideia de que as instituições militares não podem ser pensadas apartadas da sociedade e nos arriscamos em afirmar que a divisão entre “militares” e “civis” não faça mais sentido para as análises históricas, por predeterminá-las, ignorando experiências e origens sociais. Entretanto,

é evidente que a distinção entre a "cúpula militar" - sempre golpista - e a "massa de oficiais" - sempre legalista e popular, calcada no paradigma do conflito de classes, funciona mal como fator explicativo e agrava as inconsistências da análise<sup>496</sup>.

Por outro lado, se a pretensão de uma determinada análise é estudar uma instituição militar em si mesma, também não faz sentido do nosso ponto de vista, uma vez que seu objeto não está isolado da sociedade e não pode ser compreendido aquém dela. Como já afirmou Otávio Ianni:

as Forças Armadas não ingressaram na política monoliticamente. Elas se dividem em tantas correntes quantas são as correntes civis, ainda que possam agir também de modo autônomo e em bloco. Em geral, no entanto, as suas posições guardam certa correspondência com as polarizações dos interesses dos grupos civis<sup>497</sup>

---

<sup>494</sup> THOMPSON, E. P. *The Poverty of Theory and Others Essays*. London: Merlin, 1979, p. 85. Apud SAVAGE, Mike. “Espaço, rede e formação de classe”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 5, Jan-Jun de 2011, p. 9.

<sup>495</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>496</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a Política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976, p. 24.

<sup>497</sup> IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. Apud COELHO, op. cit., p. 24.

Até mesmo as fontes a serem analisadas pelo historiador interessado neste assunto não se devem restringir às produzidas pelas instituições militares. Em nosso próprio trabalho, por exemplo, conseguimos ter uma ideia sobre o que pensavam alguns tenentes (agora se referindo especificamente à patente) sem a utilização de nenhuma documentação que tenha sua guarda em arquivos militares. Claro que esta documentação é de extrema importância e contribui para a compreensão da sociedade como um todo, mas também não deve ser trabalhada isoladamente, pois,

Os militares, como membros da sociedade, são por ela condicionados e influenciados ideológica e politicamente. (...) os membros das Forças Armadas também são cidadãos brasileiros, oriundos de determinadas classes e camadas sociais e, ao lado disso, homens de seu tempo, que possuem ligações e mantêm diferentes formas de relacionamento com os mais diversos setores sociais e políticos e com o próprio poder estatal.<sup>498</sup>

Como já exposto no capítulo II, consideramos os militares detentores das patentes inferiores como trabalhadores com base na ideia de insegurança estrutural proposta por Mike Savage. Segundo tal autor, esta insegurança é vivida por todos os trabalhadores na sociedade capitalista, que os obriga a encontrar estratégias para lidar com as incertezas diárias<sup>499</sup>. Como vimos nas trajetórias de Prestes e Távora, por exemplo, o ingresso destes no Exército pode ser interpretado como uma destas estratégias.

Para Marcel van der Linden,

existe na sociedade capitalista uma grande classe de pessoas cuja força de trabalho é mercantilizada de muitas formas *diferentes*. É por essa razão que me refiro a essa classe como um todo como *trabalhadores subalternos*. Eles formam um grupo variegado, que inclui escravos, meeiros, pequenos artesãos e assalariados. É a dinâmica histórica dessa “multidão” que, a meu ver, os historiadores do trabalho deveriam entender. (...) *Todo portador ou portadora de força de trabalho cuja força de trabalho é vendida (ou alugada) a outra pessoa em condições de compulsão econômica ou não econômica pertence à classe dos trabalhadores subalternos, independentemente de o portador ou portadora da força de trabalho vender ou alugar ele mesmo*

---

<sup>498</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 15.

<sup>499</sup> SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Cultura de classes: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 33.

*sua força de trabalho, e independentemente de o portador ou portadora possuir meios de produção. (...) Essa demarcação, entretanto, indica que a base de classe comum a todos os trabalhadores subalternos é a mercantilização coagida de sua força de trabalho. P. 40-41.*

Dessa maneira, podemos considerar a existência do soldo como um determinante da condição de assalariados dos militares de baixa patente que dependem dele para o sustento de suas famílias, sendo o Estado seu empregador.

\*

Por falta de termo melhor, o tenentismo foi por nós utilizado para se referir aos movimentos de origem militar na década de 1920, com o apontamento de que estes foram compostos por militares possuidores de outras patentes, para além da de tenente, e por civis. Como vimos neste trabalho, existiu uma continuidade entre estes movimentos neste período, tendo inclusive, as mesmas pessoas envolvidas nas conspirações de 1922 a 1927, com pouca ou nenhuma variação dos objetivos almejados.

Algumas interpretações veem uma continuidade dessa movimentação até 1930, ou seu início em 1889, no entanto, no nosso trabalho, não foi nosso objetivo averiguar essas possibilidades.

## FONTES

### Memórias

BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1954.

CABANAS, João. *A coluna da morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walter de (Orgs.). *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CARNEIRO, Glauco. *Revolucionário Siqueira Campos*. 2 Vols. Rio de Janeiro: Record, 1966.

CARVALHO, Joaquim Nunes de. *1922- 5 de julho - 1924*. Rio de Janeiro: Ed. Henrique Velho, 1944.

\_\_\_\_\_. *A Revolução no Brasil (1924-1925): Apontamentos para a História*. Buenos Aires: Talleres Graf Argentinos, 1925.

CHAVES NETO, Elias. *A Revolta de 1924*. São Paulo, Olegário de Almeida, 1924.

CHEVALIER, Carlos Saldanha da Gama. *Memórias de um revoltoso ou legalista?* Niterói: Vitória, 1927.

COSTA, Yuri Abyaza. *Marchando com Miguel Costa: declaração do general Miguel Costa sobre a Coluna Paulista no interior de São Paulo e do Paraná em 1924-25 e a ligação com a Coluna Prestes*. São Paulo: Editora Bookes, 2011.

DUARTE, Paulo. *Agora Nós! Crônica da Revolução Paulista* São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

FERREIRA, S. Dias e Sady Valle Machado. *A Marcha da Coluna Prestes*. Pelotas: Globo, 1928.

LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1952.

LEITE, Aureliano. *Dias de pavor: figuras e cenas da revolta de São Paulo*. São Paulo: Rochéa, 1925.

LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.



MOTA, Lourenço Dantas (org.). O tenentismo é mais fantasia do que realidade. In *A História Vivida* (I). São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. *1924: A Revolução de Isidoro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SANTOS, A. Figueiredo dos. *1924: Episódios da Revolução de São Paulo*. Porto: Porto, 1924.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Justiça: A revolta militar em São Paulo*. Paris: Imp. Paul Dupont, 1925, p. 41 – 45.

TAVORA, Juarez. *A' Guisa de Depoimentos sobre a Revolução Brasileira de 1924*. Vol. 1. São Paulo: O combate, 1927.

\_\_\_\_\_. *Uma vida e muitas lutas: memórias*. Vol. 1 - Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1973.

## **Periódicos**

*A Plebe*, 28 de jul. 1924.

*Diário de Pernambuco*, 4 de janeiro de 1928.

*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1925.

*O 5 de Julho*, s/d, ano 1, nºs 5 e 7.

*O Estado de São Paulo*, 10 e 18 de julho de 1924, 12 de julho de 2009.

*O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1927.

*Revista Do Leitura*, São Paulo, 13 de junho de 1994.

## **Correspondências**

***Arquivo Público do Estado de São Paulo, conjunto documental Cartas da Revolução de 1924, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo***

H. Carta para Isidoro. Montevideo, 9 de janeiro de 1925.

HOLL, Henrique Ricardo. Telegrama para Alfredo de Simas Enéas. S.L., 30 de março de 1925.

LOPES, Isidoro Dias. Carta para Alfredo de Simas Enéas. S.L., 7 de outubro de 1924.

LOPES, Isidoro Dias. Carta para Alfredo de Simas Enéas. Santo Tomé, 14 de novembro de 1924.

LOPES, Isidoro Dias Lopes. Carta para Alfredo de Simas Enéas. Foz do Iguaçu, 19 de abril de 1925.

LOPES, Isidoro Dias. Carta para Alfredo de Simas Enéas. S.L., S.D., documento nº 96.

LOPES, Isidoro Dias. Carta para Azevedo Lima. Foz do Iguaçu, 27 de fevereiro de 1925.

PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Isidoro Dias Lopes. Barracão, 10 de fevereiro de 1925.

TEIXEIRA, Rafael Bandeira. Carta para Alfredo de Simas Eneas. Concepción, Paraguai, 14 de outubro de 1925.

TEIXEIRA, Rafael Bandeira. Carta para Alfredo de Simas Eneas. Concepción, Paraguai, 15 de novembro de 1925.

### ***Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil da FGV***

- Fundo Juarez Távora - JT dpf 1924.05.10.

COSTA, Miguel Costa. Carta para Batista Luzardo. Fazenda "São Romão" (Estrada de Mato Grosso), 2 de junho de 1925, p. 245-249.

COSTA, Miguel. Carta para Josias Leão. Natal, Piauí, 5 de janeiro de 1926, p. 619-621.

COSTA, Miguel. Carta para Virgílio R. dos Santos. S.L., S.D., p. 587.

COSTA, Miguel; PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Dr. Julio de Mattos Ibiapina, Tenente-coronel Wicar Parente de Paula Pessôa, 1º tenente José Pinheiro Barreira, Dr. Adhemar Fernandes Távora, Coronel José Carlos Leal e Mario Leal. Natal, Piauí, 5 de janeiro de 1926, p. 606-608.

COSTA, Miguel, PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Leopoldo Nery da Fonseca, Simpson, Severino Gambôa Cardim, Cleto da Costa Campello, Celso Uchôa

Cavalcante, Aristóteles Souza Dantas, Sylvio Guimarães Cravo, Christiano Cordeiro, Alfredo de Moraes Coutinho, J. Carlos Mariz e Osmundo Borba, organizadores do movimento revolucionário no Estado de Pernambuco. Natal, Piauí, 5 de janeiro de 1926, p. 614-617.

D.V. Carta para Miguel Costa. S.L., S.D., p. 581-586.

LEÃO, Josias Carneiro. Carta sem remetente especificado. Natal, 5 de janeiro de 1926, p. 609.

LEÃO, Josias Carneiro. Carta sem remetente especificado. Natal, 5 de janeiro de 1926, p. 610-613.

LIMA, Waldemar. Carta para o Comando da Coluna. Natal, 5 de janeiro de 1926, p. 603.

LOPES, Isidoro Dias. Carta para Bernardo de Araujo Padilha, Miguel Costa, Estillac Leal e Luiz Carlos Prestes. S.L., 3 de abril de 1925, p. 64-66.

LOPES, Isidoro Dias. Carta para Luiz Carlos Prestes. S.L., 23 de dezembro de 1924, p. 21-23.

MULLER. Carta para Miguel Costa. Foz do Iguaçu, 14 de maio de 1925, p. 177-178.

PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Adhemar Távora, Natal, Piauí, 5 de janeiro de 1926, p. 605.

PRESTES, Luiz Carlos. Carta para Wicar. Natal, Piauí, 5 de janeiro de 1926, p. 618.

QUARTEL GENERAL. Circular aos Comandantes de destacamentos. S.L., S.D., p. 344.

SOUSA, João Francisco Pereira de. Ordem do Dia nº 11. Porto Mendes, 20 de setembro de 1924, p. 9.

SOUSA, João Francisco Pereira de. Ordem do Dia nº 17, 3 de outubro de 1924, p. 16.

THEODORO, Philogonio Antonio. Carta para Miguel Costa, S.L., S.D., p. 564-566

TOCCI, Alcântara. Carta para Luiz Carlos Prestes. S.L., 3 de março de 1925, p. 64-66.

- Fundo Sadi Vale Machado

BARROS, João Alberto Lins de. Bilhete para Luiz Carlos Prestes. S.L., S.D. SVM/00.00.1924/1927/21.

BARROS, João Alberto Lins de. Carta para Luís Carlos Prestes. Barracão, Paraná, 20 de fevereiro de 1925.

### ***Centro de Documentação e Memória da UNESP***

COSTA, Miguel. Boletim nº 1. Santa Helena, 14 de abril de 1925.

COSTA, Miguel. Carta para Estillac Leal. Santa Cruz, 12 de janeiro de 1925.

COSTA, Miguel. Carta para o General Commandante da Divisão. Acantonamento em Salto, 10 de março de 1925.

### ***Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp, Fundo Lourenço Moreira Lima.***

COSTA, Miguel. Boletim nº 16. Fazenda Água Branca, Goiás, 7 de agosto de 1925.

LIMA, Carlos Haag Lima. Declaração. São Raymundo, 4 de dezembro de 1924.

PRESTES, Luiz Carlos. Notas. "Doc. 5 da Columna R. Grande".

TÁVORA, Juarez. Carta para Luiz Carlos Prestes. Riachão, 26 de novembro de 1925.

### ***Outras fontes***

Annaes da Camara dos Deputados. Sessão em 29 de dezembro de 1924, p. 450-453. Disponível online em [http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=29/12/1924](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=29/12/1924) Acesso em 27 de maio de 2016.

Justiça Federal, seção de São Paulo. *Processos*, vols. 16 e 35. São Paulo, 1927.

PRESTES, Luiz Carlos. Manifesto de Santo Ângelo. Santo Ângelo, 29 de outubro de 1924. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1924/10/29.htm> Acesso em 27/09/2016.

*Successos Subversivos de São Paulo*. Denúncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da República, em comissão no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ALMEIDA, Giniomar Ferreira. *O Lenine Maranhense: fuzilamento e cultura histórica no interior do Maranhão (1921)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

AQUINO, Laura Cristina M. de. *A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo*. 1995. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: de 1889 a 1930*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1958.

BASTOS, Abguar. *Prestes e a revolução social*. São Paulo: Hucitec, 1986.

BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Cultura de classes: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945*. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2009.

BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: A invisibilidade feminina na política*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_. Tenentes, tenentismo, tenentismo versus oligarquia: reflexões para uma revisão historiográfica in *Anaes do Museu Paulista*, tomo XXXIV. São Paulo: USP, 1985.

BRANDÃO, Octavio. *Combates e Batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

\_\_\_\_\_. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil - 1924*. 2ª Ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

CARNEIRO, Glauco. *Lusardo: o último caudilho*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil Contemporâneo. 1922/1928*. São Paulo: Difel, 1965.

\_\_\_\_\_. *A República Velha: Instituições e classe sociais*. São Paulo: Difel, 1965.

\_\_\_\_\_. *Tenentismo: Acontecimentos, personagens, programas*. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, Maria Meire de. *Vivendo a Verdadeira Vida: Mulheres em outras frentes de combates*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CASTRO, Maria Clara Spada de. *Tenentismo em 1924: a participação civil na Revolução Esquecida*. Guarulhos: Monografia de conclusão de curso, 2013.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi: da Coluna Prestes a queda de Arraes - Memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

COHEM, Ilka Stern. *Bombas sobre São Paulo: A revolução de 1924*. São Paulo: UNESP, 2006.

CORREA, Anna Maria Martinez. *Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1967.

COSTA, Yuri Abyaza. *Miguel Costa: um herói brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 18-22.

DANTAS, José Ibarê Costa. *O tenentismo em Sergipe*. Rio de Janeiro: Vozes: 1974.

DECCA, Edgar Salvadori de. *1930: O silêncio dos vencidos - Memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962.

DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. *Pequenos Ensaios de História da República*. São Paulo: Cadernos Cebrap, nº 10, 1972.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades sociais in *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 2, jul./dez. de 2004, p. 179-200.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política: Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: Roteiro de libertação social*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963.

MACAULAY, Neil. *A Coluna Prestes: Revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. Trad. Laura Teixeira Motta. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARTINS, Franklin. *Ai, Seu Mé!* Disponível em [http://www.franklinmartins.com.br/som\\_na\\_caixa\\_gravacao.php?titulo=ai-seu-me](http://www.franklinmartins.com.br/som_na_caixa_gravacao.php?titulo=ai-seu-me) Acesso em 06/10/2015.

MARTINS, Vanessa Gandra Dutra. Reflexão sobre a escrita epistolar como fontes históricas a partir da contribuição da teoria da literatura. *Revista Língua & Literatura*. V. 13, n. 20, agosto de 2011, p. 61-72.

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora através do materialismo histórico: passado e presente de um debate aberto. *Outubro*. Nº 21, 2º semestre de 2013.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. *A caserna em polvorosa: a revolta de 1924 em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. *Mashorqueiros ou procellários? A experiência tenentista no Maranhão: política, cultura histórica, imaginário, personagens...* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2015.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MORAIS, Fernando. *Olga*. 17ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAIS, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes - Vol. 1*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOREIRA, Regina da Luz. *"Revolução Gaúcha de 1923"*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20GA%C3%9ACHA%20DE%201923.pdf> Acesso em 14/10/2015.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros em 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

NOBRE, F. Silva. *1001 Cearenses Notáveis*. Disponível em [http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2428&catid=293&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2428&catid=293&Itemid=101) Acesso em 23/08/2016.



PEREIRA, Duarte Pacheco. *1924 O diário da Revolução: Os 23 dias que abalaram São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - Fundação Energia e Saneamento, 2010.

PEREIRA, Ledir de Paula. *O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na Revolução Federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*. Nuevos Mundos, Mundos Nuevos. *Debates*, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, Paulo Sergio, et al. *O Brasil Republicano*, v. 9: sociedade e instituições (1889-1930) - 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PRADO Júnior, Caio, FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade!" Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. *Estudos Históricos*, vol. 21, 1998.

REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras: 2014.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RODRIGUES, Edgard. *Novos Rumos: Pesquisa Social (1922-1956)*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1972.

ROMANI, Carlo. “*Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil!*”: Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. A Revolução dos Tenentes. *Revista Histórica*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, n 13, jan. - mar. 2004.

\_\_\_\_\_. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e as práticas de controle político e social. *Topoi*, Rio de Janeiro, Vol. 12, p. 161-178, 2011.

\_\_\_\_\_. A Revolta de 1924 em São Paulo: Uma história mal contada. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMENICIS, Rafael. (Org.). *História do anarquismo no Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Unesp, 2000.

SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Civilização, 1932.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. Manaus: Suframa, 1990.

SAVAGE, Mike. “Espaço, rede e formação de classe”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 5, Jan-Jun de 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *O Orfeu extático da metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Hélio. *1922: Sangue na areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

\_\_\_\_\_. *1926: a grande marcha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes: análise e depoimentos – 4ª ed.* São Paulo: Ártica, 1989.

\_\_\_\_\_. *História Militar do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. *O tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Coronelismo: transformações, interpretações. *Tempos Históricos*. V. 08. Marechal Cândido Rondon, 1º semestre de 2006

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

YURI, Abyaza Costa. *Miguel Costa: um herói brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

Z Aidan Filho, Michel. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo: Vértice, 1988.